

Avaliação Institucional *Um desafio...*

Relatório Final



Você participou, deu sua opinião



Universidade Federal do Acre
Comissão Própria de Avaliação - CPA
Contato: (68) 3901-2570 / 3229-7188



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Institucional

Relatório

Rio Branco, Acre

2007

© UFAC. 2008.

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da UFAC.

U25a	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. Comissão Própria de Avaliação - CPA. <i>Avaliação Institucional: relatório</i>. Rio Branco-AC, 2008. 187p. il.</p> <p>1. Avaliação Institucional, 2. Avaliação Educacional, 3. Ensino Superior, I. Título</p> <p>CDU 378.24(811.2)</p>
------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Equipe Técnica

Prof. Dr. Antônio Carlos Fonseca Pontes

Estatístico

Eliana da Silva Campêlo

Prof^a. Ms. Eunice Maia Assumpção

Prof^a. Ms. Rossilene Brasil Muniz

Redação e Revisão

Equipe de Apoio

Prof. Dr. Sérgio Brazil Júnior

Ismar Bernardo de Araújo

Weverton Marcio do Nascimento

Anderson Azevedo Mesquita

Israell Ricardo de Melo

ADMINISTRAÇÃO

PROF. DR. JONAS PEREIRA DE SOUZA FILHO

Reitor

PROF^a. DR^a. OLINDA BATISTA ASSMAR

Vice-Reitora

PROF. DR. SÉRGIO BRAZIL JÚNIOR

Pró-Reitor de Graduação

PROF^a. DR^a. MARGARIDA LIMA CARVALHO

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

PROF. MS. JOÃO SILVA LIMA

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

AUTON PERES DE FARIAS FILHO

Pró-Reitor de Planejamento

FRANCISCO ANTONIO SARAIVA DE FARIA

Pró-Reitor de Administração

MARCELO FELICIANO DE MELO

Chefe de Gabinete

Primeira Comissão

Portaria nº 778, de 24 de julho de 2004

Docentes

Prof. Dr. Elder Andrade de Paula

Prof. Dr. Gerson Rodrigues de Albuquerque

Técnicos Administrativos

Sara Bonfim do Nascimento

Maria Eduwiges da Silva Santos

Discentes

Heloisa Neves de Azevedo

Josias Rabelo Júnior

Representantes da Comunidade.

Profª. Ms. Jorgete Nemetala Dourado

Profª. Ms. Maria Correa da Silva

Segunda Comissão

Portaria nº 0076, de 20 de janeiro de 2005

Docentes

Prof. Dr. Elder Andrade de Paula

Prof. Ms. Eunice Maia Assumpção

Prof. Dr. Gerson Rodrigues de Albuquerque

Técnicos Administrativos

Sara Bonfim do Nascimento

Eduardo César Montezuma Brito

Sued Fernandes do Nascimento

Discentes

Heloisa Neves de Azevedo

Israel Pereira Dias de Souza

Representantes da Comunidade.

Profª. Ms. Jorgete Nemetala Dourado

Luiza de Marilac Pereira Santos

Terceira Comissão

Portaria nº 1021, de 30 de junho de 2006.

Docentes

Prof. Dr. Sérgio Brazil Júnior

Profª. Ms. Eunice Maia Assumpção

Técnicos Administrativos

Eduardo César Montezuma Brito

Ismar Bernardo de Araújo

Discentes

Alexandre Manoel Lopes

Abrahão Pupio

Representantes da Comunidade.

Profª. Ms. Linda Barbary de Mesquita

Profª. Ms. Lucicléia Barreto Queiroz

Colaboradores

Prof. Dr. Gilson Monteiro (UFAM)

Profª Ms. Rossilene Brasil Muniz

ESTAGIÁRIOS

Anderson Azevedo Mesquita

Cosme Ferreira da Silva

Fábio Cajado Bertolino

Fernanda Moraes Fidelis

Isa Cristina Moreira Mesquita

Leandro Ferreira Gomes

Leonardo do Nascimento Nery

Liliane Vitorino de Queiroz

Maria Lionilde Araújo da Silva

Maria Zenaide da Silva Lima

Marinete dos Santos Oliveira

Nívia Almeida Sampaio

Raimundo Leite Nogueira

Romeu Kleber da Silva

Suely de Souza Bezerra

A Avaliação formativa é um combate diário... E deve:
Ter, de certa forma, a preocupação de informar antes de julgar...
Agir desencadeando de maneira adequada...
Agir observando/interpretando de maneira pertinente...
Agir comunicando de modo útil...
Agir remediando de modo eficaz.

Charles Hadji

1. Apresentação	15
2. Introdução	16
3. A Comissão Própria de Avaliação – CPA.....	19
4. Perfil da Instituição	36
4.1. Histórico	36
4.2. Perfil Atual da UFAC.....	41
4.2.1. Graduação	42
4.2.2. Pós-Graduação	47
4.2.3. Extensão	58
4.2.4. Infra-Estrutura Física	65
4.2.5. Recursos Humanos.....	70
5. Análise dos Dados	72
5.1. Avaliação Geral da Instituição	73
5.2. Estrutura Física, Política de Pessoal e Gestão.....	85
5.3. Políticas para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação e a Extensão.....	103
5.3.1. Ensino.....	105
5.3.2. Pesquisa.....	108
5.3.3. Extensão	112
5.3.4. Pós-Graduação	115
5.3.5. Política de Atendimento aos Estudantes	118
5.3.6. Política de Atendimento aos Egressos	122
5.4. Avaliação da Comunidade Externa.....	126
5.5. Avaliação Docente pelo Discente	138
6. Conclusão.....	151
7. Bibliografia	160

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 01. Cursos oferecidos em Rio Branco	42
Quadro 02. Cursos oferecidos em Cruzeiro do	43
Quadro 03. Cursos oferecidos nos municípios do interior do Estado, exceto Cruzeiro do Sul	44
Quadro 04. Cursos regulares atuais na Universidade Federal do Acre.....	46
Quadro 05. Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> Institucionais.....	48
Quadro 06. Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu oferecidos na UFAC</i>	48
Quadro 07. Componentes Curriculares Comuns aos Diversos Cursos.....	52
Quadro 08. Componentes Curriculares Ofertados em 2006	53
Quadro 09. Infra-estrutura física da UFAC – Rio Branco	65
Quadro 10. Infra-estrutura física da UFAC – Cruzeiro do Sul.....	68
Quadro 11. Infra-estrutura física da UFAC – Outras cidades do interior.....	69
Quadro 12. Terrenos da Universidade Federal do Acre e suas respectivas áreas.....	69
Quadro 13. Quadro de Docentes total, por regime de trabalho, por titulação e por classe	70
Quadro 14. Quadro de Pessoal Técnico-Administrativo por nível de escolaridade	71
Quadro 15. Unidades participantes	127
Quadro 16. Áreas de atuação das Empresas	128
Quadro 17. Organização e Práticas Pedagógicas.....	147

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição dos questionários respondidos, por categoria.....	73
Tabela 2. Há uma definição clara da missão da Instituição nos documentos oficiais .	75
Tabela 3. Definição clara da missão institucional, por categoria	76
Tabela 4. Dimensão relacionada à atuação dos profissionais	77
Tabela 5. Responsabilidade Social da Instituição.....	80
Tabela 6. Itens referentes à “Comunicação com a Sociedade”	83
Tabela 7. Respondentes por categoria, ao Questionário Estrutura Física, Políticas de Pessoal e Gestão.....	86
Tabela 8. Políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e técnicos administrativos	87
Tabela 9. Respostas aos itens referentes à Organização e Gestão da Instituição	91
Tabela 10. Respostas às perguntas referentes à Infra-Estrutura Física.....	94
Tabela 11. Sustentabilidade Financeira da Instituição.....	97
Tabela 12. Planejamento e Avaliação Institucional.....	99
Tabela 13. Número e percentual de respondentes, por categorias reformuladas.....	104
Tabela 14. Respondentes, por categorias reformuladas.....	105
Tabela 15. Avaliação da Pesquisa – Relatório 3.....	109
Tabela 16. Avaliação da Extensão – Questionário 3	113
Tabela 17. Política de PÓS-GRADUAÇÃO – Questionário 3.....	116
Tabela 18. Política De Atendimento Aos Estudantes Questionário 3	119
Tabela 19. Política De Atendimento Aos Egressos. – Questionário 3	122
Tabela 20. Respostas aos itens referentes aos Aspectos da atuação dos profissionais	129
Tabela 21. Validade Social e Profissional dos Cursos Oferecidos pela UFAC.....	130
Tabela 22. Grau de comunicação entre a instituição e a sociedade (em percentuais)	133

Tabela 23. Respostas válidas para o grau de comunicação UFAC - Sociedade (em %)	133
Tabela 24. Número de questionários respondidos, por áreas	139
Tabela 25. Número de questionários respondidos, por modalidade do curso	139
Tabela 26. Número de questionários respondidos, por horário do curso	140
Tabela 27. Número de questionários respondidos, por curso	141
Tabela 28. Respostas sobre a Estrutura Curricular dos Cursos – Questionário 05.....	143
Tabela 29 - Política de Atendimento a Estudantes	149

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição dos Questionários por categoria.....	74
Gráfico 2. Missão Institucional.....	75
Gráfico 3. Definição Clara da missão nos documentos oficiais	76
Gráfico 4. Missão Institucional (dos que conhecem)	76
Gráfico 5. Dimensão: atuação profissional.....	77
Gráfico 5a. Respostas às perguntas do Item “A responsabilidade social da Instituição”	80
Gráfico 5b. Itens referentes à Responsabilidade Social da Instituição, exceto DESCONHEÇO.....	80
Gráfico 6. Itens referentes à “Comunicação com a Sociedade	83
Gráfico 7. Dimensão Estrutura Física, Política de Pessoal e Gestão	87
Gráfico 8. Dimensão Estrutura Física, Política de Pessoal e Gestão	88
Gráfico 8a. Respostas às perguntas sobre Organização e Gestão.....	92
Gráfico 8b. Respostas às perguntas sobre Organização e Gestão, exceto Desconheço	92
Gráfico 9a. Respostas referentes à Infra-Estrutura	95
Gráfico 9b. Respostas referentes à Infra-estrutura Física, exceto "DESCONHEÇO”	96
Gráfico 10a. Respostas às questões sobre sustentabilidade financeira	98
Gráfico 10b. Sustentabilidade Financeira, exceto "DESCONHEÇO"	98
Gráfico 11a. Respostas referentes ao Planejamento e Avaliação Institucional	100
Gráfico 11b. Planejamento e Avaliação Institucional, exceto, Desconheço.....	100
Gráfico 12. Respondentes, por categoria, do Questionário 3	104
Gráfico 13. Respondentes, por categoria, do Questionário (incluindo o CAP).....	105
Gráfico 14a. Respostas às perguntas do Item Ensino	106
Gráfico 14b. Respostas às perguntas do item Ensino, exceto "DESCONHEÇO".....	106
Gráfico 15a. Respostas referentes à Pesquisa.....	110
Gráfico 15b. Respostas dadas às perguntas do item C, exceto, DESCONHEÇO	111

Gráfico 16a. Respostas referentes à Extensão	113
Gráfico 16b. Respostas para o item Extensão, exceto, DESCONHEÇO	114
Gráfico 17a. Respostas às perguntas referentes à Pós-Graduação.....	117
Gráfico 17b. Respostas relativas à Pós-Graduação, exceto DESCONHEÇO	117
Gráfico 18a. Política de atendimento aos estudantes.....	120
Gráfico 18b. Política de atendimento aos estudantes, exceto, DESCONHEÇO	120
Gráfico 19a. Política de atendimento aos egressos.....	123
Gráfico 19b. Política de atendimento aos egressos, exceto, DESCONHEÇO	123
Gráfico 20. Aspectos da atuação dos profissionais- Questionário 04.....	129
Gráfico 21. Validade Social e Profissional dos Cursos Oferecidos pela UFAC	131
Gráfico 22. Grau de comunicação entre a instituição e a sociedade.....	133
Gráfico 23. Respostas válidas para o grau de comunicação da Instituição com a Sociedade.....	134
Gráfico 24. Distribuição dos discentes, por área	139
Gráfico 25. Questionários Respondidos, por modalidade do curso.....	140
Gráfico 26. Questionários Respondidos, por horário do curso.....	140
Gráfico 27. Número de alunos, por curso	142
Gráfico 28. Estrutura curricular do curso – Geral	144
Gráfico C. Organização e Práticas Pedagógicas	147
Gráfico D. Política de atendimento aos estudantes.....	150

1. Apresentação

A Universidade Federal do Acre apresenta à sociedade e comunidade universitária a primeira edição do Relatório Final da Avaliação Institucional da UFAC relativo ao período de 2005 a 2006.

A presente publicação reúne informações e dados estatísticos colhidos pela Comissão Própria de Avaliação - CPA junto às comunidades interna e externa, no tocante às ações desenvolvidas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão; assim como busca identificar a inserção e o grau de participação da UFAC no atendimento às demandas oriundas da sociedade, tanto no que se refere à produção científica quanto à formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho.

Tendo consciência do relevante papel do processo avaliativo, o qual permitirá à Instituição identificar suas fragilidades e potencialidades, a Universidade Federal do Acre, através deste documento, tem como objetivo primordial, informar à sociedade sobre o cumprimento de sua missão, proporcionando, também, à comunidade interna, elementos para uma reflexão profunda que poderá transformar o seu próprio projeto acadêmico - institucional, elevando a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Aos que a este relatório tiverem acesso, saibam que o seu principal objetivo é tornar público o resultado do processo avaliativo vivenciado pela UFAC, e reafirmar o compromisso de manter um processo contínuo de avaliação de suas ações, possibilitando informar a sociedade sobre o cumprimento de sua missão, o que certamente contribuirá para a consolidação de sua história como primeira e única Instituição de Ensino Superior pública e gratuita no Estado do Acre.

2. Introdução

Partindo da premissa de que avaliar é uma atividade inerente ao ser humano, podemos dizer então que avaliar é um processo complexo e que muitas vezes supõe uma série de ações, pois consiste em atribuir valor ao objeto em questão, ou seja, emitir juízo de valor a alguém, a alguma coisa, a uma ação, a um conceito ou mesmo a uma Instituição. A atribuição de valor, ato mental intrínseco a avaliação, geralmente ocorre de modo total ou parcialmente sem consciência, portanto, exercemos o ato de avaliar sempre que emitimos julgamentos ou fazemos apreciação de algo, processo que nem sempre ocorre na esfera da consciência.

Ao realizarmos uma avaliação intencional, o juízo de valor emitido deverá ser previamente articulado através de ações e atitudes, que levou a torná-lo o mais próximo possível da realidade. Assim, uma avaliação intencional passa por fases de planejamento, execução, análise e decisão. O planejamento fundamenta-se na natureza do objeto e nos objetivos propostos para a ação. Portanto, é com base na natureza do objeto e nos objetivos a serem atingidos que são determinados os procedimentos de execução que deverão abranger a delimitação da ação, levantamento das informações, elaboração e aplicação dos instrumentos de acordo com regras previamente fixadas. Na fase da análise é importante destacar o papel dos critérios, articulados aos objetivos e à realidade trabalhada. Por último, temos a fase da decisão, que está intimamente ligada à finalidade da avaliação, que ao identificar as fragilidades e potencialidades do objeto avaliado, se constitui em um importante instrumento para tomada de decisão.

Como se pode perceber, o processo avaliativo é bastante complexo, havendo a necessidade de coerência entre as diferentes fases da avaliação. Do mesmo modo, verifica-se também o quanto é complexa a avaliação educacional, pois o próprio objeto da avaliação é a educação, que também apresenta-se complexa.

Ao analisar uma instituição educacional, temos que adentrar em sua complexidade, ao mesmo tempo em que a julgamos, ou seja, fazemos juízo de valor sobre sua ação educacional e social.

Assim, avaliar a Universidade Federal do Acre constitui-se em uma tarefa árdua e complexa, considerando a sua trajetória e o relevante papel social alcançado, haja vista que, por vários anos esta foi a única Instituição a fomentar o ensino superior no Estado do Acre, sendo até hoje a única Instituição pública e gratuita que participa ativamente, desde a sua criação, da história da sociedade acreana, na produção e difusão de conhecimentos e na formação de profissionais de diversas áreas, trazendo benefícios no âmbito político, econômico, social e cultural para o Estado.

O presente relatório apresenta os resultados do processo avaliativo desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação – CPA na Universidade Federal do Acre, realizado ao longo do segundo semestre letivo de 2006.

Inicialmente serão reportadas as questões referentes à constituição e trajetória da Comissão de Avaliação e do projeto, tais como: objetivos e metas, metodologias usadas e concepções teóricas.

Posteriormente será apresentado um quadro da UFAC, contendo seu processo de criação e constituição histórica, passando pelo seu perfil atual contemplando o Ensino de Graduação, Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação, infra-estrutura física e recursos humanos.

Após, será feita a análise dos dados coletados por meio dos questionários aplicados à comunidade acadêmica, interna e externa, com as seguintes temáticas: Avaliação Geral da Instituição, Estrutura Física, Política de Pessoal e Gestão, Políticas para o Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, Avaliação da Comunidade Externa e Avaliação Docente pelo Discente. Os dados serão apresentados na ordem disposta acima, relatando, primeiramente, os dados quantitativos com as respectivas tabelas, quadros e gráficos, e, para cada uma das temáticas são relatados os aspectos descritivos advindos das questões abertas constantes nos diversos itens dos questionários.

O relatório faz, também, algumas referências colhidas a partir da leitura de documentos; de consultas efetuadas junto aos setores acadêmicos e administrativos, de conversas informais com docentes e discentes sobre o funcionamento e organização dos cursos de graduação na universidade. Tais aspectos chamaram a atenção, uma vez que as

dificuldades apresentadas no início dos semestres letivos durante o ano de 2006, foram recorrentes.

Por último, apresenta nas conclusões, os pontos mais bem avaliados e as fragilidades apontadas no funcionamento da instituição, acompanhadas de algumas sugestões e recomendações.

A tabulação dos dados gerou um grande número de gráficos, quadros e tabelas que levou a opção de apresentá-los de forma completa na sumarização gráfica, como anexos e descritos no corpo do relatório apenas as que abordam as questões mais amplas. Consta também, nos anexos, um levantamento completo de todas as respostas descritivas dadas nas questões abertas, que foram tabuladas partindo das que apresentaram do maior para o menor a incidência nas repostas. No corpo do relatório são apresentados apenas os três pontos mais positivos e negativos para cada um dos itens avaliados nas cinco dimensões.

3. A Comissão Própria de Avaliação - CPA

A Universidade Federal do Acre tem como um dos principais desafios ampliar e fortalecer a capacidade de executar suas ações de forma participativa e transparente, bem como procurar adquirir meios eficientes e permanentes de análise, acompanhamento e avaliação de suas atividades e processos de decisões de maneira qualificada e eficaz.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, trouxe importantes transformações para a estruturação da educação nacional, dando ênfase aos processos de avaliação, visando a melhoria da qualidade do ensino e o reconhecimento de instituições e cursos pelos órgãos competentes. A necessidade de avaliação do ensino encontra-se normatizado no Artigo 9º, incisos VI, VII e IX da mencionada lei, que diz:

Art. 9º. A união incumbir-se-á de:

- VI. Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;
- VIII. Assegurar processo nacional de avaliação das instituições de ensino superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;
- IX. Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de ensino superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§1º. Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§2º. Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

Objetivando o cumprimento da Lei 9394/96, no que diz respeito aos aspectos avaliativos, o Ministério da Educação – MEC formata um sistema de avaliação para a educação superior.

Assim, a SESU/MEC instituiu por Portaria, em 28 de abril de 2003, a Comissão Especial de Avaliação/CEA, tendo como finalidade "propor critérios e estratégias para reformulação dos processos e política de avaliação da Educação Superior, bem como elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados". Deste trabalho resultou o relatório final do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, base para uma nova proposta de avaliação.

Em 15 de dezembro de 2003, o Governo edita a Medida Provisória nº 147 criando o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior e que dispõe sobre a avaliação do ensino superior. Esta permaneceu em vigor por um curto período até a publicação da Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

A referida Lei trata das modalidades e dimensões da avaliação, compreendidas de: Avaliação das Instituições de Educação Superior - AVALIES, incluindo a auto-avaliação por cada IES (CPAs) e avaliação externa, esta efetuada através do INEP, constituindo-se na Avaliação dos Cursos de Graduação - ACG e Avaliação do Desempenho dos Estudantes - ENADE.

O documento focaliza que a avaliação terá por objetivo identificar o perfil da atuação das instituições por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, levando em consideração as diferentes dimensões institucionais, com respeito às diversidades e especificidades das diferentes organizações acadêmicas. A avaliação dos Cursos de Graduação tem como objetivo principal a identificação das condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial, as relativas ao perfil do corpo docente, as instalações físicas e a organização didático-pedagógica. A avaliação do desempenho de estudantes dos cursos de graduação realiza-se mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, o qual é componente curricular obrigatório do curso de graduação.

A Lei instituiu ainda a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, órgão colegiado de coordenação e supervisão dos SINAES, no âmbito do Ministério da Educação e vinculado ao Gabinete do Ministro de Estado. Dispõe também que os resultados das avaliações considerados insatisfatórios ensejarão a celebração do protocolo de compromisso a ser firmado entre a Instituição e o Ministério da Educação.

Propõe, por último, a constituição da Comissão Própria de Avaliação - CPA em cada Instituição de Ensino Superior.

Em 9 de julho de 2004 foi editada a Portaria nº 2.051, regulamentando os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, destacando em seu bojo os objetivos, as competências da CONAES, a avaliação institucional interna e externa, a avaliação dos cursos de graduação, a avaliação do desempenho dos estudantes e os procedimentos comuns da avaliação. Como estratégia para sensibilização, o MEC promoveu ações que possibilitaram a realização de encontros nacionais e regionais com vista a capacitar coordenadores das Comissões Próprias de Avaliação e Gestores das IES. Algumas dessas ações ocorreram em forma de encontros realizados nos períodos de 20 a 22 de setembro e de 15 a 16 de novembro de 2004, ocasião em que participaram integrantes da CPA e membros das unidades acadêmicas desta IFES.

A UFAC objetivando não apenas atender a uma solicitação oficial, que se mostra imperativa por força da legislação citada, mas, antes, visando o cumprimento de sua missão social, que é a de informar à sociedade sobre o seu desempenho, suas possibilidades, bem como oferecer à comunidade interna subsídios para um processo de reflexão e transformação de seu próprio projeto acadêmico – institucional, constituiu sua Comissão Própria de Avaliação – CPA, a quem coube a elaboração do Projeto de Avaliação Institucional.

Para além da elaboração do projeto, a CPA é responsável, também, por sua implementação, processo de sensibilização junto à comunidade universitária, articulação, coordenação dos debates, acompanhamento e execução da ação, elaboração do documento final, que auxiliará na identificação dos problemas, das potencialidades e das ações que devem ser empreendidas a fim de promover estratégias de sensibilização e de informação permanente, buscando sempre a criação e a consolidação de uma cultura de avaliação contínua, efetiva e eficaz para o desenvolvimento institucional.

A referida Comissão, sem perder de vista os questionamentos sobre as intenções que movem a iniciativa avaliativa do Governo, destacou o dever da Universidade não poder continuar como estava, sendo preciso, portanto, inverter os "sinais", isto é, fazer

da avaliação um processo que aponte para a melhoria da qualidade do ensino público no país.

A primeira Comissão Própria de Avaliação - CPA da Universidade Federal do Acre foi nomeada pela Portaria nº. 778, de 24 de julho de 2004, composta pelos seguintes membros: Elder Andrade de Paula e Gerson Rodrigues de Albuquerque - representantes docentes; Sara Bonfim do Nascimento e Maria Eduwiges da Silva Santos – representantes do corpo técnico-administrativo; Heloísa Neves de Azevedo e Josias Rabelo Júnior - representantes discentes; Jorgete Nemetala Dourado e Maria Correia da Silva - representantes da comunidade.

A Comissão Própria de Avaliação foi devidamente constituída pela da Resolução nº. 23, do CONSU, de 14 de junho de 2004. No entanto, a partir das demandas internas e do crescente acúmulo de atividades, bem como a solicitação de desligamento de alguns de seus membros, surgiu a necessidade de sua redefinição, cujos novos membros foram nomeados pelo Magnífico Reitor da UFAC, em Portaria nº. 0076, de 20 de janeiro de 2005. Desse modo, a CPA ficou constituída pelos profissionais discriminados a seguir: Professores: Elder Andrade de Paula, Gerson Rodrigues de Albuquerque e Eunice Maia Assumpção; técnicos administrativos Sara Bonfim do Nascimento, Eduardo César Montezuma Brito e Sued Fernandes do Nascimento; discentes Heloísa Neves de Azevedo, Israel Pereira Dias de Souza; representantes da comunidade Jorgete Nemetala Dourado e Luiza de Marilac Pereira Santos.

Entre a elaboração do projeto e a avaliação por este concebida, houve um espaço de tempo significativo, justificado pelo movimento grevista das IFES, e no caso da UFAC, pela bloqueio do semestre letivo logo após a greve. Nesse período ocorreu mudança na formatação da comissão, ficando a nova e atual comissão instituída pela Portaria nº 1021, de 30 de junho de 2006 formada pelos professores: Dr. Sérgio Brazil Júnior, Ms. Eunice Maia Assumpção, os técnicos administrativos Eduardo César Montezuma Brito e Ismar Bernardo de Araújo; os alunos Alexandre Manoel Lopes e Abrahão Pupio e as Professoras Linda Barbary de Mesquita e Lucicléia Barreto Queiroz, como representantes da comunidade externa.

O fato de ter havido mudanças nas comissões constituídas não alterou a concepção das atividades, a não ser no que previa o próprio projeto. Podemos considerar

esse acontecimento como um elemento qualitativo, uma vez que releva um projeto que se apresenta como expressão do coletivo e voltado para as preocupações da comunidade universitária.

Na construção do projeto de avaliação, a comissão, após estudo do material disponibilizado pelo MEC/INEP, buscou o envolvimento das diversas unidades acadêmicas por meio de envio do material "Roteiro de Auto-Avaliação Institucional - 2004", para estudo e contribuições. Posteriormente, contatou com todos os dirigentes de departamentos acadêmicos para acompanhar o andamento dos estudos e apurar a aceitação do processo avaliativo.

Nessa etapa, percebeu-se amadurecimento por parte dos departamentos acadêmicos quando da aceitação e consciência da importância da avaliação, porém, registrou-se a dificuldade dos mesmos em apresentar sugestões frente ao material de cunho técnico e diretivo.

A impossibilidade de reunir as assembleias departamentais, especialmente no final do semestre, constituiu-se, também, em fator de entrave para o processo avaliativo, tendo em vista que não faz sentido construí-lo sem a devida adesão de todo os segmentos que formam a instituição. Frente a esses obstáculos, a Comissão, estrategicamente, redirecionou sua metodologia de trabalho, buscando uma alternativa que viabilizasse a efetiva contribuição da comunidade universitária. Optou-se, assim, pela elaboração de um pré-projeto que foi submetido à discussão em seminários e, as sugestões resultaram na formatação final do Projeto, que interpreta a avaliação não como um processo de exclusão, punição ou algo parecido, mas busca formas de pensar coletivamente a Universidade.

A Comissão, tanto na elaboração do projeto, quanto nas atividades desenvolvidas, buscou estabelecer o foco da avaliação no respeito às especificidades da UFAC, interpretando-o como um processo dinâmico, que objetiva dar visibilidade às ações desenvolvidas pela Instituição, que busca potencializar a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Na coordenação dos processos internos de avaliação da UFAC, a Comissão manteve autonomia em todas as fases e dimensões do seu trabalho, como meio para cumprir os propósitos estabelecidos.

O Projeto de Auto-Avaliação encaminhado à CONAES foi claramente entendido como norteador das discussões junto à comunidade universitária. A metodologia e o conjunto de instrumentos que compuseram o processo avaliativo, embora resultando de um processo de debate interno, estiveram abertos a ajustes que por ventura fossem considerados necessários no momento da testagem e aplicação, dos instrumentos.

No desenho teórico, o projeto de avaliação construiu como interesse primeiro, estabelecer e consolidar um amplo processo de comunicação, ancorado no que alguns autores apontam como sendo uma das conseqüências naturais da avaliação com intenção formativa. (Perrenoud, 1999; Hadji, 2001). Com este espírito, as ações tiveram como principal objetivo desencadear um processo de avaliação institucional e sistematizado, com vista a fortalecer e ampliar a comunicação interna e externa da universidade.

De forma interna, tem-se: comunicação na coerência entre o previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e Plano Pedagógico Institucional - PPI e as ações efetivadas; promoção da comunicação entre as funções constitutivas da IES: o ensino, a pesquisa e a extensão; comunicação entre as diversas unidades acadêmicas e a gestão universitária; comunicação entre docentes, discentes e técnicos administrativos.

Na avaliação externa: verificar o grau de comunicação com a comunidade na qual está inserida, para constatar não apenas em que medida corresponde às necessidades da sociedade, mas também se apresenta como geradora de novas demandas, tanto na produção de conhecimento quanto na formação de profissionais, contribuindo, assim, para o equacionamento dos problemas postos. Acreditando que a instituição mantém aberto um processo de comunicação entre os seus diversos segmentos propiciando uma constante revisão de suas ações com vista à redefinição de rotas, possibilitando, assim, manter-se sempre atualizada e cumprindo com seu papel social.

No decorrer do processo foi percebido pela comissão que a atividade de avaliar não se constituía novidade no interior da UFAC. Embora a avaliação fosse pauta da atualidade, principalmente por ser emanada por dispositivo legal, a Universidade Federal do Acre já vivenciou em diferentes momentos de sua história práticas avaliativas nas suas unidades acadêmicas e administrativas, sejam elas, por vezes, de forma global ou setorial.

No final dos anos 70, foi criada na UFAC a Coordenadoria de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino - CADEN, que tem em sua estrutura um setor específico de Avaliação. A abrangência do setor, inicialmente, restringia-se à avaliação do professor pelo aluno, ou seja, avaliação do processo de ensino-aprendizagem, havendo discussões pontuais por cursos ou, quando muito, por departamento, prescindindo de discussão mais ampla com a comunidade universitária. Com as necessidades impostas pela implantação de programas específicos do MEC, esse setor foi incumbido das responsabilidades de acompanhar as Avaliações das Condições de Ofertas dos Cursos, do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes - ENADE, das Reformulações Internas de Ajustes dos Cursos às Diretrizes Curriculares Nacionais, entre outros. O interesse pela avaliação sempre foi presente, a ponto de ser expresso em documento oficial (Programa de Avaliação da Universidade Federal do Acre, s/d).

"A bem da verdade, já vivenciamos na instituição experiências de avaliação, algumas aceitas pela comunidade universitária e outras que encontraram forte resistência por parte desta. No entanto, tanto num caso como no outro, a filosofia norteadora pode ser qualificada de tecnicista e/ou autoritária".

O MEC, em 1983, instituiu o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), de cunho nacional. Entretanto, não ha registro da implantação do mesmo na Universidade Federal do Acre. A partir de 1990, aprofundaram-se as discussões acerca da avaliação, surgindo a necessidade de se implantar o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras - PAIUB (1993), que previa avaliação interna e externa, estabelecendo um novo relacionamento com a comunidade acadêmica e a sociedade. A UFAC insere-se no PAIUB em 1994, quando o Comitê Assessor da SESU/MEC aprova seu projeto de Avaliação Institucional, com ressalvas aos aspectos metodológicos e operacionais. Em linhas gerais, o projeto objetivava criar uma cultura de avaliação, assim como delinear sua necessidade avaliativa, objetivos e importância.

A análise dos documentos oficiais mostra que no exercício de 1994 foi despendido um grande esforço na sensibilização através de seminários, cursos e debates. Em 1995, o PAIUB desenvolveu suas ações envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica, buscando ainda o envolvimento da sociedade organizada e

desencadeando ações que vão desde entrevistas até a constituição de uma Comissão Permanente de Avaliação - COPAVI.

A referida Comissão Permanente de Avaliação Institucional da Universidade Federal do Acre buscou implantar uma cultura avaliativa estimulando a participação e o envolvimento de todos os seus atores na perspectiva de definir uma proposta metodológica que fosse compatível com as diretrizes do PAIUB e atendesse às peculiaridades da UFAC. Esse processo de avaliação sofreu um longo período de interrupção, de agosto de 1995 a 1999, quando foi criada uma nova Comissão de Avaliação Institucional da UFAC, Portaria nº 920, de 6 de novembro de 1999, tendo como presidente o então Vice-Reitor, Professor Dr. Edson Ferreira de Carvalho. Essa Comissão segue a proposta de avaliação do PAIUB, adaptando os indicadores ao modelo organizacional da UFAC e à disponibilidade dos dados. O trabalho avaliou todos os segmentos da UFAC nos anos de 1997, 1998 e 1999.

Outras experiências pontuais e localizadas de avaliação vêm sendo realizadas por iniciativa da UFAC. A exemplo, o Programa de Formação de Professores para a Educação Básica, implantado em convênio com o Governo do Estado para atender aos professores das Redes de Ensino Estadual e Municipal - Convênio UFAC/SEE/SEMEC. No Curso de Pedagogia e demais licenciaturas, esse Programa tem mantido um processo de avaliação constante realizado em suas diversas turmas, com aplicação de instrumentos e feedbacks junto aos docentes e discentes, materializando-se de várias formas. Em 2003, a UFAC realizou o Seminário de Avaliação "(Re) Pensar a formação para intervir na ação", em parceria com a Secretaria Estadual de Educação e Secretarias Municipais de Educação, envolvendo as diferentes unidades da UFAC. Este seminário foi realizado em todos os municípios onde o Programa de Formação estava sendo oferecido com a participação dos discentes envolvidos. Nessa ocasião foram levantados os aspectos positivos e negativos, havendo, também, discussões sobre a readequação do Programa às novas Diretrizes Curriculares Nacionais.

A vocação avaliativa da UFAC também é registrada pelo fato de que suas ações têm se pautado em princípios de gestão colegiada. A gestão colegiada permite essa comunicação própria do espírito avaliativo pelos seguintes aspectos: não só porque

concede voz aos diversos segmentos da instituição (docentes, discentes e técnicos administrativos), mas porque se constitui também em um efetivo espaço de discussão e tem suas deliberações tomadas respeitando decisões coletivas.

Nesse sentido, a preocupação máxima do projeto foi fazer com que o processo de avaliação, por ele desencadeado de forma institucionalizada, sistemática e periódica, ampliasse a comunicação entre todos os segmentos, a fim de que pudessem estar conscientes dos avanços, problemas e possibilidades.

Com vista a um processo amplo de comunicação, o atual projeto teve sua concepção de avaliação embasada nos seguintes princípios: 1) Que a avaliação não é um fim em si, mas um meio. (Perrenoud, 1999); 2) Tem funções de regulação do processo (Perrenoud, 1999); 3) É um meio que permite compreender o processo para redefinir ações (Hadji, 2001); 4) Que as funções do processo avaliativo têm dimensões sociais, pedagógicas e organizacionais (Sacristán & Gómez, 1998).

Como já mencionado anteriormente, a comissão não perdendo de vista seu olhar crítico, aponta para o fato de que a avaliação institucional, mais precisamente das instituições de ensino superior, não se constitui em ação isolada, mas faz parte de um amplo projeto de reforma de políticas públicas que na educação tem apontado a avaliação como um meio para equacionar os problemas existentes. (Popkewitz, 1997).

No entendimento de Popkewitz isso pode resultar, por várias razões, num malogro, dentre as quais se destacam três questões bem claras. Primeiramente, porque as produções na área de educação das últimas décadas já têm apontado esses problemas, não sendo necessário reavaliar para constatar. Em segundo lugar, se constitui em transferência de responsabilidade dos deveres governamentais, na oferta de educação pública de qualidade, para uma responsabilização individual. E por haver uma inversão nas intenções, funções e objetivos da avaliação. "... nem sempre os resultados das avaliações são levados em conta para estabelecer as políticas governamentais. São as políticas governamentais que organizam as avaliações, e não o inverso" (Sobrinho, 2003).

Mesmo consciente de tais determinantes macros, manteve-se, nas diversas atividades, a disposição de aproveitar o espaço criado para as ações avaliativas, de

maneira institucionalizada, objetivando o fortalecimento das ações da UFAC de forma que ela possa se consolidar como instituição pública, gratuita e de qualidade, não apenas compromissada com demandas sociais, mas também geradoras destas e, principalmente, como espaço de crítica, contestação, construção e reconstrução.

Assim, a avaliação institucional desta IFES, sem perder de vista as considerações apontadas, ancorou-se nos princípios norteadores dos SINAES, que remetem "a responsabilidade social com a qualidade da educação superior; o reconhecimento da diversidade do sistema; o respeito à identidade, à missão e à história das instituições; a globalidade institucional pela utilização de um conjunto significativo de indicadores considerados em sua relação orgânica; a continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada instituição e o sistema de educação superior em seu conjunto", visando identificar o perfil do significado da atuação das instituições por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, levando em consideração as dimensões institucionais, com respeito às diversidades e especificidades das diferentes organizações acadêmicas. Pauta-se, por conseguinte, nas determinações e princípios legais (Art. 10, da Lei nº. 10. 861, de 14 de abril de 2004), que estabelece como deveres para o MEC a assinatura de protocolo de compromisso em que a IFES fica comprometida com a viabilização de ações para a superação dos problemas apontados. Assim sendo, a avaliação, nos pressupostos legais, estará com suas intenções formativas asseguradas.

A avaliação formativa é apontada por Hadji (2001) como utopia promissora. Outro elemento para o qual estivemos atentos e conscientes. Segundo Hadji, mesmo fundamentado epistemologicamente nas melhores concepções de avaliação, partindo de opções técnicas/metodológicas corretas, cercados dos melhores avaliadores, ainda assim, a avaliação formativa não passa de uma utopia promissora. A garantia de uma avaliação formativa depende, em última instância, da intenção dos avaliadores. Sendo possível apenas nos referirmos a avaliação com intenções formativas. Uma vez que as intenções dos avaliadores são definidoras se a avaliação será ou não formativa.

Estabeleceu-se como elemento norteador das ações avaliativas, os objetivos e metas desenhadas no projeto de avaliação institucional da UFAC, a saber:

1. Objetivo geral

Implementar e sistematizar um processo de avaliação institucional na UFAC, em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, respeitando as especificidades regionais, com vista a fortalecer a comunicação interna e externa e responder criticamente às demandas sociais.

2. Objetivos específicos:

- Identificar a inserção e o grau de participação da UFAC no atendimento às demandas da sociedade, tanto no que se refere à produção científica quanto à formação de profissionais.
- Verificar se as ações desenvolvidas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão estão coerentes com a missão e as metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Analisar de que maneira a estrutura organizacional favorece as condições para a execução das ações propostas no PDI.
- Criar mecanismos que possibilitem a identificação, organização, catalogação e divulgação (interna e externa) da Instituição a fim de verificar em quais áreas e de que maneira estamos respondendo às demandas sociais.

3. Metas:

- Catalogação da produção acadêmico-científica da instituição, a partir da década de 1970, quando da implantação do Plano Institucional de Capacitação de Docentes - PICD, identificando aspectos referentes à relevância científica e social.
- Criação e manutenção de um banco de dados qualitativos e quantitativos sobre os egressos dos cursos da instituição, a partir de 1990, através da aplicação de instrumentos próprios, junto aos órgãos governamentais e de representação profissional e patronal.
- Implantação de comissões de avaliação em todos os cursos da instituição até o final de 2005.

- Sistematização de informações sobre os programas de extensão realizados a partir de 1990, verificando sua articulação com o ensino e a pesquisa, assim como com as necessidades e demandas do entorno social.
- Apresentação, até o final de 2005, de um diagnóstico da política de pós-graduação que identifique tanto a capacidade instalada quanto as condições necessárias à sua consolidação e ampliação.
- Realização de diagnóstico que expresse as condições estruturais inibidoras das ações institucionais para a comunicação entre as diferentes unidades acadêmicas e administrativas, até final de 2005.
- Realização de diagnóstico sobre a situação do quadro técnico-administrativo da instituição, com vista à definição de uma política de melhoria e desempenho profissional.
- Levantamento do perfil sócioeconômico e cultural dos discentes da instituição, de modo a subsidiar a definição de uma política de atendimento estudantil.
- Levantamento de informações sobre a pesquisa na instituição, objetivando a definição de uma política de fortalecimento e incentivo à produção acadêmica, científica e cultural.

4. Resultados esperados:

- Definição do perfil do corpo docente da instituição a partir de sua produção científica, implementando ações para a melhoria do desempenho profissional, pessoal e institucional.
- Conhecimento da situação dos egressos com vista a fortalecer o atendimento das demandas sociais.
- Definição do perfil dos cursos implantados na instituição, sua adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais e ao desempenho e aceitabilidade social.
- Conhecimento dos programas de extensão, sua articulação com o ensino e a pesquisa e consonância com as necessidades e demandas do entorno social.
- Construção do perfil da pós-graduação e identificação da capacidade instalada e das ações necessárias ao fortalecimento e ampliação.
- Definição do perfil dos servidores técnicos administrativos.

- Conhecimento das condições estruturais e de recursos humanos da instituição com definição de ações de comunicação entre as diferentes unidades da IFES.
- Perfil sócio-econômico e cultural dos discentes e redefinição de uma política de atendimento estudantil.

5. Instrumentos de coleta de dados

A aplicação dos instrumentos teve como público alvo os docentes, discentes, gestores, servidores técnicos administrativos e a comunidade externa.

Como aporte metodológico, todo o processo de avaliação partiu da compreensão que a avaliação tem, primordialmente, funções formativas, com fins voltados para a consolidação de um processo de comunicação em que se possa apontar informações das condições de funcionamento da IFES em suas várias dimensões. Para tanto, o processo de avaliação contemplou aspectos quantitativos e qualitativos. Na dimensão quantitativa, foram aplicados um grupo de quatro questionários com questões abertas e fechadas para todos os segmentos que compõem a comunidade interna.

A avaliação externa compreendeu a consulta à comunidade situada no entorno da instituição e foi realizada seguindo a mesma metodologia adotada internamente, com aplicação de um questionário com questões também abertas e fechadas. Na aplicação de instrumentos avaliativos, diversos setores da sociedade puderam se manifestar, conforme serão apresentados na tabulação e análise dos dados.

Os instrumentos de coleta de dados foram formatados considerando as orientações dos SINAES, bem como os objetivos e metas do projeto, e contemplaram cinco dimensões, sendo as três primeiras focadas na instituição de uma forma geral e global, podendo ser respondidas por qualquer um dos segmentos do público alvo; a quarta foi voltada para a avaliação da instituição pela comunidade externa e a quinta reporta-se a avaliação do trabalho do docente e dos aspectos afetos aos cursos propriamente ditos, respondidos pelos alunos. Os questionários foram divididos por temáticas com várias questões de múltipla escolha, que vão de *sim*, *não*, *em parte*, e *desconheço*. No final de cada temática ha uma questão que se podia apontar para esta temática, *três pontos positivos e três pontos negativos*, constando ainda no final de cada

instrumento, campos para serem comentados livremente *outros aspectos e para observações*.

As dimensões dos questionários com as divisões por temáticas:

1. Avaliação geral da instituição:
 - a. Dados de Identificação
 - b. Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional
 - c. Aspectos da atuação dos profissionais
 - d. Responsabilidade social da instituição
 - e. A comunicação com a sociedade
 - f. Outros aspectos

2. Estrutura Física, Política de Pessoal e Gestão.
 - a. Dados de identificação
 - b. Políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e técnicos administrativos
 - c. Organização e Gestão da Instituição
 - d. Infra-estrutura física
 - e. Sustentabilidade financeira da Instituição
 - f. Planejamento e Avaliação
 - g. Outros aspectos

3. Políticas para o Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão.
 - a. Dados de Identificação
 - b. Ensino
 - c. Pesquisa
 - d. Extensão
 - e. Pós-graduação
 - f. Política de atendimento aos estudantes
 - g. Política de atendimento aos egressos
 - h. Outros aspectos

4. Avaliação da Comunidade Externa.

- a. Dados de Identificação
- b. Absorção dos Profissionais
- c. Aspectos da atuação dos profissionais
- d. Validade social e profissional dos cursos oferecidos na UFAC
- e. Comunicação com a sociedade
- f. Outros aspectos

5. Avaliação do Docente, realizada pelo Discente.

- a. Dados de Identificação
- b. Estrutura Curricular
- c. Organização e práticas pedagógicas
- d. Política de atendimento aos estudantes
- e. Outros aspectos

A sensibilização permeou todo o processo de avaliação buscando sempre envolver a comunidade acadêmica na construção e desenvolvimento da proposta avaliativa. Para tanto, foram desenvolvidas ações como palestras, seminários, mesas redondas, conversas, debates, reflexões, reuniões, utilizando-se cartazes, folders, publicações, aproveitando também todos os veículos de comunicação interna e externa, de forma a atingir todas as unidades, assim como a sociedade.

A Comissão Própria de Avaliação, nesta primeira fase, procedeu à distribuição de documento emanado do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior-SINAES, mais precisamente, Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições, objetivando a coleta de sugestões que viessem subsidiar a proposta do projeto de auto-avaliação da UFAC. Essa estratégia não surtiu o efeito desejado, razão pela qual a CPA, após ouvir chefias de unidades acadêmicas, decidiu pela elaboração de um pré-projeto, distribuído para a comunidade universitária como forma de subsidiar as reflexões e discussões dos seminários e mesas redondas. Após essa fase, o Projeto foi submetido a discussão e aprovação pelo Conselho Universitário.

Como encaminhamento das atividades foram formadas subcomissões junto às unidades acadêmicas, para melhor articulação, divulgação, sensibilização e desenvolvimento das atividades. Assim, constituiu-se dezenove subcomissões ligadas às mais diferentes unidades acadêmicas e administrativas com representações dos diversos segmentos da comunidade acadêmica. Tendo sido cumpridas as etapas de divulgação, sensibilização e capacitação foram cumpridas junto às subcomissões, tornando-as multiplicadoras das atividades, por meio de reuniões, encontros e distribuição de impressos, CD-ROM e divulgação na página eletrônica da UFAC.

A validação dos instrumentos foi realizada junto às diversas categorias a serem pesquisadas, tanto nas versões de questionários impressos quanto eletrônicos. Durante a validação dos instrumentos foram percebidas algumas inconsistências e problemas técnicos nos questionários, problemas estes equacionados a contento.

A fase de aplicação dos instrumentos foi realizada durante os meses de novembro e dezembro de 2006 usando a seguinte logística: seleção de quinze bolsistas, todos os estudantes da instituição distribuídos nos mais diversos cursos e turnos. Depois de providenciada a capacitação, os bolsistas foram colocados junto às subcomissões para desenvolvimento das atividades, divididos por categorias acadêmicas: docentes, discentes, técnicos administrativos e comunidade externa. Foram distribuídos, censitariamente, questionários para os discentes, docentes e técnicos administrativos. Para a comunidade externa foram encaminhados questionários para noventa e cinco empresas e órgãos públicos, os quais absorvem profissionais formados pela UFAC. Também foi dada a devida orientação para preenchimento dos questionários na página eletrônica da UFAC, por meio de panfleto informativo e visitas dos bolsistas/pesquisadores.

A distribuição dos questionários, orientação para preenchimento on-line e a digitação dos formulários respondidos durou trinta dias. Os dados digitalizados foram tabulados e trabalhados estatisticamente conforme se apresentam nas análises e na sumarização gráfica.

O relatório final buscará fazer uma análise a partir dos dados levantados pela Comissão Própria de Avaliação Institucional, via processo investigativo, já relatado acima, bem como de informações colhidas nos setores administrativos e acadêmicos.

Para responder à dimensão qualitativa serão realizados momentos coletivos de reflexão em um **Seminário de Avaliação Institucional**, no qual todas as unidades estarão procedendo análises de suas ações com vista a um olhar coletivo. O Seminário de Avaliação Institucional será fomentado, realizado e acompanhado por comissão constituída para tal fim, com participação direta da Reitoria e Pró-Reitorias. A aplicação de questionário será realizada por comissões constituídas pelas respectivas unidades acadêmicas e administrativas. As avaliações realizadas por alunos e professores serão acompanhadas por comissões instituídas pelos respectivos colegiados dos cursos. Os seminários aqui previstos deverão acontecer para apresentação e discussão do presente relatório com a comunidade acadêmica.

4. Perfil da Instituição

4.1. Histórico

A criação da UFAC tem sua origem nos movimentos da sociedade civil organizada, na qual se fez presente, de maneira marcante, o movimento estudantil. Frente às necessidades intrínsecas do Estado do Acre, tornava-se premente a criação de uma Universidade que fosse capaz de promover e gerar novos conhecimentos, além de qualificar recursos humanos, o que possibilitaria a inserção do Estado no cenário do desenvolvimento nacional.

No dia 25 de março de 1964, por meio do Decreto Estadual nº 187, publicado no Diário Oficial do Estado, de 4 de abril do mesmo ano, nascia a Faculdade de Direito (Lei Estadual nº 15, de 07 de setembro de 1964), que seria reconhecida pelo Parecer nº 660, de 04 de setembro de 1970, do Conselho Federal de Educação, e pelo Decreto Presidencial nº 67.534, de 11 de novembro de 1970.

Em 1968 foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas, vindo, em seguida, os Cursos de Letras, Pedagogia, Matemática (licenciatura plena) e Estudos Sociais (licenciatura curta). Oficializou-se, assim, em 03 de março de 1970, o Centro Universitário do Acre, que congregava os seis cursos. No ano seguinte, transforma-se em Universidade do Acre, em 22 de janeiro de 1971, sob o regime de Fundação. Três anos depois é federalizada por meio da Lei 6.025, de 05 de abril de 1974, passando a denominar-se Universidade Federal do Acre. A instituição contava, a essa altura, com 857 (oitocentos e cinquenta e sete) estudantes matriculados regularmente nos seus seis cursos (Direito, Economia, Letras, Pedagogia, Matemática e Estudos Sociais), além da clientela do interior do Estado, oriunda dos cursos de licenciatura de primeiro grau (regime parcelado) de Letras, Pedagogia, Estudos Sociais e Ciências, iniciados no ano anterior, em convênio com a Secretaria de Educação do Estado.

Em 1979, altera-se a estrutura organizacional da UFAC, dando origem à criação dos Departamentos Acadêmicos e Colegiados dos Cursos, assim nominados: *Ciências Agrárias e Tecnológicas, Geografia e História, Educação, Direito, Ciências da Saúde,*

Educação Física e Desportos, Ciências da Natureza, Matemática e Estatística, Letras, Economia, Filosofia e Ciências Sociais. Depois houve o desmembramento de dois destes departamentos – Ciências Agrárias e Tecnológicas e Geografia e História, resultando nos de Ciências Agrárias, Geografia, História e na criação do departamento de Engenharia Civil.

No decorrer de todo o processo de expansão do ensino de graduação também foram oferecidos cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização) por quase todos os Departamentos Acadêmicos da UFAC. Segundo dados da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, no período de 1992 a 2005, foram oferecidos em torno de 50 cursos inscrevendo-se 1.324 (um mil e trezentos e vinte e quatro) alunos, tanto na capital, quanto no interior do Estado.

Em 1996, foi implantado o Curso de Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais, com o objetivo de contribuir para a formação de uma metodologia de estudos ambientais voltados para o desenvolvimento do Estado do Acre.

A UFAC ofereceu ainda através de MINTERs (Mestrados Interinstitucionais) o Curso de Mestrado em Educação (UFRJ, UFAC, UNIR), História (UFPE, UFAC e UNIR) e Ciências Sociais (PUC/SP, UFAC) que objetivava desenvolver estudos e pesquisas, de forma interdisciplinar estabelecendo relação dialética entre teoria e prática. O ensino, nesse sentido, abriu espaço para o levantamento de novos problemas a serem caracterizados e aprofundados pela pesquisa, cujos resultados contribuíram, significativamente, para a atividade educacional.

Em julho de 2001, o Conselho Universitário definiu e aprovou cinco temas prioritários da pesquisa: **cultura e sociedade, meio ambiente, educação, saúde, tecnologia e desenvolvimento regional (Resolução nº 17/2001)**. Esses temas foram pensados com o objetivo de evitar ações pulverizadas e fragmentadas que até então caracterizavam as pesquisas realizadas, imprimindo um caráter mais organizacional do programa de pesquisa.

A UFAC tem implementado o programa de bolsas de iniciação científica – PIBIQ/CNPQ/UFAC – com a participação de diversas unidades acadêmicas.

Outro projeto de amplo alcance é o Programa Regional de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Ocidental – PROREDES, o qual é coordenado e executado pela UFAC em parceria com o Ministério da Agricultura, Fundação Nacional do Índio – FUNAI e outras instituições que atuam como suporte de apoio na ampliação do conhecimento da biodiversidade do Estado, na sócio-economia e capacitação regional.

No âmbito da extensão, a UFAC tem realizado um número bastante significativo de atividades. De 1993 a 1999 foi desenvolvido o Programa “Melhoria da Qualidade da Ação Educativa”, focada na educação básica mediante a qualificação de recursos humanos e interação permanente da UFAC com as Secretarias Estadual e Municipais da Educação, visando ao desenvolvimento da ação educativa em todo o Estado do Acre. Esse Programa abrangeu 22 (vinte e dois) municípios atendendo professores especialistas e coordenadores pedagógicos com atuação direta no processo de ensino-aprendizagem do sistema da educação básica mediante o desenvolvimento articulado de ações específicas de: “capacitação de recursos humanos”, “assessorias permanentes”, “produção de recursos didáticos” dentre outras atividades.

A UFAC desenvolveu como atividade de extensão, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Trata-se de um Programa Nacional que no Acre é desenvolvido por meio da parceria entre UFAC, INCRA, SEJA e Prefeituras, mediante a realização do Projeto “Ações Integradas para a Educação de Jovens e Adultos nos Assentamentos de Reforma Agrária”, com atividades realizadas nos Assentamentos: Figueira e Caquetá, Porto Alonso, em Porto Acre e Rio Branco.

Recentemente, a UFAC tem desenvolvido o Programa PAIR/OIT, que congrega ações integradas e referenciais de enfrentamento à violência e a exploração sexual da criança e do adolescente, tendo como objetivo a consolidação da rede de combate à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes do Estado do Acre.

Outras ações são desenvolvidas pelo corpo docente e técnico administrativo, permitindo, assim, que a UFAC cumpra com seu papel junto à sua comunidade em região.

O Programa de Interiorização do Ensino de Graduação da Universidade Federal do Acre, iniciado em 1973, representa um esforço desta IFES em descentralizar suas

atividades acadêmicas, sediadas basicamente em Rio Branco. Historicamente, o isolamento das regiões do Estado do Acre tem se constituído em permanente desafio, em parceria com o Governo do Estado e Prefeituras acreanas, de formar o quadro de professores para a educação básica, por meio do Programa de Interiorização do Ensino de Graduação.

Foi a partir desse quadro de isolamento e carência que a UFAC assumiu o desafio, em parceria com o Governo do Estado e das Prefeituras Municipais, de formar o quadro de professores para a educação básica, através do **Programa de Interiorização do Ensino de Graduação**.

A primeira fase do Programa, iniciada em 1973, habilitou daquele ano até 1978, 134 (cento e trinta e quatro) professores nas áreas de Ciências, Letras, Estudos Sociais e Pedagogia, com um desenho curricular de Licenciatura Curta. Numa segunda fase, de 1981 a 1983, habilitou 164 (cento e sessenta e quatro) professores por meio dos Cursos Parcelados de Licenciatura Curta nas áreas de Pedagogia, Estudos Sociais, Letras e Ciências, nos Vales do Acre e Juruá, sendo Xapurí e Cruzeiro do Sul sede desses cursos. A terceira fase, de 1986 a 1993, habilitou 706 (setecentos e seis) professores, sendo 385 (trezentos e oitenta e cinco) em Cursos parcelados de Licenciatura Curta em Pedagogia e Letras e 232 (duzentos e trinta e dois) em Cursos Parcelados de Licenciatura Plena em Pedagogia e Letras, oferecidos nos municípios de Xapurí, Brasiléia, Sena Madureira, Feijó, Tarauacá. Nesse mesmo período foram habilitados, também 109 (cento e nove) professores no Curso Regular de Licenciatura Plena em Letras, nas modalidades Letras-Português e Letras-Inglês, em Cruzeiro do Sul.

Foi também implantado, em 1993, o Curso de Pedagogia – Regular, em Cruzeiro do Sul. Dois anos após, foram criados dois cursos modulares, em caráter temporário, nos municípios de Xapurí – Licenciatura Plena em História – e Brasiléia – Licenciatura Plena em Geografia – e um Curso Parcelado no Município de Tarauacá – Licenciatura Plena em Letras, atendendo, dessa maneira, um grupo de 150 (cento e cinquenta) alunos naqueles municípios.

No segundo semestre de 1996, foram aprovados e iniciados três cursos para os municípios de Feijó, Plácido de Castro e Sena Madureira, sendo, respectivamente,

Licenciatura Plena em História – regime modular, Licenciatura Plena em Pedagogia – regime parcelado e Licenciatura Plena em Letras – regime parcelado.

Após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, com a obrigatoriedade da formação de professores para a educação básica acontecer em nível superior, expresso em seu artigo 62, não apenas por imperativo legal mas também por uma articulação e vontade política, foram intensificadas as ações de graduação da UFAC no interior, por meio do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica – PEFPEB e do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, iniciados em 2001 e concluídos no ano de 2006. Essas novas ações foram possibilitadas novamente pelas parcerias institucionais formadas pela UFAC, Governo do Estado e Prefeituras municipais.

Esses dois Programas envolveram sete Cursos de Licenciaturas, a saber: Biologia, Educação Física, Geografia, História, Letras (Português e Espanhol), Matemática e Pedagogia, e estão em processo final, com um quantitativo em torno de 4.200 alunos, divididos em nove pólos: Rio Branco, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Xapurí, Brasiléia, Sena Madureira, Tarauacá, Feijó e Cruzeiro do Sul.

No ano de 2003, a UFAC e seus parceiros, realizaram seminários de avaliação denominados “(Re)pensar a Formação para Intervir na Ação”. Esses eventos aconteceram em todos os municípios pólos, tendo como objetivo identificar e superar os problemas e entraves à plena concretização dos objetivos formativos propostos em cada curso. As discussões realizadas nos seminários possibilitaram visualizar alguns pontos que necessitavam ser olhados com atenção, e, sobretudo, apontaram a dimensão significativa do que representa, para aquelas comunidades, a atuação da UFAC nos programas especiais de graduação. Em síntese reconhecem, sem exceção de nenhum município, que a implementação dos Programas Especiais de Formação de Professores promoveu a elevação da qualidade de vida, tanto no que diz respeito às suas competências profissionais, quanto às dimensões concernentes ao exercício da cidadania às quais consideram estar passando por um progressivo processo de transformação.

A UFAC tem marcado sua importância junto à comunidade enquanto instituição formadora de profissionais para o crescimento do Estado, registrado isto mediante o número crescente de alunos matriculados no período de 1999 a 2007.

4.2. Perfil Atual da UFAC

O Plano de Desenvolvimento Institucional expressa como missão da UFAC

Produzir, sistematizar e difundir conhecimento, articular saberes e formar pessoas mediante ações integradas de ensino, pesquisa e extensão, com o intuito de contribuir para a melhoria de vida, formação de uma consciência crítica e de cidadania, visando uma sociedade igualitária e democrática. (PDI, 2006).

Para concretização de sua missão e objetivos, a UFAC, conta atualmente com dois *Campus Universitários*, em Rio Branco, o *Campus Prof. Áulio Gélio Alves de Souza* e o *Campus Universidade da Floresta*, em Cruzeiro do Sul. A universidade está também presente em todos municípios do Estado do Acre através de seus núcleos e pertencente ao seu patrimônio os núcleos de Xapuri e de Sena Madureira, este recentemente repassado a UFAC pelo prefeito daquele município, e com núcleos instalados por meio de parcerias com o Governo do Estado do Acre e prefeituras locais nos demais municípios. Dessa forma, a UFAC se apresenta como Instituição de Educação Superior Federal presente em todos os municípios de seu Estado, levando atividades de ensino, pesquisa e extensão.



Figura 1. Presença da UFAC no Estado do Acre.

Academicamente, a instituição é composta de treze Departamentos Acadêmicos no *Campus* de Rio Branco, mais o Colégio de Aplicação. Com a aprovação do novo Estatuto da UFAC, em 2004, todos os Departamentos serão distribuídos nos seis Centros acadêmico-administrativos, a saber: 1) Filosofia e Ciências Humanas; 2) Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas; 3) Ciências Exatas e Tecnológicas; 4) Ciências Biológicas e da Natureza; 5) Ciências da Saúde e do Desporto e 6) Educação, Letras e Artes. Estes em processo de implantação.

O *Campus* de Cruzeiro do Sul conta com três Centros, a saber: Ciências Biológicas e da Natureza - CCBN, Ciências da Saúde e do Desporto – CCSD e Centro de Educação, Letras e Artes- CELA, para viabilizar a execução das ações planejadas, no âmbito do Programa de Expansão do Sistema Público Federal de Educação Superior 2004/2006.

Nos núcleos da UFAC nos demais municípios encontram-se funcionando os Programas Especiais de Formação de Professores e de Bacharelado em Economia em parceria com o Governo do Estado e prefeitura municipais.

4.2.1. Graduação

A universidade disponibiliza à comunidade uma ampla oferta de cursos de graduação distribuídos em seu *Campi* e núcleos:

Quadro 01. Cursos oferecidos em Rio Branco

Campus Universitário Reitor Áulio Gélío Alves de Souza - Rio Branco			
Ordem	Curso	Habilitação	Turno
1.	Artes Cênicas	Licenciatura	Noturno
2.	Agronomia	Bacharelado	Matutino
3.	Ciências Biológicas	Licenciatura	Noturno
4.	Ciências Sociais	Bacharelado	Noturno
5.	Comunicação Social Jornalismo	Bacharelado	Noturno
6.	Direito	Bacharelado	Noturno
7.	Educação Física	Licenciatura	Matutino
8.	Educação Física	Bacharelado	Matutino
9.	Engenharia Agrônômica	Bacharelado	Mat-Vesp.
10.	Engenharia Civil	Bacharelado	Mat-Vesp.
11.	Engenharia Florestal	Bacharelado	Mat-Vesp.
12.	Enfermagem	Bacharelado	Mat-Vesp.
13.	Física	Licenciatura	Vespertino
14.	Geografia	Licenciatura	Matutino

15.	Geografia	Bacharelado	Mat-Vesp.
16.	História	Licenciatura	Matutino
17.	História	Licenciatura	Noturno
18.	História	Bacharelado	Vespertino
19.	Letras Português	Licenciatura	Vespertino
20.	Letras /Francês	Licenciatura	Vespertino
21.	Letras/ Inglês	Licenciatura	Vespertino
22.	Letras/Espanhol	Licenciatura	Noturno
23.	Matemática	Licenciatura	Mat-Vesp.
24.	Medicina	Bacharelado	Mat-Vesp.
25.	Música	Licenciatura	Noturno
26.	Pedagogia	Licenciatura	Vespertino
27.	Química	Licenciatura	Matutino
28.	Sistemas de Informação	Bacharelado	Mat-Vesp.
PFPEB¹	Ciências Biológicas ***	Licenciatura	Integral
	Educação Física ***	Licenciatura	Integral
	Geografia ***	Licenciatura	Integral
	História ***	Licenciatura	Integral
	Letras ***	Licenciatura	Integral
	Matemática***	Licenciatura	Integral
	Pedagogia***	Licenciatura	Integral
	Economia***	Bacharelado	Manhã

Quadro 02. Cursos oferecidos em Cruzeiro do Sul.

Campus de Cruzeiro do Sul 'Universidade da Floresta'			
Ordem	Curso	Modalidade	Turno
1.	Agronomia	Bacharelado	Matutino
2.	Ciências Biológicas	Licenciatura	Noturno
3.	Ciências Biológicas	Bacharelado	
4.	Engenharia Florestal	Bacharelado	Mat.-Vesp.
5.	Enfermagem	Bacharelado	Mat.-Vesp.
6.	Farmácia	Bacharelado	Mat.-Vesp.
7.	Formação de Professores Indígenas	Licenciatura	Vespertino
8.	Letras/Português	Licenciatura	Vespertino
9.	Letras/Inglês	Licenciatura	Noturno
10.	Letras/Espanhol	Licenciatura	Noturno
11.	Pedagogia	Licenciatura	Vespertino
Programas Especiais	Ciências Biológicas ***	Licenciatura	Integral
	Educação Física ***	Licenciatura	Integral
	Geografia ***	Licenciatura	Integral
	História ***	Licenciatura	Integral
	Letras ***	Licenciatura	Integral
	Matemática***	Licenciatura	Integral
	Pedagogia***	Licenciatura	Integral
	Economia*	Bacharelado	Manhã

¹ Programa Especial de Formação de Professores para Educação Básica em Parceria com o Governo do Estado do Acre/Secretaria de estado de Educação e Prefeituras Municipais.

**Quadro 03. Cursos oferecidos nos municípios do interior do Estado, exceto
Cruzeiro do Sul**

Programas Especiais de Formação de Graduação			
Municípios	Curso	Modalidade	Turno
Núcleo de Acrelandia	Economia *	Bacharelado	Manhã
Núcleo Assis Brasil	Ciências Biológicas**	Licenciatura	Manhã
	Letras Português**	Licenciatura	Tarde
	Matemática**	Licenciatura	Noite
Núcleo de Capixaba	Economia *	Bacharelado	Manhã
Núcleo de Brasília	Ciências Biológicas ***	Licenciatura	Integral
	Educação Física ***	Licenciatura	Integral
	Geografia ***	Licenciatura	Integral
	História ***	Licenciatura	Integral
	Letras ***	Licenciatura	Integral
	Matemática***	Licenciatura	Integral
	Pedagogia***	Licenciatura	Integral
	Economia***	Bacharelado	Manhã
Núcleo de Bujari	Economia*	Bacharelado	Manhã
Núcleo de Epitaciolândia	Economia*	Bacharelado	Manhã
Núcleo de Feijó	Ciências Biológicas***	Licenciatura	Integral
	Letras***	Licenciatura	Integral
	Matemática***	Licenciatura	Integral
	Pedagogia***	Licenciatura	Integral
	Economia*	Bacharelado	Manhã
Núcleo Jordão	Ciências Biológicas**	Licenciatura	Manhã
	Letras Português**	Licenciatura	Tarde
	Matemática**	Licenciatura	Noite
Núcleo Manoel Urbano	Ciências Biológicas**	Licenciatura	Manhã
	Letras Português**	Licenciatura	Noite
	Matemática**	Licenciatura	Noite
Núcleo de Mâncio Lima	Economia*	Bacharelado	Tarde
Núcleo M. Thaumaturgo	Ciências Biológicas**	Licenciatura	Manhã
	Letras Português**	Licenciatura	Noite
	Letras***	Licenciatura	Integral
	Matemática**	Licenciatura	Noite
	Pedagogia***	Licenciatura	Integral
	Letras***	Licenciatura	Integral
	Matemática***	Licenciatura	Integral

Núcleo de Plácido de Castro	Pedagogia***	Licenciatura	Integral
	Economia***	Bacharelado	Manhã
Núcleo de Porto Acre	Economia*	Bacharelado	Manhã
Núcleo Porto Walter	Ciências Biológicas**	Licenciatura	Manhã
	Letras Português**	Licenciatura	Noite
	Letras***	Licenciatura	Integral
	Matemática**	Licenciatura	Noite
	Pedagogia***	Licenciatura	Integral
Núcleo de Rodrigues Alves	Economia***	Bacharelado	Manhã
Núcleo de Sena Madureira	Ciências Biológicas ***	Licenciatura	Integral
	Educação Física ***	Licenciatura	Integral
	Geografia ***	Licenciatura	Integral
	História ***	Licenciatura	Integral
	Letras ***	Licenciatura	Integral
	Matemática***	Licenciatura	Integral
	Pedagogia***	Licenciatura	Integral
	Economia***	Bacharelado	Manhã
Núcleo de Senador Guimard	Ciências Biológicas ***	Licenciatura	Integral
	Geografia ***	Licenciatura	Integral
	História ***	Licenciatura	Integral
	Letras ***	Licenciatura	Integral
	Matemática***	Licenciatura	Integral
	Pedagogia***	Licenciatura	Integral
	Economia***	Bacharelado	Manhã
	Núcleo de Tarauacá	Ciências Biológicas ***	Licenciatura
Geografia ***		Licenciatura	Integral
História ***		Licenciatura	Integral
Letras ***		Licenciatura	Integral
Matemática***		Licenciatura	Integral
Pedagogia***		Licenciatura	Integral
Economia***		Bacharelado	Manhã
Núcleo de Xapuri		Economia***	Bacharelado

* Programa especial de Graduação – Bacharelado em Economia.

** Programa Especial de Formação de Professores para Educação Básica para os Municípios de difícil Acesso.

*** Programa Especial de Formação de Professores para Educação Básica para os professores que atuam na Zona Rural.

Quadro 04. Cursos regulares atuais na Universidade Federal do Acre.

Ensino de Graduação – Campus de Rio Branco

Bacharelado

- Engenharia Agrônômica
- Geografia
- Ciências Sociais
- Com. Social/ Jornalismo
- Direito
- História
- Economia
- Educação Física
- Enfermagem
- Engenharia Elétrica
- Engenharia Civil
- Engenharia Florestal
- Medicina
- Sistemas de Informação

Licenciatura

- Artes Cênicas
- Ciências Biológicas
- Geografia
- Educação Física
- História
- Letras - Português
- Letras - Francês
- Letras - Inglês
- Letras - Espanhol
- Matemática
- Música
- Pedagogia
- Química
- Física

- Curso com estrutura curricular reformulada na atual gestão
- Cursos criados e/ou implantados na atual gestão
- Curso a ser criado até 2008

Ensino de Graduação - Campus de Cruzeiro do Sul

Bacharelado

- Ciências Biológicas
- Enfermagem
- Engenharia Agrônômica
- Engenharia Florestal
- Farmácia

Licenciatura

- Letras – Inglês
- Letras Português
- Letras Espanhol
- Pedagogia
- Ciências
- Educação Indígena

- Cursos Criados na atual gestão
- Curso a ser criado até 2008
- Cursos com estrutura curricular reformulada



4.2.2. Pós-Graduação

Na Pós-Graduação, a UFAC, nos últimos anos, implantou três programas de mestrados institucionais, a saber: Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais; Desenvolvimento Regional, com caráter multidisciplinar; Letras: Linguagem e Identidade; Agronomia: Produção Vegetal. Atualmente encontra-se em processo de aprovação o curso de mestrado em Saúde Coletiva. A UFAC também realizou outros cursos de mestrado e doutorado na modalidade MINTER-DINTER em parceria com IFES credenciadas pela CAPES. Hoje, por meio desta modalidade, está oferecendo mestrado e doutorado na área de Saúde Pública em parceria com a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – USP. Oferece também o DINTER em Educação em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais e encontra-se em fase de conclusão o curso em Direito na área de Relações Internacionais, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, também na modalidade MINTER.

O quadro permanente da UFAC era constituído em 2006 de 30,61% de professores doutores e 43,87% de mestres. Apesar da crescente qualificação de seus professores e sua crescente inclusão científico-acadêmica no cenário regional, verifica-se a contínua necessidade de melhoria dos cursos *stricto sensu* institucionais.

A UFAC tem se preocupado com a articulação entre o ensino de graduação e a pós-graduação, via Iniciação Científica (IC), grupos de pesquisas, atuação de professores de pós-graduação na graduação, visando uma maior integração com o ensino de pós-graduação e, sobretudo com o desenvolvimento da pesquisa visando assim, proporcionar uma formação mais técnico-científica, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento regional.

Tendo em vista a proximidade geográfica do Estado do Acre com os países vizinhos Bolívia e Peru, a UFAC vem trabalhando na possibilidade da implantação de um curso de pós-graduação trinacional com apoio das agências financiadoras CNPq e CAPES, o que contribuem para o desenvolvimento amazônico e a formação de recursos humanos a nível de pós-graduação e, sobretudo, a produção de pesquisa voltada para a problemática local.

Quadro 05. Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Institucionais

Nome do curso	Departamento
Ecologia e Manejo de Recursos Naturais	Ciências da Natureza
Desenvolvimento Regional	Multidisciplinar
Linguagem e Identidade	Letras
Produção Vegetal	Agronomia

Institucionalmente a UFAC tem oferecido, também, uma diversidade de cursos de especialização voltados para a comunidade em geral, como uma forma de educação continuada, os quais podem ser visualizados no quadro abaixo.

Quadro 06. Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* oferecidos na UFAC

Nome do Curso	Departamento
Tecnologia de Alimentos	Ciências Agrárias
Fruticultura Tropical	Ciências Agrárias
Levantamento e Classificação de Solos	Ciências Agrárias
Análise Clínica	Ciências da Natureza
Metodologia do Ensino de Ciências para prof. de 5º à 8ª série.	Ciências da Natureza
Ecologia e Manejo de Florestas Tropicais	Ciências da Natureza
Ecologia e Manejo de Florestas Tropicais	Ciências da Natureza
Botânica de Vegetais Inferiores	Ciências da Natureza
Ecologia da Amazônia	Ciências da Natureza
Tópicos de Ecologia da Amazônia	Ciências da Natureza
Áreas Básicas	Ciências da Natureza
Anatomia, Organologia e Fisiologia Humana.	Ciências da Natureza
Saúde Mental	Ciências da Saúde
Saúde da Família III	Ciências da Saúde
Enfermagem obstétrica	Ciências da Saúde
Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde	Ciências da Saúde
Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde	Ciências da Saúde
Saúde da Família II	Ciências da Saúde
Enfermagem Obstétrica	Ciências da Saúde
Saúde da Família	Ciências da Saúde
Enfermagem Obstétrica	Ciências da Saúde
Medicina do Trabalho	Ciências da Saúde
Saúde Pública	Ciências da Saúde
Enfermagem Médica - Cirúrgica	Ciências da Saúde
Saúde Pública	Ciências da Saúde
Gerências de Unidades Básicas de Saúde	Ciências da Saúde
Tópicos de Enfermagem Geral	Ciências da Saúde
Aperfeiçoamento em Docente e Profissional na Área de Saúde	Ciências da Saúde
Direito Constitucional	Direito
Direito Processual Civil	Direito
Educação Inclusiva	Educação
Educação Infantil	Educação
Gestão Escolar	Educação
Gestão Escolar	Educação
Gestão Escolar	Educação
Educação Infantil	Educação
Gestão Escolar	Educação

Educação e Trabalho	Educação
Metodologia do Ensino Superior	Educação
Alfabetização – Tarauacá	Educação
Metodologia do Ensino Superior	Educação
Currículo e Avaliação Educacional	Educação
Metodologia do Ensino Superior	Educação
Alfabetização	Educação
Metodologia do Ensino Pré-Escolar e Fundamental	Educação
Metodologia do Ensino Superior	Educação
Administração Universitária	Educação
Metodologia do Ensino Superior	Educação
Metodologia do Ensino Superior II	Educação
Metodologia do Ensino Superior	Educação
Aperfeiçoamento de Docentes da Faculdade de Educação da UFAC	Educação
Complementação Pedagógica	Educação
Agentes de Inovação e Difusão Tecnológica	Economia
Economia do Setor Público	Economia
Economia do Setor Público	Economia
Planejamento e Gerencia de Projetos	Economia
Introdução e Planejamento Agrícola	Economia
Economia Rural	Economia
Planejamento Regional	Economia
Tópicos Avançados em Macroeconomia	Economia
Atividade Física na Promoção de Saúde e Qualidade de Vida	Educação Física
Pedagogia do Laser e Recreação no Tempo Livre	Educação Física
Ciência e Técnica do Desporto	Educação Física
Ciência e Técnica do Desporto	Educação Física
Pedagogia da Educação Física Brasileira	Educação Física
Antropologia e Arqueologia	Filosofia e Ciências Sociais
Ciências Sociais	Filosofia e Ciências Sociais
Ciências Sociais	Filosofia e Ciências Sociais
Ciências Sociais	Filosofia e Ciências Sociais
História da Filosofia	Filosofia e Ciências Sociais
Análise Regional	Geografia
Planejamento e Meio Ambiente	Geografia
Metodologia do Ensino da Geografia	Geografia
Planejamento e Meio Ambiente	Geografia
Planejamento e Meio Ambiente	Geografia
Metodologia do Ensino em Geografia	Geografia
Metodologia do Ensino de Geografia	Geografia
Aerofotogrametria Aplicada aos Estudos Ambientais	Geografia
Cultura, Natureza e Movimentos Sociais na Amazônia.	História
História da Amazônia	História
História Econômica e Social da Amazônia	História
História Econômica e Social da Amazônia	História
História Econômica da Amazônia	História
Pós-Graduação Lato Sensu em Letras_ Estudos Lingüísticos e Estudos Literários	Letras
Língua Inglesa CS	Letras
Língua Inglesa BRO	Letras
Literatura Infantil	Letras
Lingüística “Leitura e Produção de Texto”.	Letras
Língua Portuguesa e Ensino	Letras
Língua Portuguesa – RBO	Letras
Língua Portuguesa – CS	Letras
Língua Portuguesa – SM	Letras
Literatura Comparada SM	Letras

Literatura Infantil	Letras
Literatura Comparada	Letras
Teoria da Literatura e Literatura Infantil	Letras
Literatura Comparada CS	Letras
Linguística: Leitura e Produção de Texto	Letras
Metodologia do Ensino de Português para professores de 5º á 8ª séries – Feijó	Letras
Língua Portuguesa	Letras
Literatura Brasileira Contemporânea	Letras
Língua Portuguesa	Letras
Educação Matemática para o Ensino Fundamental	Matemática
Ensino de Matemática	Matemática
Análise de Sistemas	Matemática
Análises de Sistemas (Diurno)	Matemática
Análises de Sistemas (Noturno)	Matemática
Matemática	Matemática
Análise Matemática	Matemática

Embora venha desempenhando bem seu papel e alcançando objetivos importantes, a UFAC poderá melhorar ainda mais. Ao longo desses anos, problemas organizacionais foram se acumulando, tanto na estruturação quanto na oferta dos seus cursos de graduação. Estes problemas foram percebidos na análise dos questionários, assim como no contato com as diversas unidades acadêmicas, setores administrativos, estudantes e ainda na leitura de documentos administrativos sobre a vida acadêmica e funcionamento da instituição.

Os problemas apontados abaixo são considerados mais urgentes na medida em que a solução permitirá à instituição ampliar o acesso e melhorar significativamente o atendimento, à comunidade de um modo geral.

1. Situação da disparidade de horários dos cursos da instituição

A UFAC, atualmente, oferece cursos de graduação nos três turnos, sendo que alguns funcionam no período integral (matutino e vespertino). Em todos os turnos ha uma grande diferenciação nos horários de início e término do funcionamento desses cursos.

No turno matutino funcionam treze cursos, sendo que onze iniciam às sete horas e dois às sete horas e trinta minutos. Estes cursos têm quatro horários diferentes para o término, sendo onze horas e cinquenta minutos, doze horas e dez minutos e doze horas e vinte minutos.

Doze cursos funcionam no vespertino, porém que apenas um começa às treze horas e trinta minutos e onze às quatorze horas. Sete horários diferentes são apresentados para o término dos mesmos, a saber: dezessete horas, dezessete horas e trinta minutos, dezoito horas, dezoito horas e trinta minutos, dezoito e quarenta e dezoito horas e vinte minutos.

No período noturno funcionam oito cursos com quatro horários diferentes para o início, quais sejam: dezoito horas e dez minutos, dezoito horas e trinta minutos, dezoito horas e cinquenta minutos e dezoito horas. Quatro horários diferentes também são utilizados para o término, sendo: vinte e duas horas, vinte e duas horas e vinte minutos, vinte e duas horas e trinta minutos e vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos.

Esta diversidade de horários para início e término das aulas nos diversos cursos, gera problemas, tais como:

a. Salas de aulas e até mesmo blocos inteiros ociosos na medida em que ha uma incompatibilidade entre os cursos que terminam entre dezoito horas e trinta minutos a dezoito e vinte horas no turno vespertino e cursos que começam entre dezoito às dezoito horas no noturno. Impossibilitando assim, o uso coletivo do espaço físico de sala de aula.

b. Impossibilidade de mobilidade dos alunos entre os diversos cursos para integralização de disciplinas comuns, uma vez que os diferentes termos e inícios são geradores de horários dessincronizados tanto no tempo dos horários quanto nos tempos destinados ao lanche, impedindo assim, que o aluno possa fazer um componente curricular em outro curso e retornar ao seu curso de origem, sem prejuízo de horário.

c. Dificuldade de formação de turmas únicas para atender aos componentes curriculares comuns com número adequado de alunos. Detectando-se que ha atualmente oferta de várias turmas para o mesmo componente curricular no mesmo turno sendo oferecido para poucos alunos. Poderiam ser oferecidas turmas padronizadas de cinquenta alunos otimizando assim, tanto espaço físico quanto docente.

d. Dificuldade de otimização dos laboratórios, salas ambientes, auditórios e demais espaços físicos coletivos na medida em que os horários são dessincronizados.

2. Distribuição dos espaços físicos de uso coletivo para o desenvolvimento das atividades acadêmicas

Para o segundo semestre de dois mil e sete, a UFAC tem sessenta salas de aula ociosas, sendo quatorze no matutino, quatorze no vespertino e trinta e duas no noturno. Esta situação tem se repetido nos últimos anos e representa uma subutilização dos espaços físicos de sala de aula, uma vez que estes poderiam ser utilizados para maior oferta de vagas nos cursos já existentes ou mesmo ampliação da oferta de cursos.

Ha uma dificuldade de gerenciamento no uso dos espaços que poderiam ser comuns tais como: laboratórios, salas ambientes, auditórios e demais espaços físicos do uso coletivo, ficando cada unidade com seus laboratórios técnicos, de informática e salas ambientes de forma particularizada.

3. Índice de ocupação e ociosidade de vagas nos componentes curriculares, tanto comuns quanto específicos de cada curso

Considerando a matrícula em 2006, as vagas ofertadas, que são com base na entrada de cada curso e as vagas ocupadas, têm-se registrado um alto índice de vagas ociosas nos diferentes componentes curriculares de cada curso, mais acentuadamente, nos componentes comuns aos diversos cursos, como é o caso das licenciaturas e das disciplinas da área de Matemática, Física e Letras que são ofertados em diversos cursos, conforme quadro abaixo:

Quadro 07. Componentes Curriculares Comuns aos Diversos Cursos

Departamentos	Matrícula em 2006		Vagas Ofertadas*		Vagas Ocupadas*	
	Turmas	Professor	Turmas	Professor	Turmas	Professor
Ciências Agrárias	14	7	14	7	7	6
Ciências da Natureza	8	5	8	5	6	3
Ciências da Saúde	6	4	6	4	4	2
Direito	-	-	-	-	-	-
Economia	6	3	6	3	3	3
Educação	80	40	68	33	32	17
Educação Física	29	15	28	14	19	10
Engenharia Civil	18	9	18	9	8	8
Filosofia e Ciências Sociais	46	26	48	27	33	18
Geografia	6	3	6	3	3	3
História	15	8	10	6	7	4
Letras	70	37	55	32	40	21
Matemática	27	14	19	9	9	7
Total	325	171	286	152	171	102

FONTE SIE/UFAC

* Projeção de Turmas com 50 alunos

Observando todos os componentes curriculares oferecidos nas treze unidades acadêmicas do *campus* de Rio Branco para os vinte e oito cursos da UFAC foram organizadas, em 2006, trezentos e vinte e cinco turmas utilizando, em média, cento e setenta e um docentes, fazendo a relação de duas disciplinas para cada docente. Grande parte destas turmas foi organizada com menos de vinte alunos.

Se a montagem das turmas fosse padronizada em cinquenta alunos por turma, considerando apenas as vagas ofertadas, que são as correspondentes na entrada anual de cada curso (matrícula institucional), teríamos duzentos e oitenta e seis turmas com cento e cinquenta e dois docentes. Se considerarmos as vagas ocupadas que são oriundas da matrícula curricular teríamos cento e setenta e uma turma com cento e dois docentes. A diferença entre o praticado em 2006 e o que poderia ser feito com turmas padronizadas com cinquenta alunos seria de cento e setenta e três turmas e sessenta e nove docentes; isto apenas nos componentes curriculares comuns sem considerar os específicos de cada curso.

Quadro 08. Componentes Curriculares Ofertados em 2006

Departamentos	Vagas ofertadas nos componentes curriculares	Vagas ocupadas por número de aluno	Vagas disponíveis nos componentes curriculares
Ciências Agrárias	4.523	2.727	1.796
Ciências da Natureza	6.384	4.162	2.222
Ciências da Saúde	3.860	2.678	1.182
Direito	2.910	2.465	445
Economia	2.662	2.001	661
Educação	7.276	5.157	2.192
Educação Física	4.799	3.232	1.567
Engenharia Civil	2.917	1.815	1.102
Filosofia e Ciências Sociais	5.888	3.689	2.190
Geografia	2.656	1.790	866
História	4.555	3.311	1.244
Letras	7.125	4.847	2.278
Matemática	5.890	3.872	2.018
	61.445	41.746	19.763

FONTE SIE/UFAC

Considerando todos os componentes curriculares ofertados nos diversos cursos ministrados nos dois semestres letivos do ano de 2006, conforme quadro três acima, podemos visualizar o índice de vagas disponíveis por unidade acadêmica, sendo que no total, a UFAC ofertou sessenta mil, quatrocentos e quarenta e cinco vagas, no entanto,

apenas quarenta mil, setecentos e quarenta e seis foram efetivamente ocupadas, ficando dezenove mil, seiscentos e sessenta e três disponíveis.

Apontam-se como causas possíveis, de ordem interna da instituição, para esse grande contingente de vagas ociosas: a dissincronia de horários; o grande número de pré-requisitos; ausência de uma norma que padronize o tamanho das turmas e a oferta de disciplinas na unidade acadêmica e não no curso; a disponibilização de vagas remanescentes amarradas pela legislação interna a períodos específicos, dentre outros. Vale salientar que problemas de ordem sócioeconômicos são geradores de evasão e desistência em todos os níveis de ensino, portanto, fatores estes, externos à instituição.

4. Índice de aproveitamento nos cursos, contendo demonstrativo de matrículas, de concludentes e perdas de vagas nos anos 2005 – 2007

A UFAC oferece trinta e quatro cursos de graduação, sendo vinte e oito no *campus* de Rio Branco com uma oferta anual de mil e setenta vagas e seis cursos no *campus* de Cruzeiro do Sul, ofertando duzentos e vinte vagas. Dos trinta cursos da sede, dois se encontram em fase de desativação. Portanto, vamos nos referir apenas aos vinte e oito cursos.

Apenas cinco dos vinte e oito cursos oferecidos em Rio Branco e um curso dos seis do *campus* de Cruzeiro do Sul tem turmas com cinquenta vagas. O curso de Engenharia Florestal disponibiliza oitenta vagas distribuídas em duas entradas anuais. A grande maioria dos cursos disponibiliza turmas com quarenta a quarenta e cinco vagas. Havendo ainda cursos que, considerando as especificidades, ofertam turmas de vinte a trinta vagas.

Dos vinte e oito cursos existentes no *campus* de Rio Branco, sete deles foram criados e/ou implantados a partir do ano de 2000, ou seja, na atual gestão. E destes sete cursos, um deles oferece duas entradas anuais. Representando assim, um crescimento de 33% (trinta e três por cento), aproximadamente. Dos seis cursos existentes no *campus* de Cruzeiro do Sul, três foram criados na atual gestão significando um crescimento de 100% (cem por cento), com previsão de até 2008 de criação e implantação de mais seis cursos que integram o projeto de expansão da UFAC.

O crescimento da oferta de ensino de graduação é registrado também nas matrículas, que aumentaram de 4.179, no primeiro semestre de 2005, para 4.443 no primeiro semestre de 2007, considerando todos os períodos de cada curso. No quadro três, Demonstrativos de Matrícula 2005/2007, nos anexos, encontra-se a evolução das matrículas especificadas por curso.

Embora a UFAC tenha registrado um crescimento significativo na oferta de ensino superior, tanto na ampliação de vagas nos cursos existentes, quanto na criação de novos, muitas dessas vagas ficam ociosas, indicando que esforços precisam ser envidados para um melhor aproveitamento das vagas disponibilizadas. Em todos os cursos registram-se problemas no fluxo de alunos. O número de alunos correspondente às vagas oferecidas na entrada, dificilmente é igual ao número de concludentes, gerando assim, uma perda de vagas, conforme se pode observar no quadro quatro, Demonstrativos de Concludentes 2005/2007.

As possíveis explicações para o não aproveitamento das vagas são os mesmos já apresentados no item três.

5. Existência de pré-requisitos nas estruturas curriculares

As estruturas curriculares dos cursos de graduação da UFAC ainda são constituídas por componentes curriculares com pré-requisitos. Isso dificulta a mobilidade do aluno dentro do próprio curso e entre os outros cursos, sendo um dos principais geradores de alunos com pendências que resultarão em vagas ociosas em alguns componentes curriculares e, por consequência, formação de turmas para poucos alunos.

6. Disciplinas comuns aos diversos cursos, mas com ementas e códigos diferentes

Apenas o Departamento de Educação possui, de forma estruturada e normatizada, os componentes comuns a todos os cursos de licenciaturas. As demais unidades oferecem disciplinas com ementas e códigos diferentes para cursos diferentes com a mesma finalidade; conforme se pode observar:

a. O Departamento de Matemática oferece uma diversidade de disciplinas de Cálculos, Estatística e Informática com ementas bastante similares e códigos diferentes para diversos cursos.

b. Na estrutura curricular do Curso de Matemática, contrariando a Resolução nº 01, de 27 de abril de 2006/CEPEX/UFAC tem a disciplina ED 900 - Sociedade e Educação – 60 h - quando todas as outras licenciaturas possuem ED 451 - Educação e Sociedade – 60 h.

c. O Departamento de Ciências da Natureza oferece Química e Física com ementas bastante similares e códigos diferentes para diversos cursos.

Os exemplos citados acima são os mais comuns e visíveis, no entanto, na grande maioria das unidades acadêmicas encontram-se situações similares. Essa situação é também geradora de vagas ociosas nos componentes curriculares e impeditiva da organização de turmas padronizadas pelo número de alunos e horários, otimizando a infra-estrutura física e a lotação dos docentes.

7. Cursos com estruturas curriculares com bastante carga horária e de longa duração

As estruturas curriculares dos cursos de Graduação da UFAC em geral têm carga horária superior às indicadas na legislação nacional, quais sejam: Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002 e Resolução nº 1, de 18 de junho de 2007.

8. Situação de oferta dos cursos de Graduação por Unidade Acadêmica indicando: saldo de vagas por disciplinas e semestres letivos/2006; Disciplinas comuns aos diversos cursos de graduação; Quantidade de turmas/professores nas disciplinas comuns; Demonstrativo de professores e disciplinas ministradas

Recorrentemente, na abertura de cada semestre letivo, há uma grande falta de docentes, que se agrava no segundo semestre de cada ano, decorrente das práticas de ensino, investigações e estágios supervisionados que se concentram sempre no segundo semestre; ocasionando, em alguns Departamentos, a não oferta de alguns componentes curriculares. Tal situação é resultado, como já foi explicado anteriormente, da existência de um grande número de componentes curriculares comuns aos diversos cursos serem

ofertados para turmas com menos de vinte alunos, gerando uma situação de não otimização de espaço físico e docente.

A ausência de uma norma na instituição que oriente os Departamentos Acadêmicos sobre o assunto, faz com que estes ofereçam componentes curriculares sem o devido planejamento de forma a permitir a otimização das vagas ofertadas. Esta situação acontece especialmente nos componentes curriculares comuns aos diversos cursos, como é o caso das disciplinas pedagógicas ministradas pelo Departamento de Educação, nas licenciaturas, das disciplinas na área de Matemática, Química, Física, Letras, Educação Física, Filosofia e Ciências Sociais.

A situação apresenta-se bastante problemática existindo muitas turmas com poucos alunos e alguns cursos com disciplinas descobertas por falta de docente. Ainda nos componentes curriculares, específicos de cada curso, é comum este ser oferecido duplamente e, às vezes, no mesmo período e no mesmo semestre letivo. Caso típico dos cursos que têm licenciatura e bacharelado, onde boa parte dos componentes curriculares podem ser oferecida de forma comum.

Havendo uma norma que oriente o planejamento das unidades para o oferecimento das disciplinas com turmas padronizadas em cinquenta alunos após a matrícula curricular, permitiriam aos Departamentos otimizar, significativamente, a disponibilidade dos docentes, podendo assim, ampliar a oferta, quer seja na expansão das vagas ou na criação de novas turmas/cursos, bem como na ampliação das atividades de extensão e pesquisa. Esta situação está demonstrada nos quadros constantes dos anexos.

Nos anexos, apresentam-se Quadros Demonstrativos de Professores e Disciplinas ministradas por Departamentos nos dois semestres letivos de dois mil e seis. Podendo-se visualizar a situação de cada docente em relação à sua atuação no ensino de graduação, pós-graduação, atividades de pesquisa, extensão e administrativas e qualificação. No geral, percebe-se certos Departamentos e docentes com excesso de carga horária e outros com uma carga horária trabalhada, ínfima.

Diante da situação descrita acima e com vista a estar solucionando os problemas elencados, otimizando, assim, as vagas já existentes e permitindo também a ampliação destas, bem como a criação de novos cursos e/ou turmas, faz-se necessário uma ação

com estratégias que aponte para a reestruturação da oferta do ensino de graduação, nos seguintes itens:

1. Unificação dos horários nos diversos turnos;
2. Imediata aplicação da Resolução CNE/CES nº 03, de 2 de julho de 2007;
3. Implantação do sistema de créditos, ficando os componentes curriculares comuns aos diversos cursos ministrados pela unidade que tem o domínio do conhecimento;
4. Reestruturação dos componentes curriculares comuns aos diversos cursos por meio da recodificação e revisão de ementas;
5. A minimização dos pré-requisitos nas estruturas curriculares;
6. A uniformização de turmas com o mínimo de cinquenta alunos para os componentes curriculares comuns sob a responsabilidade das unidades de origem destes;
7. Revisão da legislação para a oferta de vagas remanescentes desvinculando do período e vinculando ao curso.

4.2.3. Extensão

A UFAC, ciente de sua missão e do seu compromisso com a sociedade, tem desenvolvido ações voltadas ao compromisso social vinculadas às proposições das políticas públicas e ao desenvolvimento social do Estado do Acre. Nesse sentido, tem enfrentado vários desafios visando proporcionar condições para que a comunidade tenha acesso às informações científicas, tecnológicas e culturais, cooperando para a construção de novos conhecimentos e para a integração entre a universidade e a sociedade em geral.

Desde a sua criação, a UFAC tem incentivado a pesquisa e a extensão através da realização de convênios com agências regionais, nacionais e internacionais, visando promover programas de pesquisa e de iniciação científica, de extensão e cultura, intercâmbio com outras instituições, divulgação dos resultados das pesquisas e das atividades de extensão em suas unidades e ainda, promovendo congressos, simpósios e seminários para estudo e debate de temas científicos e culturais de interesse da sociedade.

Nesse sentido, a UFAC aderiu a alguns programas de inclusão do âmbito nacional e vem trabalhando no sentido de criar os seus próprios programas institucionais. Entre esses programas, destaca-se o Programa "**Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades - PCS**", desenvolvido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação (SECAD/MEC), juntamente com as IFEs, e tem como parceira a organização não-governamental: Observatório das Favelas, uma instituição do Rio de Janeiro – RJ. Na UFAC, o Programa foi implantado em 2006, com 30 bolsistas e expandido em 2007 para 35 bolsistas, que foram selecionados por meio de edital, com critérios claros de menor renda, origem de comunidades populares e menor escolaridade dos pais.

O Programa Conexões de Saberes constitui ação acadêmica que estimula o acesso e a permanência com qualidade de estudantes de origem popular na Universidade Pública, fazendo valer o princípio da universalização do conhecimento e da necessária conexão entre os saberes científico e popular.

Outro importante programa, dentro das políticas de inclusão, é o **Programa Incluir**, apoiado financeiramente pela Secretaria de Educação Superior – SESU/MEC, que se institucionaliza na UFAC, desde 2006 e se fortalece em 2007, com a implantação do **Núcleo de Apoio à Pessoa com Deficiência**, tendo por finalidade promover a acessibilidade de pessoas com deficiência na Universidade, não apenas com aquisição de equipamentos, adaptações nas instalações físicas, mas, sobretudo com ações voltadas à melhoria das condições de aprendizagem e inserção das pessoas com deficiência nas ações de pesquisa e de extensão.

Cabe destacar, também, o **Programa Universidade da Terceira Idade** – UNATI, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão/Departamento de Letras, que tem por objetivo contribuir para a melhoria dos níveis de saúde física, mental e social das pessoas idosas, proporcionando atividades educativas, socioculturais e de ação comunitária, tendo como princípio a valorização do ser humano perante a sociedade, integrando-as aos ambientes cultural, social e educacional de suas comunidades.

Ainda no âmbito da inclusão foi criado no ano de 2007, o **Núcleo de Direitos Humanos e Combate à Homofobia** - NUDICHO, que tem apoio financeiro da SEDH/PR, através do Programa Brasil sem Homofobia, com o objetivo de fornecer

orientação geral sobre direitos humanos a qualquer vítima, informando sobre garantias legais e encaminhando a serviços especializados de atendimento; fornecer orientações jurídica, psicológica e social por meio de equipe multidisciplinar e realizar ações de estudo sobre violência e práticas de inclusão social. O público alvo do Núcleo é a população em geral, população GLTB, e vítimas de violência e discriminação homofóbica.

No âmbito da assistência estudantil e comunidade em geral, a UFAC, a despeito das limitações financeiras, mantém um conjunto de ações entre os quais são destacados:

1. **Serviço de Atendimento ao Estudante**, com atividades de orientação, apoio, informação das ações acadêmicas e de assistência e, ainda, do acompanhamento dos convênios que possibilitam os estágios extracurriculares e do cadastramento dos novos alunos para expedição de carteiras de passe escolar, entre outras atividades;
2. **Serviço de Saúde**, com a manutenção de um posto médico, que presta atendimento ambulatorial, primeiros-socorros e consultas médicas à comunidade universitária em geral, principalmente aos estudantes, que constituem sua maior demanda;
3. **Serviço Social**, criado e implantado a partir de 2006, com a finalidade de prestar assistência social à comunidade, buscando desenvolver ações de bem-estar social para técnicos, estudantes e professores; além de fomentar pesquisas, aplicar questionários, realizar entrevistas, visitas domiciliares, com o objetivo de conhecer a realidade social da comunidade universitária;
4. **Serviço de Estágios Extracurriculares**, com oportunidade concreta de inserção de estudantes no mundo do trabalho, na condição de aprendiz, tanto em instituições públicas quanto em empresas privadas, tendo por objetivo melhorar sua formação acadêmica e, mediante vivências e experiências advindas do estágio, contribuir para formação e qualificação profissional;
5. **Restaurante Universitário**, com a execução, acompanhamento e avaliação das atividades de produção e fornecimento de refeições para alunos, professores, TAs e visitantes; é gerido pela Diretoria de Ação

Comunitária, com a participação de representantes dos alunos; os recursos para aquisição de insumos são provenientes da taxa, que ha muito tempo é R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) para alunos. A equipe de trabalho, estrutura, manutenção e equipamentos são assumidos pela UFAC.

Além desses serviços, a UFAC mantém alguns programas de bolsas acadêmicas na graduação, na pesquisa e na extensão:

1. **Programa Institucional de Bolsas de Monitoria** – coordenado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), é destinado aos alunos da graduação, visando incentivar a participação destes nas atividades universitárias, despertando-os para o interesse pelas atividades de docência, bem como contribuir com a melhoria da construção do projeto pedagógico dos cursos de graduação. O programa tem hoje 96 bolsistas selecionados por meio de editais, a partir das definições nas unidades acadêmicas.
2. **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC**, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEG, por meio do qual são oferecidas bolsas de pesquisas pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e pela UFAC, as quais são destinadas aos alunos matriculados em cursos de graduação da Universidade. O programa tem por objetivo a iniciação do aluno na produção do conhecimento e na convivência cotidiana com o procedimento científico, suas técnicas, organização e métodos.
3. **Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEX**, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Extensão (CODEX), tem entre outros objetivos, incentivar a participação de acadêmicos nas ações de extensão da UFAC, reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações entre diferentes disciplinas e profissionais e assegurar a relação

transformadora entre a Universidade e a sociedade. O programa tem hoje 50 bolsistas, selecionados por meio de edital específico, com critérios que aliam mérito acadêmico e condição sócio-econômica.

4. **Programa de Educação Tutorial – PET**, direcionado aos alunos de graduação, visa criar e consolidar grupos de pesquisas com o acompanhamento de professores/tutores e alunos bolsistas, objetivando a melhoria da formação geral, a interdisciplinaridade, a atuação coletiva, o planejamento e a execução de atividades em grupo.

Apesar dessas ações, considerando a grande quantidade de estudantes de baixa renda na UFAC (conforme Censo com os Calouros em 2006 e em 2007), são necessárias mais ações de assistência estudantil, para que esses possam se desenvolver em suas plenitudes acadêmicas, associando à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, inclusão digital, transporte, apoio acadêmico entre outras condições, de acordo com o Plano Nacional de Educação (2001), que preconiza "a adoção de programas de assistência estudantil tais como bolsa trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico".

Assim sendo, cabe à UFAC assumir a assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana, mediante a efetivação de um conjunto de ações, entre as quais são propostas:

1. **Condições de moradia** – considerando que muitos estudantes (das categorias E, D e C), oriundos do interior e da zona rural, se deslocam de seu contexto familiar ao ingressarem na Universidade, é necessária adoção de medidas que viabilizem condições de moradia, de preferência, com a **concessão de bolsas de permanência**;
2. **Restaurante Universitário** – visto constituir-se importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica, educativa e de convivência universitária, principalmente para os estudantes das camadas populares, aqueles que mais utilizam o RU, justificando assim, sua real função acadêmico-social;

3. **Meios de Transporte** – uma vez que a maioria dos estudantes universitários utiliza transporte coletivo para deslocamento até a Universidade, e que a despesa com transporte consome um percentual considerável da renda familiar, é fundamental adoção de políticas articuladas com órgãos responsáveis pelo transporte urbano a fim de melhorar os índices de frequência por intermédio da redução do gasto com transportes;
4. **Serviços de saúde e assistência psicossocial** – considerando que os estudantes das categorias de maior vulnerabilidade social são os que mais freqüentam os serviços públicos de saúde e de assistência psicossocial, é necessário **ampliar tais serviços, em articulação com a rede pública**, garantindo acesso a programas específicos, como prevenção de DST/AIDS; planejamento familiar; dependência química, saúde oral e prevenção de doenças imunopreveníveis, além de atendimento psicossocial;
5. **Acesso à Biblioteca** – dado o percentual bastante elevado de estudantes que utilizam as bibliotecas para consulta acadêmica, é fundamental o estabelecimento de uma política de investimentos nas bibliotecas universitárias, com **ampliação do acervo, da capacidade e dos horários de atendimento, além da viabilização de novas tecnologias de acesso à informação**;
6. **Acesso à Cultura, Esporte e Lazer** – considerando que a maioria dos estudantes universitários pratica atividade física e/ou esportiva, tendo como principal motivação o lazer, faz-se necessária uma **ampliação dos programas culturais, esportivos e de lazer**, promovidos pelas IFES para a comunidade interna/externa, estimulando a participação dos estudantes nesses programas;
7. **Acesso à Informática/Internet** – visto que o acesso à internet está relacionado ao aumento no nível de conhecimento em informática, que ambos contribuem para aquisição de informações e conhecimentos, impõe-se a necessidade de **desenvolver políticas e ações de inclusão digital** nas IFES, principalmente, junto aos estudantes de origem popular (categorias C, D e E);

8. **Domínio de língua estrangeira** – por ser uma importante ferramenta no processo de formação e inserção no mundo do trabalho, ressalta-se a necessidade da Universidade implementar e intensificar programas que ampliem a oferta de **cursos de línguas estrangeiras**, principalmente para os estudantes de baixa condição socioeconômica.

Por fazer parte da vida acadêmica de alunos, técnicos e professores, na UFAC a extensão se materializa em diversas ações - programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, publicações, os quais são apresentados e assumidos pelas Unidades Acadêmicas, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. No ano de 2006, foram institucionalizados e executados **9 (nove) Programas de Extensão, com 35 Projetos vinculados**, em todas as áreas temáticas, com envolvimento de 47 docentes, 80 alunos (graduação), entre bolsistas (48) e voluntários (32), além de 19 técnicos administrativos e, ainda, 60 profissionais de instituições públicas e organizações não governamentais parceiras, totalizando 8.118 atendimentos, envolvendo as comunidades interna e externa à UFAC.

No mesmo ano, foram institucionalizados e executados **66 Projetos de Extensão não vinculados**, em todas as áreas temáticas (predominância para Educação e Saúde), tendo participação efetiva de 125 docentes, 232 alunos (graduação), dos quais 46 bolsistas e 186 voluntários, além de 25 técnicos administrativos e, ainda, 34 profissionais parceiros, proporcionando um total de 8.494 atendimentos à comunidade. Foram ofertados **25 cursos de extensão**, em diferentes áreas do conhecimento, totalizando 2.881 horas, resultando em 1.378 certificações, com a participação de 43 docentes, 20 alunos (graduação) e 4 Técnicos administrativos, além de 17 profissionais oriundos de outras instituições. Foram realizados pela UFAC, nas suas diversas unidades, **37 eventos**, entre congressos (2), seminários (8), ciclo de debates (8), espetáculos (2), evento desportivo (1), festivais (5) e outros (11), totalizando um público participante de aproximadamente 14.680 pessoas.

Com relação à **Prestação de Serviços**, vale registrar o número de atendimento realizado pelo setor médico, 12.742 consultas de emergência e urgência/ambulatoriais) e 23 no Núcleo de Prática Jurídica (atendimento jurídico à comunidade), totalizando 12.765 atendimentos, entre alunos, professores e comunidade em geral.

Em 2007, muitas dessas ações tiveram continuidade, mantendo-se os 9 programas institucionais e ampliando para 136 os projetos (vinculados e não vinculados), com a realização até o momento de 20 eventos e 26 cursos de extensão.

Todavia, apesar desse esforço, na UFAC a extensão não é assumida por uma significativa parcela de professores e alunos, como parte importante no processo de formação acadêmica; muitas unidades acadêmicas relegam a ação extensionista a planos inferiores, dissociando-a das ações de ensino e de pesquisa; de um modo geral, a extensão não integra (como deveria) os projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação, com inserção qualificada de alunos em atividades curriculares de extensão, essencial para as vivências e experiências no desenvolvimento de ações na integração com as comunidades.

4.2.4. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

Em seus *campi*, localizados em Rio Branco e Cruzeiro do Sul, a UFAC, dispõe de uma infra-estrutura física que permite desempenhar suas atividades de forma estar atendendo às demandas do presente e trabalhando para ampliá-las face a perspectiva de crescimento, com vista à democratização do ensino superior.

Quadro 09. Infra-estrutura física da UFAC – Rio Branco

Campus Universitário Reitor Áulio Gélío Alves de Souza - Rio Branco		
Blocos de Salas de Aula		
Nome do Bloco	Utilização	Área Construída
Geraldo Gurgel de Mesquita	Sala de Aula	738,72m ²
Nely Catunda da Cruz	Sala de Aula	816,48m ²
Jorge Kalume	Sala de Aula	738,72m ²
Francisco Wanderley Dantas	Sala de Aula	816,48m ²
João de Mendonça Furtado	Sala de Aula	738,72m ²
Djalma Batista	Sala de Aula	738,72m ²
Walter Felix de Souza I	Sala de Aula	505,44m ²
Walter Felix de Souza II	Sala de Aula	738,72m ²
Jersey Nazareno de Brito Nunes	Sala de Aula	816,48m ²
Áulio Gélío Alves de Souza	Sala de Aula	738,72m ²
Engenharia Florestal	Sala de Aula	427,68m ²
Medicina e Enfermagem	Sala de Aula	1 477,44m ²
Ginástica e Musculação	Sala de Aula	291,60m ²
Clóvis Barros de Souza	Sala de Aula e Laboratórios	155,52m ²

Blocos de Laboratórios		
Nome do Bloco	Utilização	Área Construída
Rubem Ludwig	Laboratórios de Física, Química e Biologia.	1 068,28m ²
Felix Bestene Neto	Laboratório de Anatomia	738,72m ²
Clóvis Barros França	Laboratórios de Informática e Coordenação de curso de Sistemas de Informação	505,44m ²
Augusto César Sá da Rocha Maia	Laboratórios de Agronomia, Engenharia e Geografia.	884,52m ²
Joaquim Pessoa Igreja Lopes	Laboratório de Controle da Qualidade da Borracha	159,72m ²
Edmar Israel Lira	Mini Usina da Borracha	141,30m ²
Zaqueu Machado de Almeida	Laboratório de Semente	293,40m ²
Lauro Julião de Sousa Sobrinho	Laboratório de Fitossanidade	162,00m ²
Geoprocessamento – Depto. de Geografia	Laboratório de Geoprocessamento	116,64m ²
Lab. Pesquisadores Biologia –	Laboratório de Pesquisadores de Ciências da Natureza	656,64m ²
Parque Zoobotânico	Laboratório do INPA	137,46m ²
Blocos Administrativos e Departamentais		
Nome do Bloco	Utilização	Área Construída
José Guiomard Santos	Reitoria/Vice/Prad/Proplan	2 369,51m ²
Esther de Figueiredo Ferraz	Prac/Prograd/Propeg/Copeve	2 369,51m ²
Depto. De Ciências da Saúde	Depto. de Ciências da Saúde	1 648,81m ²
Edmundo Pinto de Almeida Neto	Dep. Filosofia e C. Sociais.	432,00m ²
Joaquim Falcão de Macedo	Departamentos de Economia, História,	1 731,18m ²
Mário David Andreazza	Letras e Matemática.	
Jarbas Passarinho	Departamentos de Agronomia, Direito,	1 731,18m ²
Euclides de Oliveira Figueiredo	Engenharia Civil e Geografia.	
Departamento de Educação Física	Depto de Educação Física e Desporto, Vestiários e Coordenação de Curso de Educação Física.	505,44m ²
Francisca Corina de Azevedo –	Departamento de Educação Museu de Paleontologia	1 076,00m ²
Elda Moreira de Oliveira –	Departamento de Ciências da Natureza	1 076,00m ²

Quadro 10. Infra-estrutura física da UFAC – Rio Branco

Blocos Diversos		
Nome do Bloco	Utilização	Área Construída
Mário Pasquali	Gráfica	738,72m ²
Ruy Alberto da Costa Lins	Biblioteca	3 233,58m ²
Garibaldi Brasil	Anfiteatro	1 000,00m ²
Enock Nunes de Freitas	Restaurante Universitário - RU	388,80m ²
Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque	Unidade de Tecnologia de Alimento – UTAL	609,84m ²
Antônio de Moura Malveira	Almoxarifado	956,76m ²
Elias Mansour Simão Filho	Superintendência do Campus	437,40m ²
Olavo de Oliveira	Parque Zoobotânico - Herbário	518,40m ²
Centro de Antropologia Indígena da Amazônia Ocidental		616,51m ²
Anexo da Biblioteca		921,52m ²
Bloco de salas para Pesquisadores	(DL/ DEC/ DME/DH/DFCS)	622,08m ²
Quadra Coberta		1 548,00m ²
Piscina		909,44m ²

Vestiários		505,44 m ²
Quadra Descoberta		800,00m ²
Serviço de Meteorologia		138,25m ²
Vigilância		116,64m ²
Estufa do Parque Zoobotânico		36,21 m ²
DCE + Banheiros (02) e Hall/Corredor		311,04 m ²
Casas de Vegetação I e II		152,73m ²
Centro de cópias do bloco Walter Felix de Souza I		12,21m ²
Anexo do Departamento de Direito		80,48m ²
Depósito de produtos químicos da UTAL		18,28m ²
Portal de Entrada do Campus/Guarita		90,00m ²
Arena do Centro de Antropologia Indígena		789,96m ²
Casa de Força/Gerador e Laboratório do PRODEEN		241,30m ²
Subestação da Reitoria (330 kVA)		19,80m ²
Centro de Convivência		1.167,14m ² ;
Teatro de Arena		657,20m ² ;
Laboratório do INPA/PZ		
Sala para Pranchetas / DEN		
Arquivo geral		
Outras Edificações e Acessos		
Nome do Bloco	Utilização	Área Construída
Palácio da Cultura	Colégio de Aplicação	4 511,88m ²
Sistema viário e acessos asfaltados		26 000,00m ²
Estacionamentos asfaltados		15 798,00m ²
Passarelas cobertas		4 871,48m ²
Caçadas		12 440m ²
Reservatório enterrado/Cisterna (120 000 litros)		93,94m ²
Reservatório elevado/Castelo d'água (40 000 litros)		12,56m ²
Campus de Cruzeiro do Sul 'Universidade da Floresta'		
Blocos de Salas de Aula		
Nome do Bloco	Utilização	Área Construída
Bloco II _ Pavimento Térreo	5 Salas de aula	741,91 m ²
	Banheiros	
Bloco II – Pavimento Superior	5 Salas de aula	670,27 m ²
	Banheiros	
Área Total		1.412,18
Blocos de Laboratórios		
Nome do Bloco	Utilização	Área Construída
Bloco IV	Laboratórios 1, 2, 3 e 4	837,98 m ²
Bloco V	Laboratórios 5, 6 e 7	
	Banheiros	

Blocos Administrativos e Departamentais		
Nome do Bloco	Utilização	Área Construída
Bloco I – Pavimento Superior	SUPCAMPI	
	Centro de Ciências da Saúde e Desporto	
	Centro de Educação Letras e Artes	
	Centro de Ciências Biológicas Natureza	
	Salas de Professores	
	Salas de Professores	
	Sala de Reunião	
	Secretarias de Cursos	
	Banheiros	
Bloco I – Pavimento Térreo	Sala de Apoio à Pesquisa	
	Sala de Apoio à Extensão	
	Protocolo	
	Coordenação do Curso de letras	
	Coordenação do Curso de Pedagogia	
	Coordenação do Curso de Ciências Biológicas	
	Coordenação do Curso de Enfermagem	
	Coordenação do Curso de Engenharia Florestal	
	Sala de Reuniões	
Banheiros		
Sala Multifuncional		
Área Total		1.006,23 m²

Quadro 11. Infra-estrutura física da UFAC – Cruzeiro do Sul

Nome do Bloco	Utilização	Área Construída
Bloco III	Sala de aula de Educação Indígena	
	Laboratório de Informática I	
	Laboratório de Informática I	
	Laboratório de Fundamentos de Enfermagem	
	Laboratório Micro	
	Laboratório de Macro	
	Laboratório de Anatomia	
	SINBIO	
	Geoprocessamento	
	Sala de Professores	
	Sala de Estudos	
	Informática	
	Coleções	
	Bloco VI	DCE
Vivencia		
Cantina		
Banheiros		
XEROX		
Bloco VI	Laboratórios	
Área Total		848,88 m²

Blocos Diversos		
Nome do Bloco	Utilização	Área Construída
Quadra Coberta		
Biblioteca		
Edificação no Centro de Cruzeiro do Sul		
Nome do Bloco	Utilização	Área Construída
Prédio da UFAC na Rua Paraná	CEFLORA	1 731,16m ²
Projeto RONDON - Cruzeiro do Sul		822,88m ²
Outras cidades do interior		
Edificações no Interior - Estruturas com prédios próprios		
Nome do Bloco	Utilização	Área Construída
Núcleo de Sena Madureira		581,06m ²
Núcleo de Xapuri		890,00m ²
Edificações no Interior – Estruturas através de convênios e parcerias		
Nome do Bloco	Utilização	Área Construída
Centro de Cultura e Florestania	Núcleo de Acrelândia	
Centro de Cultura e Florestania	Núcleo de Assis Brasil	
Centro de Cultura e Florestania	Núcleo de Capixaba	
Núcleo da UFAC	Núcleo de Brasiléia	
Centro de Cultura e Florestania	Núcleo de Bujari	
Centro de Cultura e Florestania	Núcleo de Epitaciolândia	
Núcleo da UFAC	Núcleo de Feijó	
Centro de Cultura e Florestania	Núcleo de Jordão	
Centro de Cultura e Florestania	Núcleo de Manoel Urbano	
Centro de Cultura e Florestania	Núcleo de Mâncio Lima	
Centro de Cultura e Florestania	Núcleo de Marechal Thaumaturgo	
Escola Estadual João Ricardo de Freitas	Núcleo de Plácido de Castro	
Centro de Cultura e Florestania	Núcleo de Porto Acre	
Centro de Cultura e Florestania	Núcleo de Porto Walter	
Centro de Cultura e Florestania	Núcleo de Rodrigues Alves	
Centro de Cultura e Florestania	Núcleo de Santa Rosa do Purus	
Escola Estadual 15 de junho	Núcleo de Senador Guiomard	
Escola Djalma da Cunha Batista	Núcleo de Tarauacá	

Quadro 12. Terrenos da Universidade Federal do Acre e suas respectivas áreas.

LOCAL	Área em hectares
<i>Campus</i> de Rio Branco	292,3478 há
<i>Campus</i> de Cruzeiro do Sul (Canela Fina)	46,0431 há
Colégio de Aplicação (UFAC Centro – Rio Branco)	0,4871 há
Núcleo de Brasiléia	0,0939 há
Núcleo de Cruzeiro do Sul	0,5400 há
Núcleo de Xapuri	0,4800 há
Fazenda Catuaba / Acrelândia	819,5970 há
Fazenda Humaitá / Porto Acre	2 096,5816 há
Projeto RONDON – Cruzeiro do Sul	1,0000 há

JEO/21.06.2005

4.2.5. Recursos Humanos

A UFAC conta com um quadro de 446 docentes entre efetivos e substitutos 507 técnicos administrativos, conforme discriminados nos Quadros 14 e 15.

Quadro 13. Quadro de Docentes total, por regime de trabalho, por titulação e por classe.

Quantidade de Professores	
Efetivos	392
Substitutos	54
Total	446
Quantidade de Professores por Regime de Trabalho	
De	344
40h	78
20h	24
Total	446
Quantidade de Professores por Titulação	
Pós-Doutor	02
Doutor	111
Mestre	175
Especialista	65
Aperfeiçoamento	1
Graduado	94
Total	446
Quantidade de Professores por Classe	
Auxiliar 1	55
Auxiliar 2	1
Auxiliar 3	0
Auxiliar 4	0
Total Auxiliar	56
Assistente 1	69
Assistente 2	8
Assistente 3	43
Assistente 4	25
Total Assistente	145
Adjunto 1	67
Adjunto 2	19
Adjunto 3	27
Adjunto 4	56
Total Adjunto	169
Associado	22
Total Associado	22

Quadro 14. Quadro de Pessoal Técnicos Administrativos por nível de escolaridade.

Quantidade de Técnicos Administrativos	
Analfabeto	01
Alfabetizado sem cursos regulares	60
Ensino Fundamental incompleto	100
Ensino Fundamental	58
Ensino Médio	132
Ensino Superior	156
Total	507

DIPE/UFAC

5. Análise dos dados

O trabalho da Comissão Própria de Avaliação - CPA teve como elemento norteador os objetivos e metas desenhadas no próprio projeto de avaliação cujo objetivo geral foi *implementar e sistematizar um processo de avaliação institucional na UFAC, em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, respeitando as especificidades regionais, com vista a fortalecer a comunicação interna e externa e responder criticamente às demandas sociais*. Como objetivos e específicos foram propostos identificar a inserção e o grau de participação da UFAC no atendimento às demandas da sociedade, tanto no que se refere à produção científica quanto à formação de profissionais; verificar se as ações desenvolvidas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão estão coerentes com a missão e as metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional; analisar de que maneira a estrutura organizacional favorece as condições para a execução das ações propostas no PDI; criar mecanismos que possibilitem a identificação, organização, catalogação e divulgação (interna e externa) da Instituição, a fim de identificar em quais áreas e de que maneira estamos respondendo às demandas sociais.

A análise dos dados coletados por meio dos questionários aplicados à comunidade acadêmica, interna e externa, com as seguintes temáticas: Avaliação Geral da Instituição, Estrutura Física, Política de Pessoal e Gestão, Políticas para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação e a Extensão, Avaliação da Comunidade Externa e Avaliação Docente pelo Discente, será efetuado na ordem disposta acima, relatando primeiramente os dados quantitativos com as respectivas tabelas, quadros e gráficos, e, para cada uma das temáticas serão relatados os aspectos descritivos advindos das questões abertas constantes nos diversos itens dos questionários.

Por último, apresentam-se nas conclusões os pontos mais bem avaliados e as fragilidades apontadas no funcionamento da instituição, acompanhadas de algumas sugestões e recomendações.

A tabulação dos dados gerou um grande número de gráficos, quadros e tabelas que levou a opção de apresentá-los de forma completa na sumarização gráfica, como

anexos, e relatado no corpo do relatório apenas as que abordam as questões mais amplas. Consta também, nos anexos, um levantamento completo de todas as respostas descritivas dadas nas questões abertas, que foram tabuladas partindo das que apresentaram maior para menor incidência nas repostas. No corpo do relatório são apresentados apenas os três pontos mais positivos e negativos para cada um dos itens avaliados nas cinco dimensões nas respostas descritivas.

5.1. Avaliação Geral da Instituição

A avaliação geral da instituição aparece como primeira dimensão avaliada, sendo usada para tal o questionário número um, aplicado entre as categorias acadêmicas (docentes) e administrativas (técnicos). Embora os demais participantes da comunidade interna e externa pudessem responder este questionário, o público alvo é formado por docentes e técnicos administrativos. O referido questionário abordou, a missão definida no Plano de Desenvolvimento Institucional - B; a responsabilidade social da instituição - C; a comunicação com a sociedade e D, outros aspectos.

Dos cento e oitenta e cinco questionários respondidos, tivemos cinquenta e um da categoria acadêmica (docentes), e vinte e um administrativo, um sindical e doze outras (comunidade externa), conforme consta no Quadro 1. Observa-se que apenas um elemento do movimento sindical respondeu ao questionário. Assim, as respostas dessa classe foram consideradas apenas no cômputo total. No segmento “outras”, apenas doze questionários foram respondidos. Desta forma, mesmo considerando a amostra insuficiente, foram computados os resultados desta categoria em todas as respostas.

Tabela 1. Distribuição dos questionários respondidos, por categoria.

Categorias	Número	%
Acadêmica	51	27,6
Administrativa	121	65,4
Sindical	1	0,5
Outras	12	6,5
Total	185	100,0



Um dos documentos indexadores do processo de avaliação foi o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, justamente por ser o documento que expressa as ações planejadas para a Instituição. Nesse sentido, uma das primeiras preocupações foi a de verificar se as ações desenvolvidas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão estão coerentes com a missão e as metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional, sendo este as primeiras dimensões do questionário um, onde foi perguntado, primeiramente, se ha uma definição clara da missão da instituição nos documentos oficiais, e no item ‘B’ abordado com mais detalhes.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é um documento relativamente conhecido pelos membros da comunidade acadêmica. Entre os pesquisados, 39,4% no geral e 53,7% dos votos válidos, excluindo os que não conhecem, dizem conhecer o PDI completamente respondendo ou parcialmente respondendo. Dos que conhecem o documento, 63,4%, 49,4% e 44,4% dos elementos das classes acadêmica, administrativa e outra, respectivamente, afirmaram que a missão é clara e bem definida.

Examinando por classes, verifica-se que, dentre os respondentes da classe acadêmica, 51,0% declararam que ha uma missão clara nos documentos oficiais. Ainda considerando apenas os que conhecem a missão, 17,0%, 5,9% e 0,0% das pessoas das classes acadêmica, administrativa e outros, respectivamente, responderam que não ha uma definição clara da missão da Instituição nos documentos oficiais.

Cerca de 27% que responderam a pergunta “ha uma definição clara da missão da Instituição nos documentos oficiais” disseram desconhecer. A questão é se eles desconhecem a existência do documento ou se conhecem o documento, mas não conhecem o seu teor, não podendo responder afirmativa ou negativamente se a missão está claramente definida nele. Esse desconhecimento é percentualmente maior entre os técnicos administrativos (29,8%) e na classe denominada “outra”.

Tabela 2. Há uma definição clara da missão da Instituição nos documentos oficiais.

Identificação	Número	%⁽¹⁾	%⁽²⁾
Sim	73	39,4	53,7
Não	12	6,5	8,8
Em parte	51	27,6	37,5
Desconheço	49	26,5	-
Total	185	100,0	100,0

⁽¹⁾% relativo ao total de respondentes. ⁽²⁾% relativo ao total de respondentes que conhecem a definição da missão.

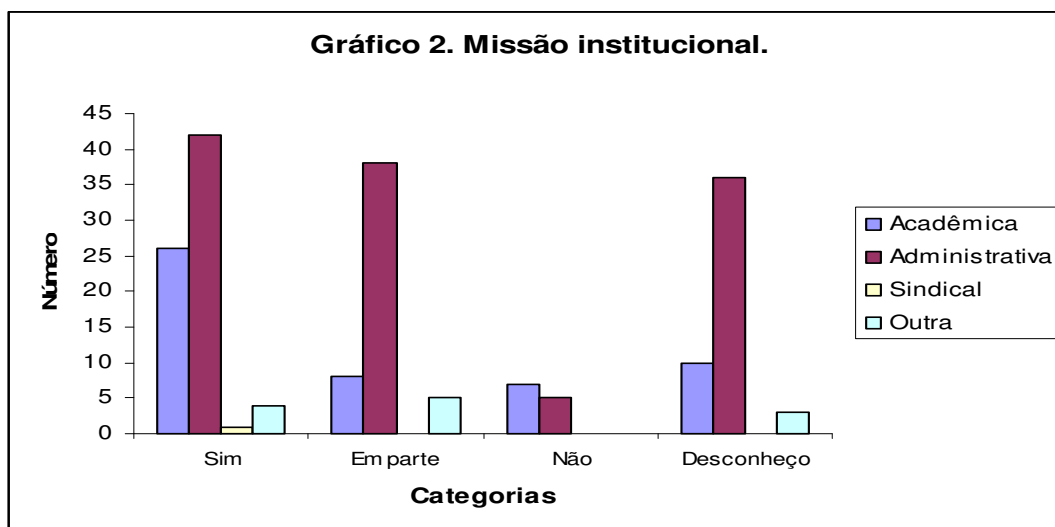
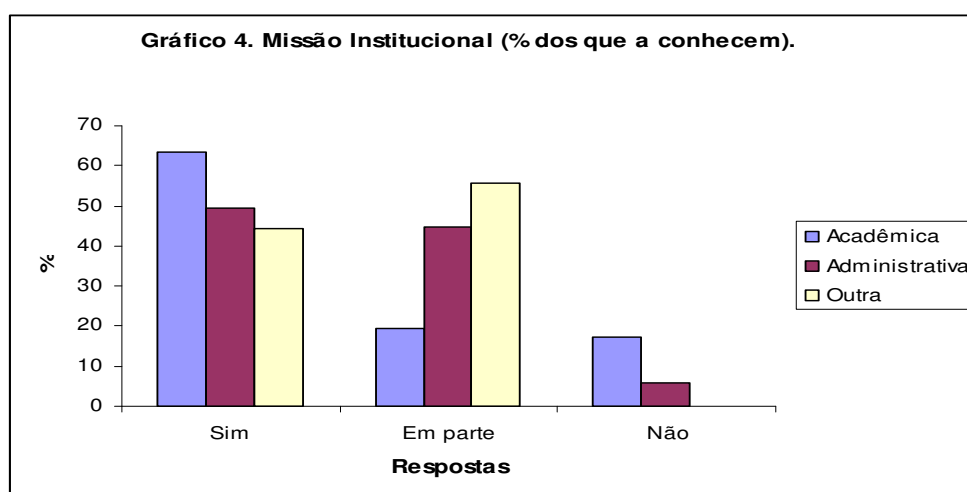
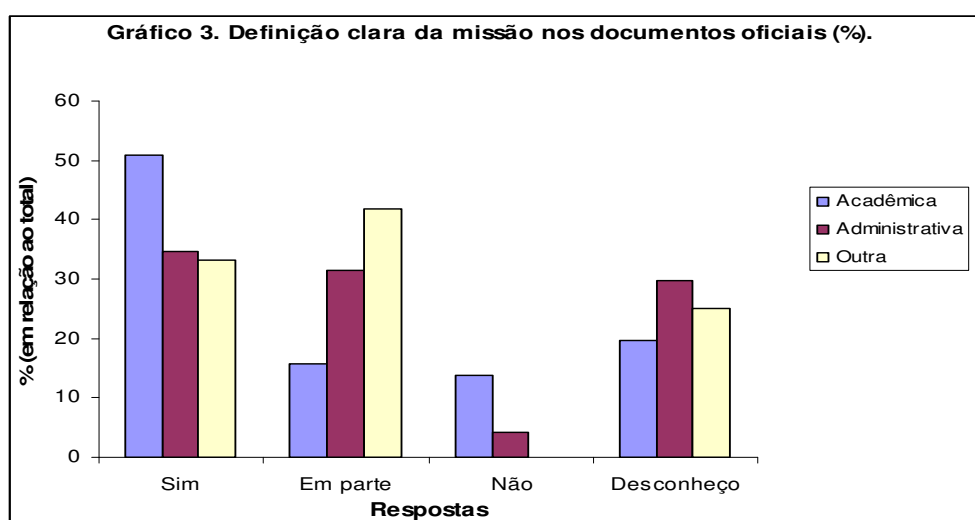


Tabela 3. Definição clara da missão institucional, por categoria.

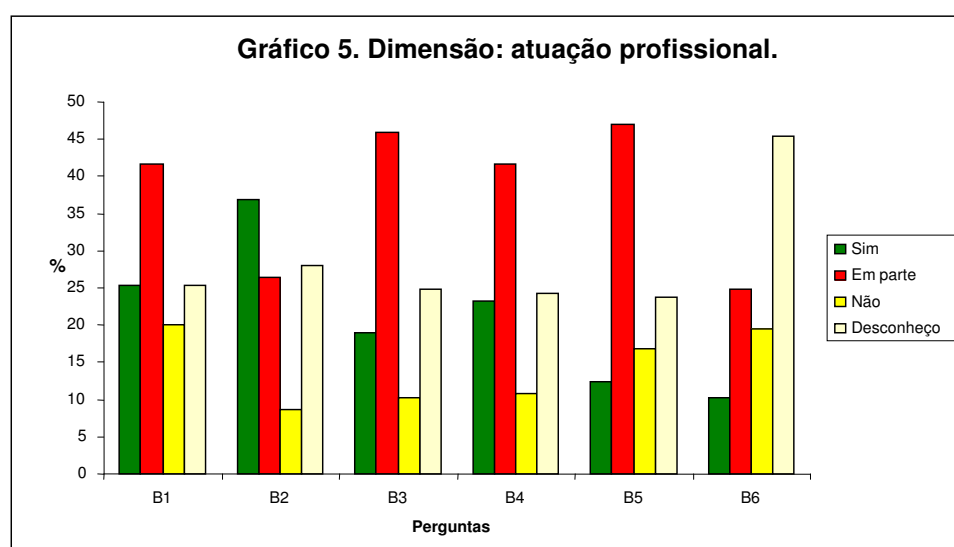
	Sim	Em parte	Não	Desconheço	Total
Acadêmica	26	8	7	10	51
% Total Geral	(51,0)	(15,7)	(13,7)	(19,6)	
% Total Conhece	(63,4)	(19,5)	(17,1)	-	
Administrativa	42	38	5	36	121
% Total Geral	(34,7)	(31,4)	(4,1)	(29,8)	
% Total Conhece	(49,4)	(44,7)	(5,9)	-	
Sindical	1	0	0	0	1
% Total Geral	(100,0)	(0,0)	(0,0)	(0,0)	
% Total Conhece					
Outra	4	5	0	3	12
% Total Geral	(33,3)	(41,7)	(0,0)	(25,0)	
% Total Conhece	(44,4)	(55,6)	-		
Total	73	51	12	49	185



A segunda dimensão da avaliação geral da Instituição aborda mais detalhadamente aspectos internos ao PDI e outros documentos oficiais, contemplando os itens: Ha, por parte da comunidade acadêmica, conhecimento dos documentos oficiais da Instituição (Regimento, Estatuto, PDI, PQI, PPP e Propostas Curriculares)? Os objetivos, finalidades e compromissos da Instituição estão claramente definidos nos documentos oficiais? Existe coerência entre as ações e as práticas estabelecidas e os propósitos expressos nos documentos oficiais? Ha articulação entre os objetivos, finalidade e compromissos da IFES e o contexto social e econômico? Os propósitos postos nos documentos oficiais conseguem articular as atividades de ensino, pesquisa e extensão adequadamente? Existem mecanismos de acompanhamento e avaliação das práticas com vista à revisão e modificação destas? Assim identificados na sumarização gráfica dos dados B1, B2, B3, B4, B5 e B6.

Tabela 4. Dimensão relacionada à atuação dos profissionais.

Respostas	Perguntas					
	B1	B2	B3	B4	B5	B6
Sim	47	68	35	43	23	19
%	25,4	36,8	18,9	23,2	12,4	10,3
Em parte	77	49	85	77	87	46
%	41,6	26,5	45,9	41,7	47,0	24,8
Não	37	16	19	20	31	36
%	20,0	8,6	10,3	10,8	16,8	19,5
Desconheço	47	52	46	45	44	84
%	25,4	28,1	24,9	24,3	23,8	45,4
Total	185	185	185	185	185	185



Nas primeiras cinco perguntas, o percentual de respostas *desconheço* foi em torno de 25%. Entretanto, na sexta pergunta, que se refere aos mecanismos de acompanhamento, este percentual sobe para 45,4%. Quando as respostas são classificadas por categorias obtém-se os quadros 5, 6, 7, 8, 9 e 10 (sumarização gráfica dos dados), respectivamente, para cada uma das perguntas B1, B2, B3, B4, B5 e B6. Nestes quadros foram obtidos os percentuais relativos ao total geral (incluindo os que responderam desconhecer) e ao total dos que conhecem. As análises são feitas sob duas óticas. Inicialmente é verificado o percentual de respondentes que dizem desconhecer a questão apresentada. Este percentual indica o desconhecimento dos elementos (categoria por categoria), da realidade documental da Instituição e sua aplicação. Por outro lado, os percentuais obtidos a partir do total de pessoas que conhecem os instrumentos e suas conseqüências, acenam para respostas mais realistas em relação à atuação e ao próprio instrumento. Assim, desconsiderando os percentuais relativos aos que desconhecem o instrumento, temos uma visão mais clara de cada uma das questões consideradas em relação aos itens *sim*, *não* e *em parte*.

No tocante à pergunta se há, por parte da comunidade acadêmica, conhecimento dos documentos oficiais da Instituição (Regimento, Estatuto, PDI, PQI, PPP e Propostas Curriculares), verifica-se que os percentuais dos que conhecem no todo ou em parte são sempre maiores dos que dizem *não* ou *desconheço*. Sendo este item mais positivamente avaliado dentro da categoria denominada outros, com 54,5%, que é também a categoria que tem menor percentual de respostas *desconheço*, seguida da categoria acadêmica que demonstram conhecer um pouco mais os documentos oficiais que os técnicos administrativos.

As respostas variam conforme a categoria, inicialmente, todos os pesquisados indicam haver um desconhecimento, por parte da comunidade acadêmica, dos documentos oficiais, sendo o maior percentual entre os técnicos administrativos. Respostas favoráveis variam também bastante, dependendo da categoria considerada.

Quanto se, os objetivos, finalidades e compromissos da Instituição estão claramente definidos nos documentos oficiais parte-se da premissa que apenas dos que conhecem os documentos oficiais no todo ou em parte responderam esta questão, apresentando percentuais de respostas *sim* e *em parte* bem maiores que os *não* e

desconheço. Este item é bem avaliado em todas as categorias, demonstrando que há clareza dos objetivos, finalidades e compromissos da instituição nos documentos oficiais. Apenas entre os técnicos administrativos há um maior índice de *desconheço*.

Quanto à coerência entre as ações e as práticas estabelecidas e os propósitos expressos nos documentos oficiais; a articulação entre os objetivos, finalidades e compromissos da IFES e o contexto social e econômico e se os propósitos postos nos documentos oficiais conseguem articular as atividades de ensino, pesquisa e extensão adequadamente, as avaliações seguem as mesmas médias do item anterior, demonstrando uma coerência entre os elementos avaliados.

Já no item sobre a existência de mecanismos de acompanhamento e avaliação das práticas com vista à revisão e modificação destas, os índices de *desconheço* e *não* são bem maiores quando somados e comparados aos demais em quase todas as categorias.

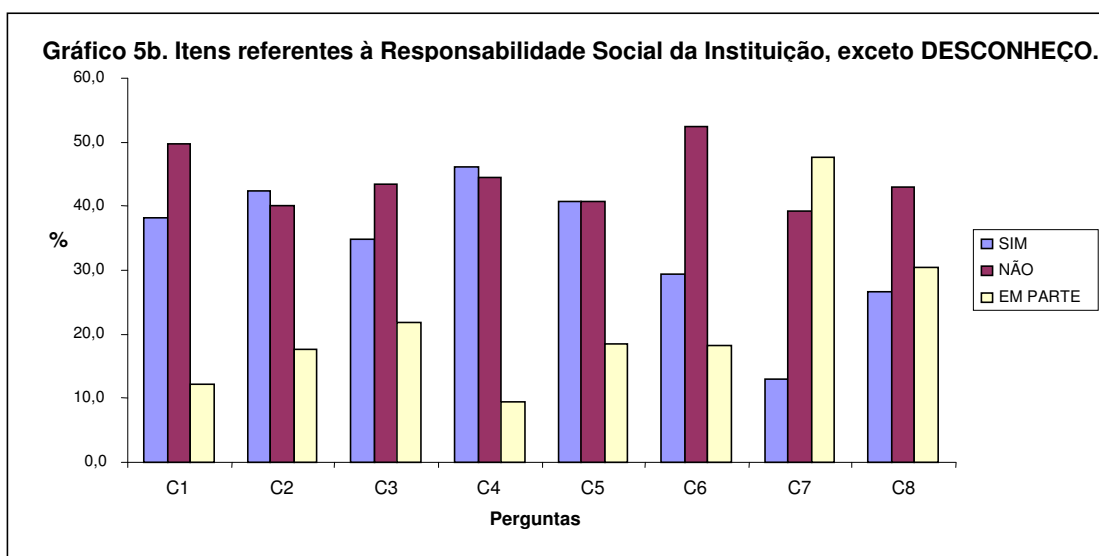
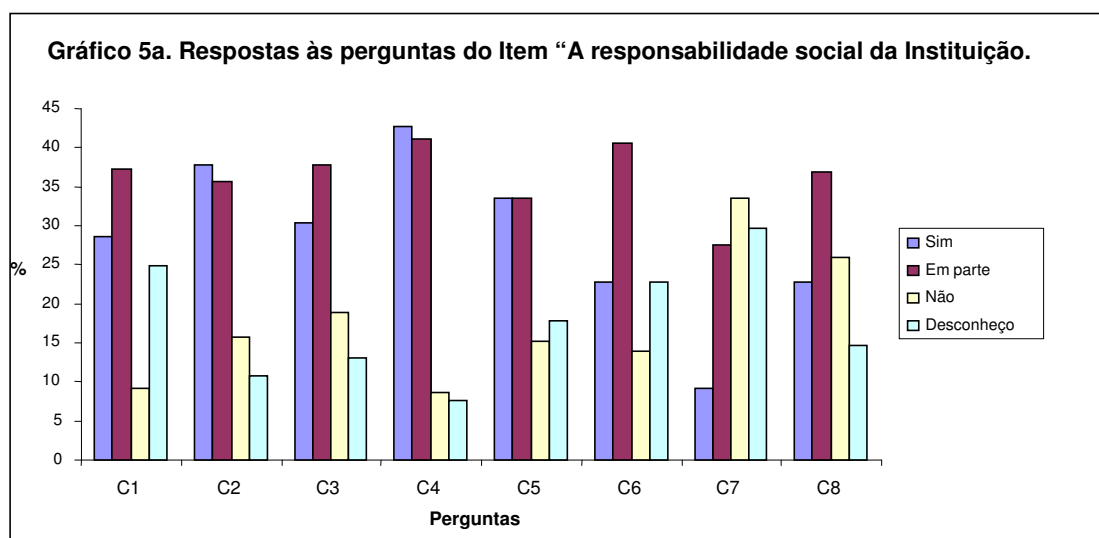
As respostas variam entre as diversas opções de alternativas, e entre as diferentes categorias consultadas, mas no geral demonstram sempre uma leve positividade nas respostas quando somados os *sim* e os *em parte* e comparados com a soma dos *não* e os *desconheço*. No entanto, a Instituição deve dispensar cuidados para que não só seus documentos oficiais tornem-se conhecidos em si, mas, principalmente seus conteúdos sejam de conhecimento de todos que compõem a comunidade acadêmica. Considerando a natureza colegiada da instituição, é condição essencial para a garantia dos processos democráticos e transparência na condução das diversas ações acadêmicas.

Como terceiro elemento avaliado, nesta dimensão, temos *A Responsabilidade Social da Instituição* contemplando: a produção e disseminação do conhecimento e sua relação com as demandas regionais e nacionais? Se as atividades científicas, técnicas e culturais da Instituição têm impacto na sociedade? Existe uma relação satisfatória entre as atividades desenvolvidas na Instituição, setores públicos e produtivos, instituições sociais, culturais e educativas? As práticas da Instituição estão voltadas à promoção da democracia e da cidadania? Existe política de formação de pesquisadores e de professores para a Educação Básica e Ensino Superior? Há uma política satisfatória de ampliação de acesso à Universidade? Há uma política satisfatória de acesso à Universidade para os portadores de necessidades especiais? Há atividades institucionais

de interação com o meio social em diversas áreas: saúde, lazer, cultura, meio ambiente, trabalho, identificadas na sumarização gráfica como C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7 e C8.

Tabela 5. Responsabilidade Social da Instituição.

Respostas	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8
Sim	53 28,6	70 37,8	56 30,3	79 42,7	62 33,5	42 22,7	17 9,2	42 22,7
Em parte	69 37,3	66 35,7	70 37,8	76 41,1	62 33,5	75 40,6	51 27,6	68 36,8
Não	17 9,2	29 15,7	35 18,9	16 8,6	28 15,1	26 14,0	62 33,5	48 25,9
Desconheço	46 24,9	20 10,8	24 13,0	14 7,6	33 17,9	42 22,7	55 29,7	27 14,6
Total	185	185	185	185	185	185	185	185



Nesta dimensão, a UFAC apresenta um bom desempenho. Em sete dos oito itens pesquisados as respostas apresentam percentuais acima de 22% *sim* e 33% *em parte*. Apenas no item política de acessibilidade aos portadores de necessidades educacionais especiais à instituição, esta se apresenta deficitária, com altos percentuais de *não* e *desconheço*.

Os itens avaliados como melhores foram que as práticas da Instituição estão voltadas à promoção da democracia e da cidadania, nestas, as atividades científicas, técnicas e culturais da Instituição têm impacto na sociedade e que existe uma relação satisfatória entre as atividades desenvolvidas na Instituição, setores públicos e produtivos, instituições sociais, culturais e educacionais. A UFAC também apresenta um bom desempenho na produção e disseminação do conhecimento relacionado com as demandas regionais e nacionais, bem como na sua política de formação de pesquisadores e de professores para a Educação Básica e Ensino Superior. Desse modo, pode-se verificar que no cumprimento de vários aspectos da sua responsabilidade social a Instituição tem desempenhado um papel satisfatório. No entanto, precisa melhorar na política de ampliação do acesso de suas atividades, bem como na política de inclusão dos portadores de necessidades educacionais especiais, uma vez que é apontados como uma questão preocupante a instituição não estar devidamente adequada a estes usuários.

Em uma análise mais detalhada podemos verificar as especificidades de cada uma das categorias nos diferentes itens pesquisados. Na relação da produção e disseminação do conhecimento com as demandas regionais e nacionais prevalecem às respostas positivas em relação às negativas em todas as classes, mas há um alto percentual de desconhecimento na classe denominada *Outra* Colégio de Aplicação - CAP. Em relação ao impacto na sociedade, há concordância entre as classes Acadêmica e *Outra*, com baixo percentual de respostas negativas. Entretanto, na classe Administrativa tal percentual chega a 20%, o que influencia decisivamente no total de percentual negativo (15%). Baixo percentual de respostas *desconheço* e percentuais positivos maiores que os negativos caracterizam as respostas quanto à relação da produção e disseminação do conhecimento com as demandas regionais e nacionais. Entretanto, as respostas intermediárias *em parte* predominam na classe Acadêmica e *Outra*.

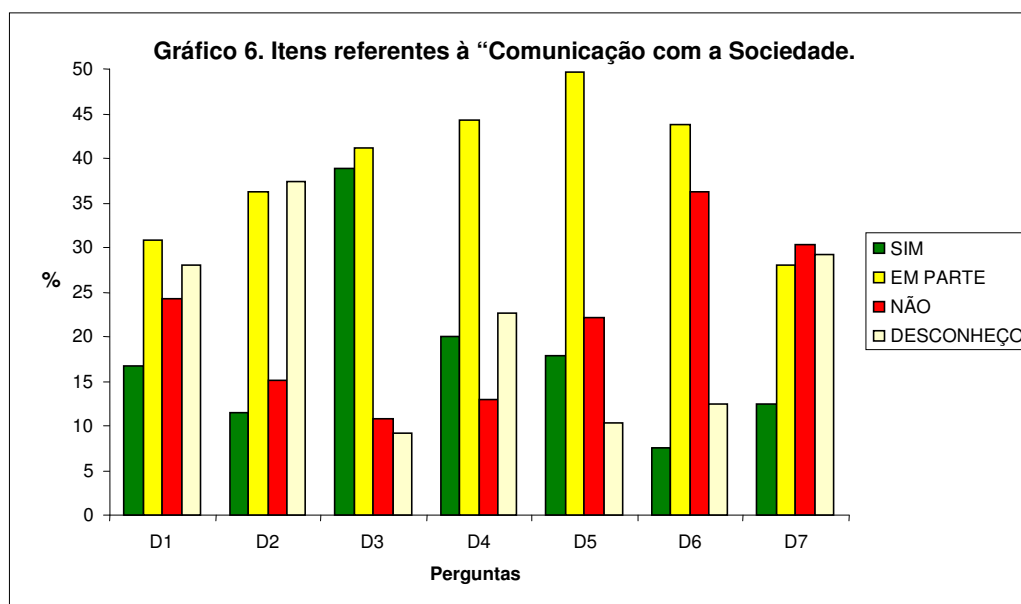
As respostas das três categorias diferem muito em relação à questão: existe política de formação de pesquisadores e de professores para a Educação Básica e Ensino Superior. Talvez seja pela dificuldade que a questão traz em sua formulação, misturando a formação de pesquisadores e professores para a Educação Básica e Ensino Superior numa única pergunta.

Quanto a uma política satisfatória de ampliação de acesso à Universidade. A pergunta teve um grande percentual de respostas “*em parte*” na categoria Acadêmica e Outra (cerca de 50%). Apenas como reflexão, dizer que ha uma política de ampliação ao acesso é equivalente ao aumento de vagas ou equivale à aumentar as possibilidades de acesso à população carente. Faltou ainda perguntar sobre a política de manutenção do aluno na Instituição. Se ha uma política satisfatória de acesso à Universidade para os portadores de necessidades especiais as diferenças nas respostas entre as categorias refletem as situações de cada uma delas, mas combinam na percepção do não acesso para os portadores de necessidades especiais. As respostas, *desconheço*, podem refletir o desconhecimento do que são essas políticas de acesso e não propriamente ao que a Instituição faz para atender essas pessoas. No item sobre as atividades institucionais de interação com o meio social em diversas áreas: saúde, lazer, cultura, meio ambiente, trabalho, novamente sobressaem visões diferentes por conta de localização e ações diferentes. A predominância de respostas *em parte* nas categorias Acadêmica e Outra indica que a Instituição pode e deve fazer muito mais para promover a interação com o meio social.

Como último aspecto pesquisado nesta dimensão, avaliação geral da instituição, tem a *Comunicação com a Sociedade* composto pelos itens: Ha uma política, com estratégias e recursos voltados para a promoção da comunicação interna da Instituição? Ha uma política, com estratégias e recursos voltados para a promoção da comunicação externa da Instituição? A Instituição mantém uma boa imagem nos meios de comunicação? Os meios de comunicação mantêm um processo adequado de comunicação interna e externa? As informações disponíveis aos usuários dos serviços da Instituição são claras e atualizadas? Os mecanismos de comunicação e informações entre os diversos cursos e unidades são eficazes? Existe uma estrutura de informações sobre a realidade institucional? Tais questões estão identificadas na sumarização gráfica dos dados como D1, D2, D3, D4, D5, D6, e D7.

Tabela 6. Itens referentes à “Comunicação com a Sociedade”.

Respostas		D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7
Sim	Frequência	31	21	72	37	33	14	23
	%	16,8	11,4	38,9	20	17,8	7,6	12,4
	% Válido	23,3	18,1	42,9	25,9	19,9	8,6	17,6
Em parte	Frequência	57	67	76	82	92	81	52
	%	30,8	36,2	41,1	44,3	49,7	43,8	28,1
	% Válido	42,9	57,8	45,2	57,3	55,4	50,0	39,7
Não	Frequência	45	28	20	24	41	67	56
	%	24,3	15,1	10,8	13	22,1	36,2	30,3
	% Válido	33,8	24,1	11,9	16,8	24,7	41,4	42,7
Desconheço	Frequência	52	69	17	42	19	23	54
	%	28,1	37,3	9,2	22,7	10,3	12,4	29,2



As respostas positivas prevalecem sobre as negativas no questionamento a respeito da boa imagem da instituição nos meios de comunicação. Quanto à comunicação interna, externa e a estrutura de informações prevalecem as respostas *em parte*, que chegam a 50%, que quando somadas às *sim* apresentam uma boa avaliação para estes aspectos.

Chama atenção as questões referentes às informações disponíveis aos usuários dos serviços da Instituição, se são claras e atualizadas, eficazes e se estão estruturadas de modo a informar sobre a realidade institucional. Em todos estes itens há um alto grau de respostas negativas.

Analisando as respostas apresentadas nas dimensões abertas do questionário sobre a avaliação geral da instituição, que permitiam a indicação de três pontos mais positivos e três mais negativos, bem como questões livres temos:

Para a Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional foram apontados como pontos mais positivos a existência de propostas bem definidas que contemplam todas as áreas do conhecimento, com princípios e diretrizes norteadores adequados às atividades de ensino junto à comunidade e com aspectos de gestão financeira descentralizada. Como pontos mais negativos estão indicados na construção do PDI e seu conteúdo, a constituição centralizada a ponto de não despertar a curiosidade de, sequer, saber o seu teor, não são discutidos e nem foram veiculados devidamente.

Para a responsabilidade social da Instituição foram destacados como mais positivos os trabalhos relevantes para a comunidade, a contribuição significativa para com o desenvolvimento do Estado e a formação de profissionais de alto nível. E como aspectos a serem repensados, discutir mais com a comunidade acadêmica, maior preocupação com qualidade de ensino e dos profissionais que atuam na instituição, e registra-se como bastante preocupante a falta de zelo com o bem público.

Na comunicação com a sociedade é positivo o fato de que as informações são públicas, os setores são acessíveis assim como a Home Page, são divulgadas nos meios de comunicações, as ações da universidade. E negativa a situação da rádio estar sendo constantemente censurada, e o próprio site que divulga com atraso as notícias, havendo necessidade de atentar para este fato, uma vez que não há comunicação eficaz das notícias, pois as mesmas chegam com atraso, restrição e de forma muito simplificada.

Como outros aspectos não contemplados no interior dos questionários foram apontados que a Universidade Federal do Acre, ainda não é uma instituição de *elite* como as demais do país, porém, falta uma valorização maior perante a sociedade em geral. A universidade continua sendo para os pobres e desempregados e assim muitos alunos são às vezes discriminados por estudar na UFAC. Vamos tornar a nossa universidade cada vez mais livre ao acesso.

No entanto, a interpretação dessas últimas informações é uma questão de perspectiva. O fato da UFAC não ser ainda uma IFES de referência, quando comparada às outras no cenário nacional e com tradição centenária é uma questão de processo com elementos inerentes à própria trajetória da instituição e do contexto regional no qual está inserida. No entanto, é a instituição de referência no âmbito do Estado do Acre, estando presente em todos os municípios com atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo a única que cobre cem por cento de seu Estado. Há também uma larga e nacionalmente reconhecida pesquisa e goza do privilégio de estar em um lugar estratégico para as questões ambientais e que alarga bastante os seus horizontes. Quanto a atender alunos advindos das classes trabalhadoras, é um motivo de orgulho e de exercício de democracia, uma vez que para este é o ensino público, gratuito e de qualidade.

Por um lado, temos em uma primeira análise o retrato de uma instituição que responde muito bem suas responsabilidades sociais através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão; mantém uma boa imagem junto aos meios de comunicação e comunidade em geral; com ações que tem impacto positivo na sociedade, tanto atendendo como gerando demandas sociais; contribuindo e potencializando a democracia e a cidadania por meio de suas ações acadêmicas, culturais e científicas. É também uma instituição bem estruturada com clareza na definição de finalidades e objetivos no âmbito dos documentos oficiais, necessitando apenas maior divulgação destes, até para que possam ser melhorados no âmbito de todos os segmentos da comunidade acadêmica.

Por outro, sérios problemas nos processos de comunicação interna e externa, na sistematização e divulgação das informações institucionais de forma a permitir clareza e prontidão de informações necessárias sobre a vida da instituição. Precisa melhorar significativamente na busca da ampliação do acesso e permanência de todos aos seus serviços e, mais precisamente, aos portadores de necessidades educacionais especiais.

5.2. Estrutura Física, Política de Pessoal e Gestão

Dando continuidade à avaliação geral da instituição, agora nos aspectos de infraestrutura, política de pessoal e aspectos ligados à gestão, tendo sempre como elemento de análise a verificação de como a estrutura organizacional favorece as condições para a execução das ações propostas no PDI, foi aplicado o questionário dois que aborda:

políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e técnicos administrativos, organização e gestão da instituição, infra-estrutura física, sustentabilidade financeira da instituição e planejamento e avaliação institucional.

Embora o questionário pudesse ser respondido, por todos da comunidade acadêmica, uma vez que estava disponibilizado na página eletrônica da UFAC, no momento da aplicação foi distribuído para os segmentos acadêmicos (docentes), técnicos administrativos e representações sindicais (SINTEST E ADUFAC) e organizações estudantis (DCE e CAS). Neste universo, cento e quatro pessoas responderam ao questionário ficando representado por categoria conforme demonstra o quadro abaixo.

Tabela 7. Respondentes por categoria, ao Questionário Estrutura Física, Políticas de Pessoal e Gestão.

Categorias	Frequência	%
Acadêmica	24	23,1
Administrativa	79	76,0
Sindical	1	1,0
Total	104	100,0

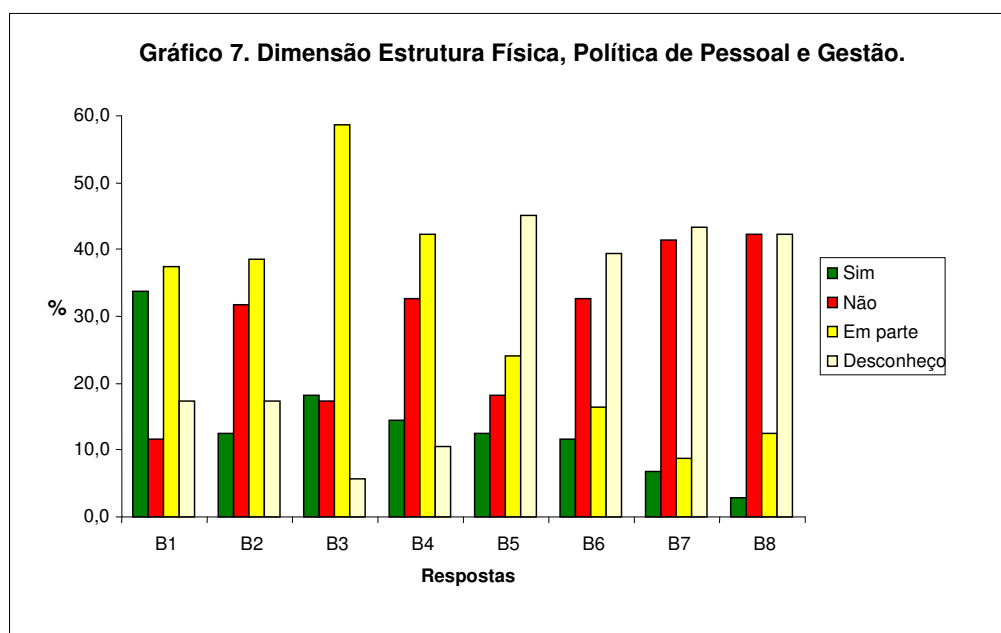
Das cento e quatro pessoas que responderam ao questionário, apenas uma pertence à classe sindical. Optou-se por incluí-la na classe administrativa já que dificilmente a opinião dela reflete a da categoria sindical toda e as representações sindicais são feitas por membros das categorias docentes e ou técnicos administrativos.

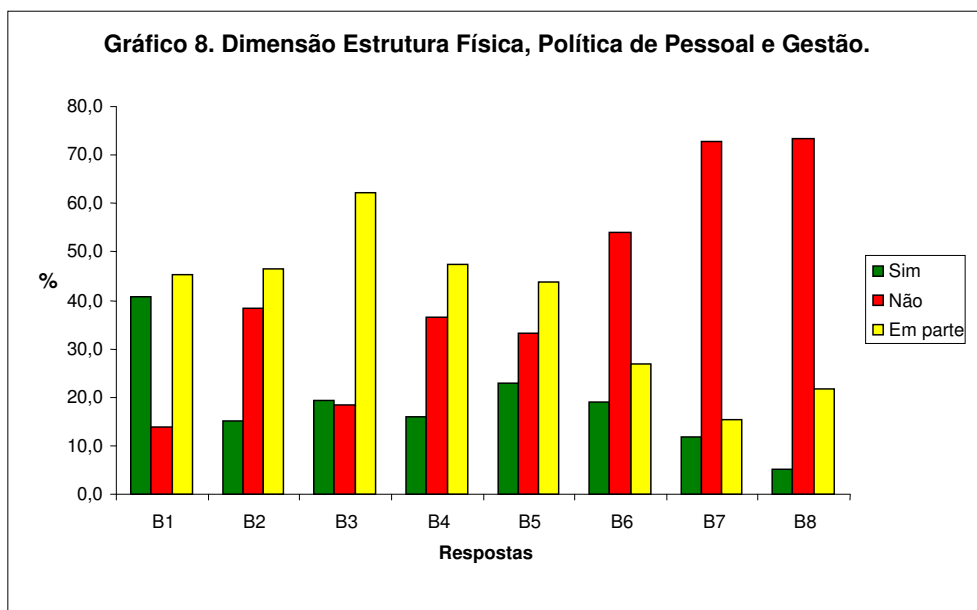
Tendo como primeiro foco de análise, Políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e técnicos administrativos abordando os seguintes itens: os planos de carreira para o corpo docente e técnicos administrativos têm claramente determinados critérios de admissão e progressão; há políticas de qualificação profissional e melhoria de qualidade de vida para os docentes e técnicos administrativos; o clima institucional é favorável às relações interpessoais e ao grau de satisfação pessoal e profissional; a relação docente e técnicos administrativos são quantitativamente proporcionais aos discentes; existem mecanismos de avaliação e acompanhamento dos docentes e técnicos administrativos; existem instâncias que permitam conhecer o grau de satisfação do corpo docente e técnicos administrativos com suas condições de trabalho e se existe política definida de assistência e de melhoria da qualidade de vida dos docentes e técnicos

administrativos. Tais dimensões estão identificadas na sumarização gráfica dos dados como B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7.

Tabela 8. Políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e técnicos administrativos.

		Sim	Não	Em parte	Total Válido	Desconheço
B1	Frequência	35	12	39	86	18
	%	33,7	11,5	37,5	82,7	17,3
	% Válido	40,7	14,0	45,3	100,0	
B2	Frequência	13	33	40	86	18
	%	12,5	31,7	38,5	82,7	17,3
	% Válido	15,1	38,4	46,5	100,0	
B3	Frequência	19	18	61	98	6
	%	18,3	17,3	58,7	94,2	5,8
	% Válido	19,4	18,4	62,2	100,0	
B4	Frequência	15	34	44	93	11
	%	14,4	32,7	42,3	89,4	10,6
	% Válido	16,1	36,6	47,3	100,0	
B5	Frequência	13	19	25	57	47
	%	12,5	18,3	24,0	54,8	45,2
	% Válido	22,8	33,3	43,9	100,0	
B6	Frequência	12	34	17	63	41
	%	11,5	32,7	16,3	60,6	39,4
	% Válido	19,0	54,0	27,0	100,0	
B7	Frequência	7	43	9	59	45
	%	6,7	41,3	8,7	56,7	43,3
	% Válido	11,9	72,9	15,3	100,0	





Em uma perspectiva ampla, para efeito de análise, vamos classificar as diferentes dimensões deste tema em três pontos: carreira e qualificação profissional (B1 e B2), cotidiano das atividades (B3 e B4), acompanhamento, avaliação e assistências nas atividades desenvolvidas (B5 a B7).

Sendo que os melhores desempenhos da instituição apresentam-se na carreira e qualificação profissional com 40,7% *sim* e 45,3% *em parte* apontando para a existência de planos de carreiras com critérios de admissão e progressão claramente definidos. Na qualificação profissional e melhoria de vida para técnicos e docentes, ha um maior índice de insatisfação com altos índices de repostas *em parte* e *não*.

No fazer cotidiano das atividades acadêmicas e administrativas, onde foi consultado sobre o *clima* institucional e a relação quantitativa entre técnicos administrativos, docentes e discentes, o desconhecimento é bem menor que nos demais itens. Sendo que o *clima* institucional apontado como favorável às relações interpessoais e satisfação dos profissionais no desempenho de suas atividades com 58,7% *em parte* e 18,3 *sim*. O quantitativo de docentes e técnicos para o atendimento dos alunos é apresentado como parcialmente satisfatório com 47,3% *em parte* e plenamente insatisfatório com 32,7% *não*, ficando apenas 14,4% *sim*.

Os aspectos mais preocupantes e que devem merecer não só atenção, mas principalmente, ações voltadas para busca de soluções são registrados no acompanhamento, avaliação e assistências nas atividades desenvolvidas com 45,2%, 39,4% e 43,3% *desconheço*, respectivamente para os mecanismos de avaliação do desempenho de suas atividades, demonstrando assim um alto grau de insatisfação da avaliação dos recursos humanos e de fomento à melhoria de qualidade de vida.

Analisando mais detalhadamente cada um dos itens da política de pessoal, de carreira do corpo docente e técnicos administrativos, percebe-se que entre os docentes aparecem os maiores índices de *sim* e *em parte* nos aspectos de planos de carreiras com critérios claramente definidos, política de qualificação, *clima* institucional e relações interpessoais, mecanismos de avaliação ficando os técnicos administrativos muito insatisfeitos ou como desconhecedores destes elementos. Já no item relação entre funcionários, professores e número de alunos, os técnicos administrativos relevam grau de satisfação um pouco maior que os docentes, sendo que estes apontam alto índice de *em parte*. Nos itens, satisfação com as condições de trabalho, assistência e busca da melhoria da qualidade de vida, ambas as categorias demonstram desconhecer completamente tais mecanismos ou afirmam que não existem. Dentre os que dizem existir apontam como satisfatório parcialmente, sendo os satisfeitos com estes itens a minoria.

O desconhecimento dos planos de carreira (22,2% na categoria acadêmica e 18% na categoria administrativa) revela que quase 20% do total não tem consciência de seus direitos elementares dentro da carreira que escolheu. Por outro lado, o baixo percentual de respostas negativas em relação ao percentual de respostas positivas indica que, dentre os que têm consciência, a grande maioria vê clareza nos critérios de admissão e progressão.

Os resultados apresentados sobre a existência de política de qualificação profissional e melhoria da qualidade de vida são preocupantes, especialmente na categoria Administrativa. Mesmo na categoria acadêmica, onde a política de qualificação é mais ampla e visível, percebe-se um desconhecimento.

Na relação satisfatória entre docentes, técnicos administrativos e discentes, a resposta *Não* pode ter significados diferentes. Considerando discentes (DI), docentes

(DO) e técnicos administrativos (TA) tem-se as seguintes possibilidades: DI/TA grande e DI/DO pequena; DI/TA pequena e DI/DO grande; DI/TA grande e DI/DO grande. O mesmo questionamento pode ser feito em relação à resposta *Desconheço*. O desconhecimento é referente à relação DI/DO ou em relação a DI/TA ou em relação a ambas. Sugere-se que nos próximos questionários seja feita distinção entre as duas categorias, separando esta pergunta em duas – uma para cada relação. Porém, no geral, é bastante significativo o percentual de respostas negativas, apenas 14% responderam que a proporção é adequada.

Na existência de mecanismos de avaliação e acompanhamento dos docentes e técnicos administrativos, as respostas diferem bastante quando se olham categorias separadamente. O grande percentual de respostas *Desconheço* está relacionado à categoria de administrativos. O mesmo ocorre com as outras respostas, refletindo no total das respostas dadas pela categoria administrativa. Na categoria acadêmica, ha um percentual pequeno de respostas *Desconheço* e de respostas “*em parte*” e uma ligeira maioria de respostas *sim* em relação às respostas *não*.

No tocante às instâncias de avaliação, acampamento de forma a permitir a expressão do grau de satisfação de todos com as condições de trabalho, ha uma predominância de respostas negativas em relação às positivas nas duas categorias, mas prevalece em ambas o desconhecimento.

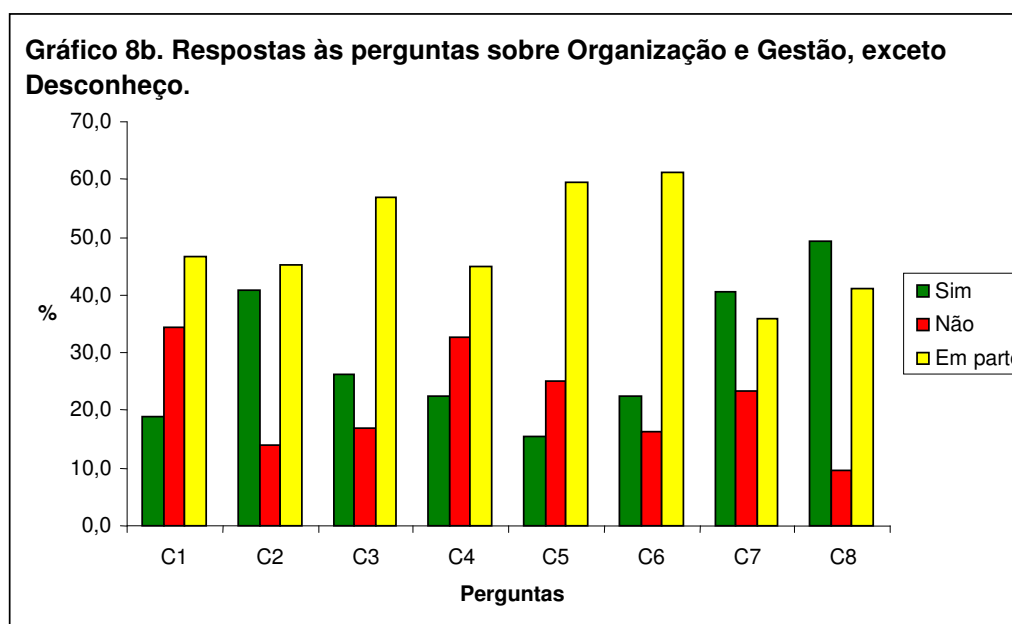
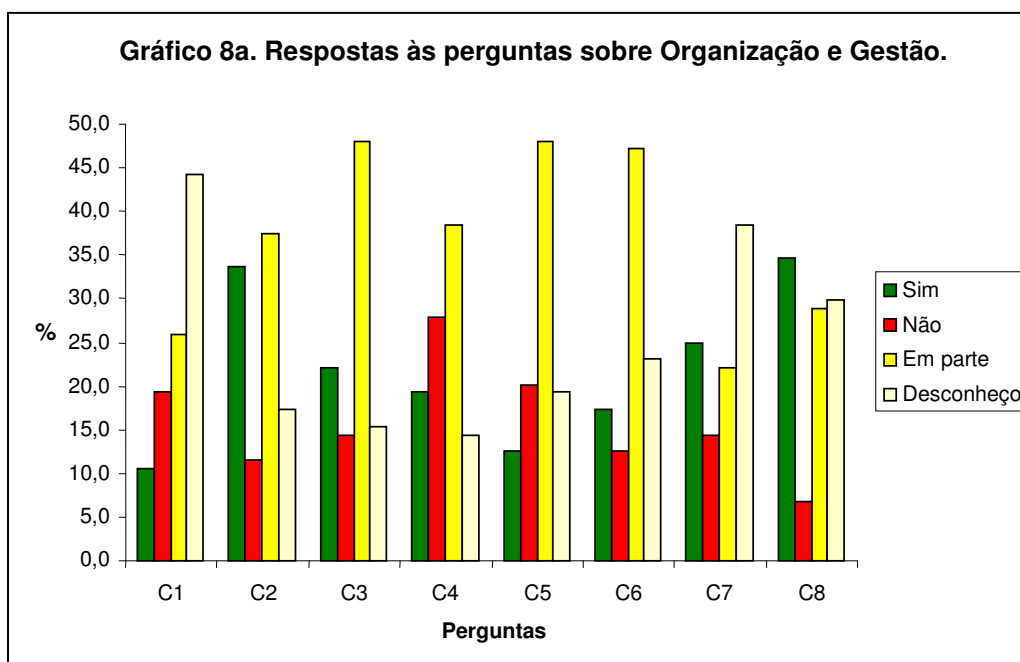
Relativo à assistência e melhoria de qualidade de vida, ha um grande percentual de respostas negativas em relação às positivas. Menos de 10% responderam positivamente enquanto que as respostas negativas e o desconhecimento somam cerca de 80%.

A segunda dimensão avaliada nos aspectos de infra-estrutura, política de pessoal e os aspectos ligados à gestão é a Organização e Gestão da Instituição contemplando os itens: existência de um plano de gestão adequado aos objetivos e projetos institucionais, coerentes com a estrutura organizacional atual; os órgãos colegiados permitem a participação democrática? Ha coerência entre as tomadas de decisões e as finalidades da Instituição? Ha participação dos diversos segmentos no processo de gestão? Ha investimento na comunicação e na circulação de informações? Os procedimentos que organizam e conduzem os processos de tomada de decisão são adequados? Ha instâncias

de apoio para participação e consulta nas tomadas de decisões? Ha clareza quanto ao funcionamento, composição e finalidade dos órgãos colegiados? Assim identificados na sumarização dos gráficos C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7 e C8.

Tabela 9. Respostas aos itens referentes à Organização e Gestão da Instituição.

		Sim	Não	Em parte	Total Válido	Desconheço
C1	Frequência	11	20	27	58	46
	%	10,6	19,2	26,0	55,8	44,2
	% Válido	19,0	34,5	46,6	100,0	
C2	Frequência	35	12	39	86	18
	%	33,7	11,5	37,5	82,7	17,3
	% Válido	40,7	14,0	45,3	100,0	
C3	Frequência	23	15	50	88	16
	%	22,1	14,4	48,1	84,6	15,4
	% Válido	26,1	17,0	56,8	100,0	
C4	Frequência	20	29	40	89	15
	%	19,2	27,9	38,5	85,6	14,4
	% Válido	22,5	32,6	44,9	100,0	
C5	Frequência	13	21	50	84	20
	%	12,5	20,2	48,1	80,8	19,2
	% Válido	15,5	25,0	59,5	100,0	
C6	Frequência	18	13	49	80	24
	%	17,3	12,5	47,1	76,9	23,1
	% Válido	22,5	16,3	61,3	100,0	
C7	Frequência	26	15	23	64	40,0
	%	25,0	14,4	22,1	61,5	38,5
	% Válido	40,6	23,4	35,9	100,0	
C8	Frequência	36	7,0	30,0	73	31,0
	%	34,6	6,7	28,8	70,2	29,8
	% Válido	49,3	9,6	41,1	100,0	



Nesta dimensão, destacam-se os aspectos democráticos que pautam a condução das atividades na instituição na medida em que das oito questões, cinco abordam aspectos da representação, participação e deliberação por mecanismos democráticos.

Apontando como um dos aspectos mais bem avaliados a existência de órgãos colegiados, com clareza quanto sua composição, finalidade e funcionamento que permitem uma participação democrática dos diversos segmentos da instituição sendo esta aprovada pela maioria.

A maior parte dos entrevistados desconhece o plano de gestão e, dentre os que conhecem, a maioria o reprovava quando questionado sobre se este é adequado aos objetivos institucionais e coerentes com a estrutura organizacional atual. Não há diferença significativa de respostas entre as categorias.

Em relação à coerência das tomadas de decisões e as finalidades da Instituição, as categorias diferem em suas respostas. A maioria dos pertencentes à categoria acadêmica não vê coerência enquanto que os da categoria administrativa sim.

A participação dos diversos segmentos no processo de gestão recebeu um maior percentual de respostas negativas do que positivas nas duas categorias. A maior parte respondeu que essa participação se dá em parte. É igualmente negativa a pergunta que se refere ao investimento na comunicação e circulação de informação entre os diversos setores e segmentos da Instituição.

A pergunta que se refere à adequação dos procedimentos que organizam e conduzem os processos de tomada de decisões mostra um grande percentual de respostas em parte. Na classe acadêmica há uma igualdade entre as respostas sim e não enquanto que na categoria administrativa, a resposta positiva ocorre com mais frequência.

Quanto à existência de instâncias de apoio para participação e consulta nas tomadas de decisões, o desconhecimento ocorre em mais que 40% da classe acadêmica e 37,5% da classe administrativa. Como em algumas situações anteriores, o desconhecimento é, de certa maneira, equivalente à resposta negativa. Assim, as respostas não e desconheço somam mais que 50% do total.

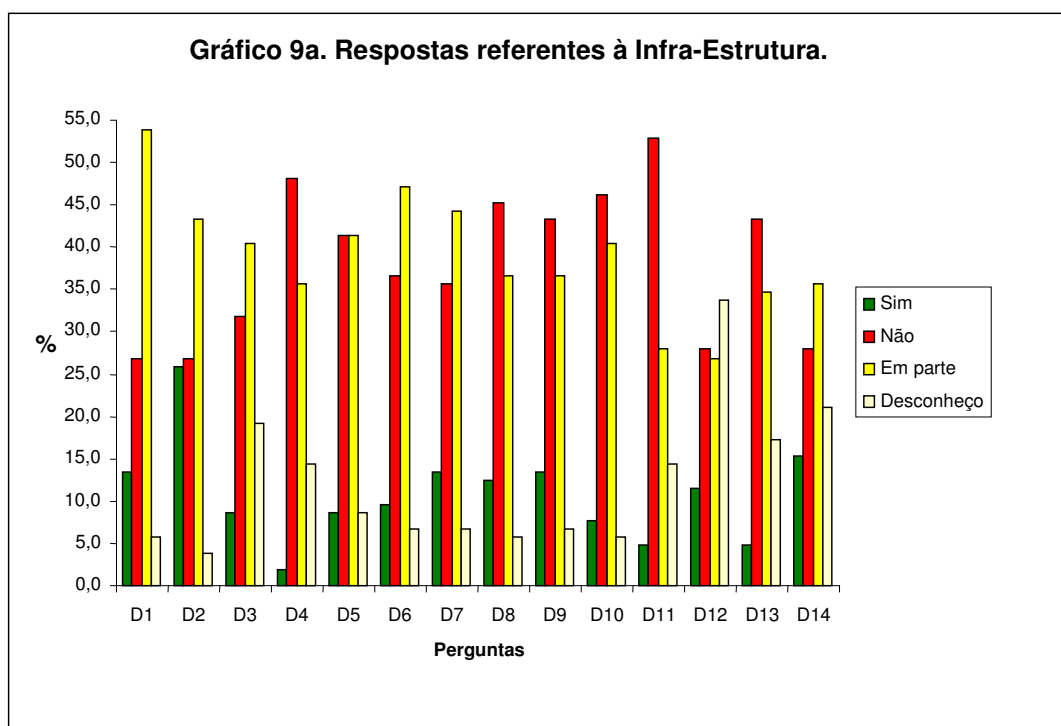
Assim como no item referente aos órgãos colegiados, a maioria respondeu que há clareza quanto ao funcionamento, composição e finalidades dos órgãos colegiados, sendo ainda mais bem avaliado na categoria acadêmica.

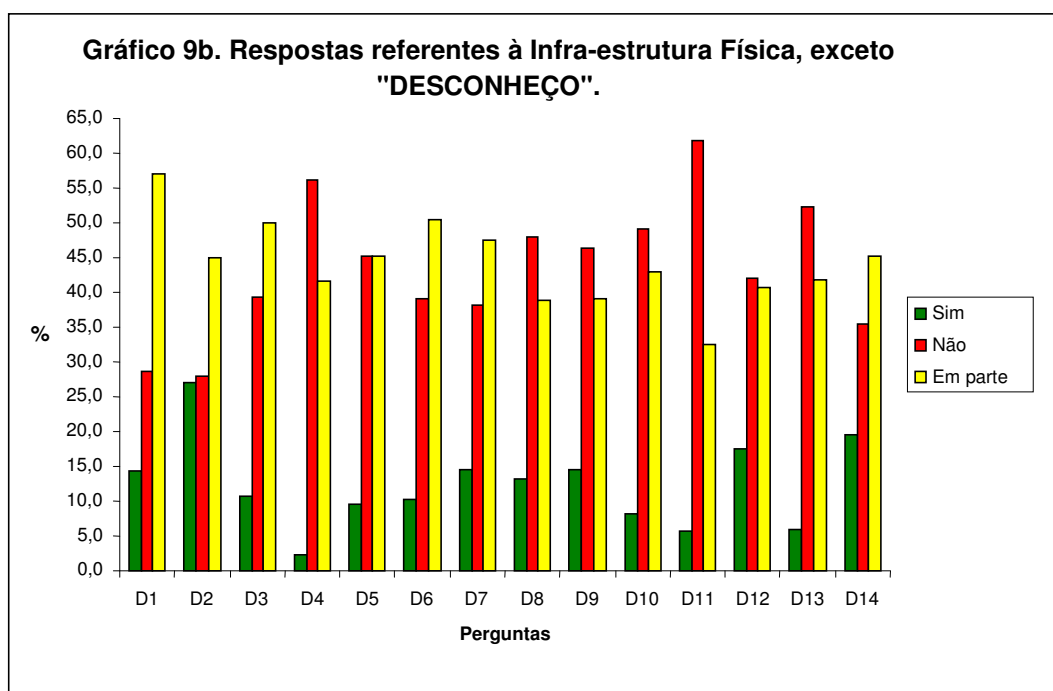
Temos a Infra-Estrutura Física como terceiro aspectos avaliado no questionário dois, abordando os seguintes itens: as instalações físicas das salas de aula são adequadas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão; as instalações físicas da biblioteca são adequadas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão; as instalações físicas dos laboratórios são adequadas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão; as instalações físicas das áreas de lazer são adequadas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão; as instalações físicas dos equipamentos de informática são adequadas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão; as instalações físicas da rede de informações são adequadas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão; as instalações físicas das salas de reuniões e demais ambientes são adequadas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão; a quantidade de instalações físicas face às necessidades e número de estudantes é adequada; as instalações físicas proporcionam espaços suficientes; o estado de conservação das instalações físicas é satisfatório; a infra-estrutura fomenta práticas inovadoras; existem procedimentos claros para adquirir, manter, revisar e atualizar as instalações e recursos; as instalações são adequadas e adaptadas aos alunos com necessidades educativas especiais; se ha locais de convívio para a comunidade acadêmica identificados de D1 a D14 da sumarização gráfica.

Tabela 10. Respostas às perguntas referentes à Infra-Estrutura Física.

Respostas D1 a D14		Sim	Não	Em parte	Total Válido	Desconheço
D1	Frequência	14	28	56	98	6
	%	13,5	26,9	53,8	94,2	5,8
	% Válido	14,3	28,6	57,1	100,0	
D2	Frequência	27	28	45	100	4
	%	26,0	26,9	43,3	96,2	3,8
	% Válido	27,0	28,0	45,0	100,0	
D3	Frequência	9	33	42	84	20
	%	8,7	31,7	40,4	80,8	19,2
	% Válido	10,7	39,3	50,0	100,0	
D4	Frequência	2	50	37	89	15
	%	1,9	48,1	35,6	85,6	14,4
	% Válido	2,2	56,2	41,6	100,0	
D5	Frequência	9	43	43	95	9
	%	8,7	41,3	41,3	91,3	8,7
	% Válido	9,5	45,3	45,3	100,0	
D6	Frequência	10	38	49	97	7
	%	9,6	36,5	47,1	93,3	6,7
	% Válido	10,3	39,2	50,5	100,0	
D7	Frequência	14	37	46	97	7
	%	13,5	35,6	44,2	93,3	6,7
	% Válido	14,4	38,1	47,4	100,0	
D8	Frequência	13	47	38	98	6

	%	12,5	45,2	36,5	94,2	5,8
	% Válido	13,3	48,0	38,8	100,0	
D9	Frequência	14	45	38	97	7
	%	13,5	43,3	36,5	93,3	6,7
	% Válido	14,4	46,4	39,2	100,0	
D10	Frequência	8	48	42	98	6
	%	7,7	46,2	40,4	94,2	5,8
	% Válido	8,2	49,0	42,9	100,0	
D11	Frequência	5	55	29	89	15
	%	4,8	52,9	27,9	85,6	14,4
	% Válido	5,6	61,8	32,6	100,0	
D12	Frequência	12	29	28	69	35
	%	11,5	27,9	26,9	66,3	33,7
	% Válido	17,4	42,0	40,6	100,0	
D13	Frequência	5	45	36	86	18
	%	4,8	43,3	34,6	82,7	17,3
	% Válido	5,8	52,3	41,9	100,0	
D14	Frequência	16	29	37	82	22
	%	15,4	27,9	35,6	78,8	21,2
	% Válido	19,5	35,4	45,1	100,0	





Na avaliação geral da infra-estrutura física da UFAC constatou-se, em todas as perguntas, um maior percentual de respostas *negativas* e *em parte* do que de respostas positivas. O percentual de respostas *Desconheço* foi pequeno, abaixo de 20%, exceto nos da questão sobre os procedimentos claros de aquisição, manutenção, revisão e atualização de instalações e recursos e quanto à existência de locais de convívio para a comunidade acadêmica.

Percebe-se, pois, uma avaliação com grandes índices *em parte* que podem ser entendidas como positivas na medida que existem, mesmo que parcialmente, ou como negativas na medida que não atendem satisfatoriamente às demandas da comunidade no desempenho das atividades. É considerável o índice de insatisfação com os altos percentuais de *não*. Verificar-se-á uma avaliação não positiva com destaque para os aspectos de *em parte ou negativa* em todas as categorias.

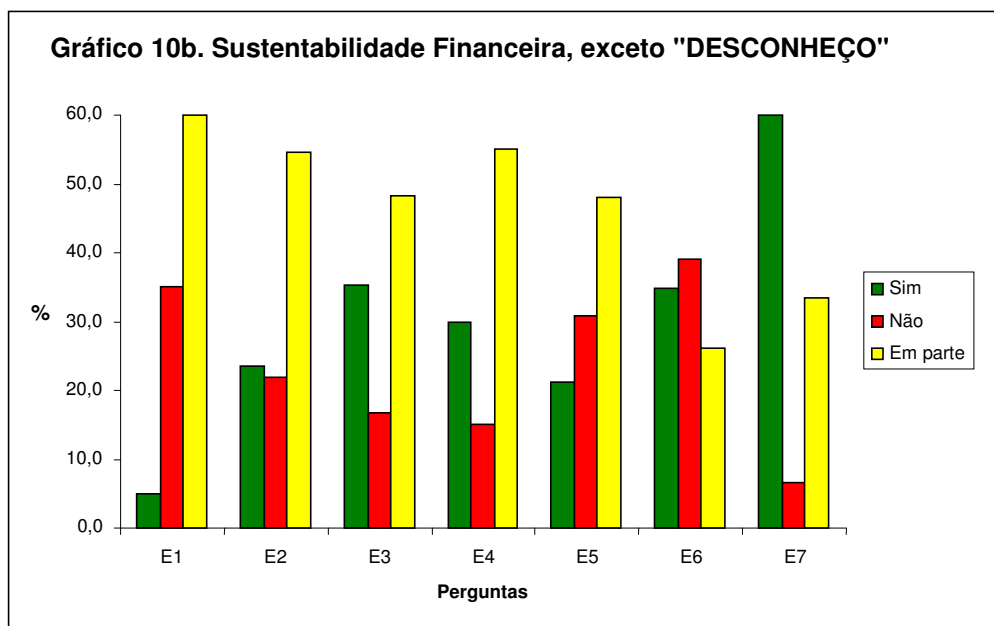
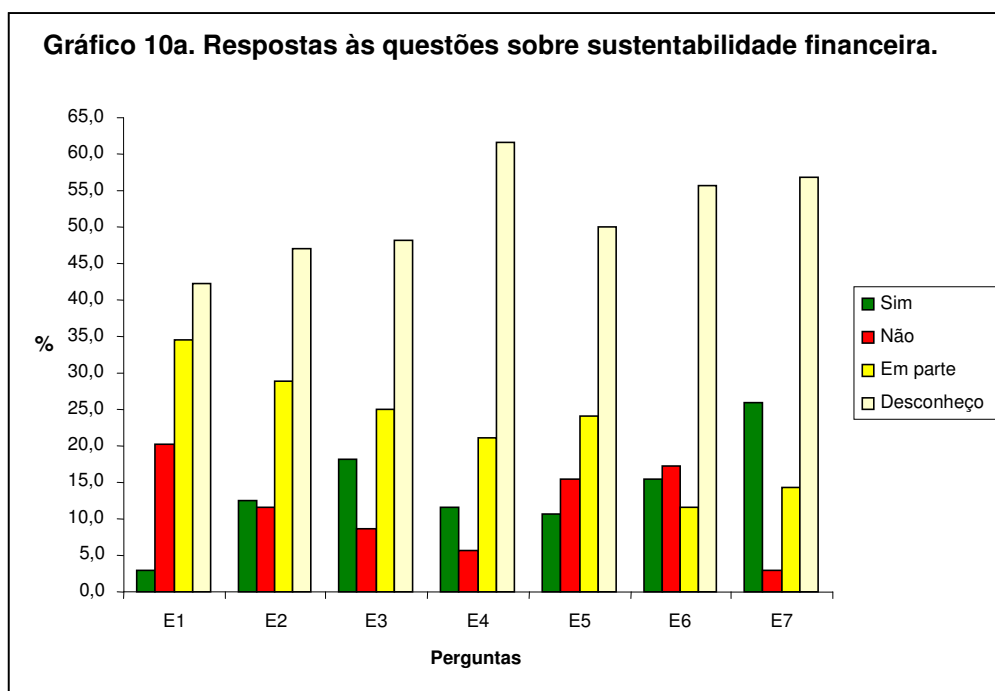
Entre os docentes, na categoria acadêmica, em relação aos técnicos administrativos, são melhores avaliados os itens: salas de aula, laboratórios, rede de informações e locais de convívio para comunidade universitária. Já na categoria administrativa ha uma avaliação um pouco mais positiva nos aspectos: biblioteca, salas de reuniões e demais ambientes, quantidade de instalações físicas face às necessidades e número de estudantes e se as instalações físicas proporcionam espaços suficientes.

Embora os segmentos apresentem avaliação mais ou menos positivas em aspectos diferentes, naqueles mais focados nas atividades pertinentes a cada categoria, isso não demonstra um bom desempenho da instituição nas questões de infra-estrutura física. Muito pelo contrário, em vários aspectos a avaliação é extremamente negativa com baixos índices e ou ausência de respostas *sim* e altos níveis de *não* em áreas de lazer, equipamentos de informática, estado de conservação das instalações físicas, se a infra-estrutura fomenta práticas inovadoras e se as instalações são adequadas e adaptadas aos alunos com necessidades educativas especiais. A reprovação apontada pela comunidade universitária é bastante significativa no item estrutura-física.

Como quarto aspecto desta dimensão foi avaliada a Sustentabilidade Financeira da Instituição, abordando: política de captação de recursos; políticas direcionadas à aplicação de recursos nas atividades fins; coerência entre o proposto no PDI e a proposta orçamentária; compatibilidade entre as atividades e os recursos orçamentários; previsão orçamentária para a capacitação do corpo docente e técnico administrativo e existência de controle entre as despesas efetivas, despesas decorrentes e capital investido. Tais elementos são identificados para efeitos de sumarização gráfica como E1, E2, E3, E4, E5, E6 e E7.

Tabela 11. Sustentabilidade Financeira da Instituição

		Sim	Não	Em parte	Total Válido	Desconheço	Total
E1	Frequência	3	21	36	60	44	104
	%	2,9	20,2	34,6	57,7	42,3	100,0
	% Válido	5,0	35,0	60,0	100,0		
E2	Frequência	13	12	30	55	49	104
	%	12,5	11,5	28,8	52,9	47,1	100,0
	% Válido	23,6	21,8	54,5	100,0		
E3	Frequência	19	9	26	54	50	104
	%	18,3	8,7	25,0	51,9	48,1	100,0
	% Válido	35,2	16,7	48,1	100,0		
E4	Frequência	12	6	22	40	64	104
	%	11,5	5,8	21,2	38,5	61,5	100,0
	% Válido	30,0	15,0	55,0	100,0		
E5	Frequência	11	16	25	52	52	104
	%	10,6	15,4	24,0	50,0	50,0	100,0
	% Válido	21,2	30,8	48,1	100,0		
E6	Frequência	16	18	12	46	58	104
	%	15,4	17,3	11,5	44,2	55,8	100,0
	% Válido	34,8	39,1	26,1	100,0		
E7	Frequência	27	3	15	45	59	104
	%	26,0	2,9	14,4	43,3	56,7	100,0
	% Válido	60,0	6,7	33,3	100,0		



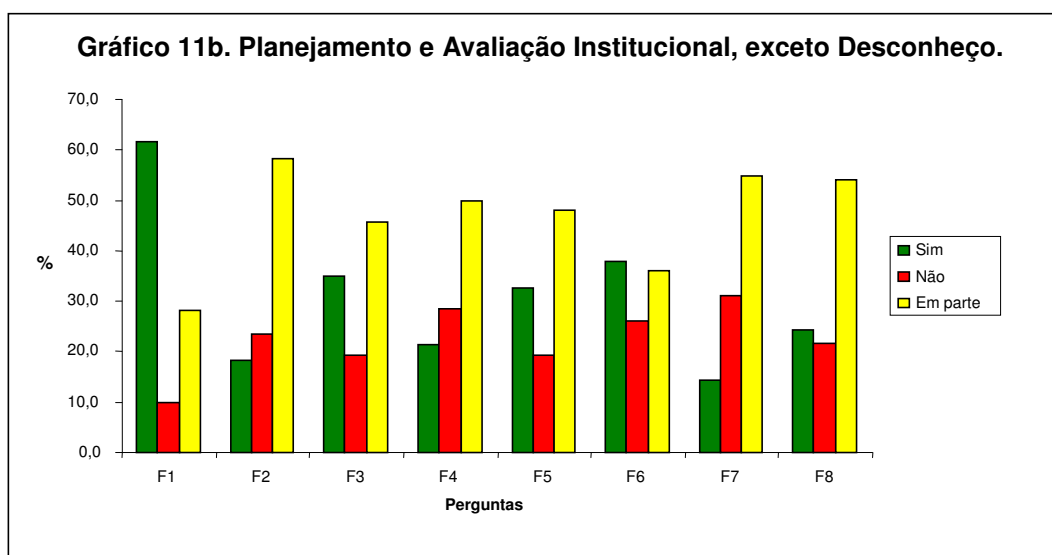
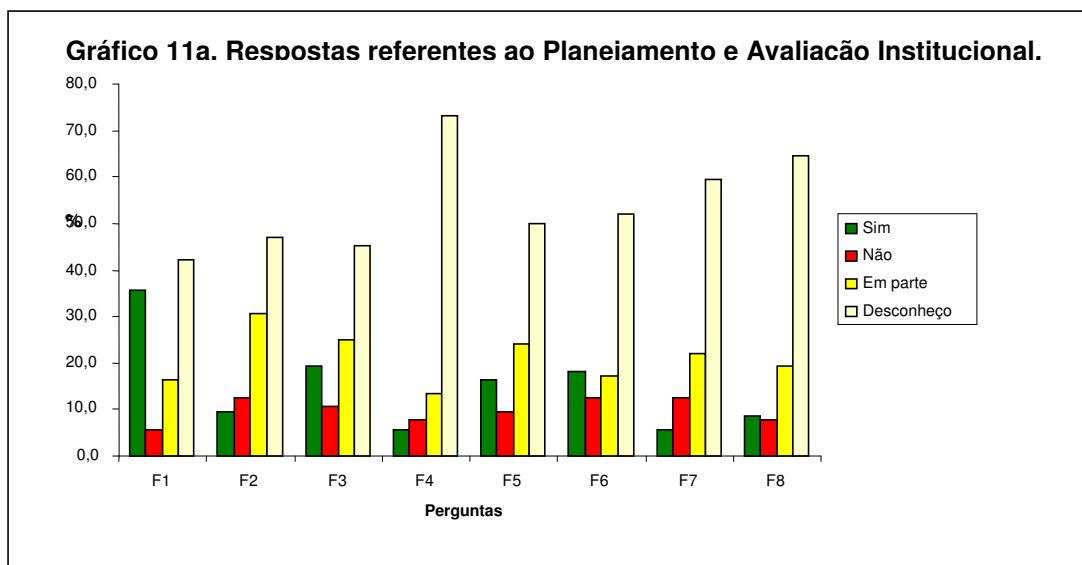
Percebe-se que em todas as questões, os percentuais de respostas *Desconheço* variam entre 40% a 60%. Quando se retiram estas respostas, tem-se um percentual maior de respostas negativas em quase todas as questões abordadas.

Pode-se questionar sobre os altos índices de respostas *em parte* e *não* na medida que na dimensão anterior, a instituição foi bem melhor avaliada na organização e gestão, apontando como aspectos positivos a existência de instâncias deliberativa com meios e processos de representação e participação democrática. Como as questões orçamentárias e financeiras na instituição são descentralizadas e administradas de forma colegiada, seria de se esperar que todos tivessem mais conhecimento e participação no uso adequado dos aspectos financeiros.

Tendo como último elemento avaliado na dimensão estrutura física, política de pessoal e gestão o Planejamento e Avaliação Institucional abordando: existe um planejamento geral da Instituição? O planejamento é adequadamente efetivado? O planejamento incorpora ações para melhorias contínuas? Existia avaliação institucional antes da implantação do SINAES? Ha acompanhamento das atividades educativas? As iniciativas de avaliação permitiram visualizar problemas e pontos fortes? Os resultados de tais processos foram sistematizados e divulgados? Os resultados serviram para encaminhar ações? Identificados na sumarização gráficas dos dados como F1, F2, F3, F4, F5, F6, F7 e F8.

Tabela 12. Planejamento e Avaliação Institucional

		Sim	Não	Em parte	Total Válido	Desconheço	Total
F1	Frequência	37	6	17	60	44	104
	%	35,6	5,8	16,3	57,7	42,3	100,0
	% Válido	61,7	10,0	28,3	100,0		
F2	Frequência	10	13	32	55	49	104
	%	9,6	12,5	30,8	52,9	47,1	100,0
	% Válido	18,2	23,6	58,2	100,0		
F3	Frequência	20	11	26	57	47	104
	%	19,2	10,6	25,0	54,8	45,2	100,0
	% Válido	35,1	19,3	45,6	100,0		
F4	Frequência	6	8	14	28	76	104
	%	5,8	7,7	13,5	26,9	73,1	100,0
	% Válido	21,4	28,6	50,0	100,0		
F5	Frequência	17	10	25	52	52	104
	%	16,3	9,6	24,0	50,0	50,0	100,0
	% Válido	32,7	19,2	48,1	100,0		
F6	Frequência	19	13	18	50	54	104
	%	18,3	12,5	17,3	48,1	51,9	100,0
	% Válido	38,0	26,0	36,0	100,0		
F7	Frequência	6	13	23	42	62	104
	%	5,8	12,5	22,1	40,4	59,6	100,0
	% Válido	14,3	31,0	54,8	100,0		
F8	Frequência	9	8	20	37	67	104
	%	8,7	7,7	19,2	35,6	64,4	100,0
	% Válido	24,3	21,6	54,1	100,0		



Como no tópico anterior, mais de 40% das respostas foram *Desconheço* em todas as perguntas, chegando a ser maior que 70% em algumas delas. Quando se retira essas respostas, verifica-se que 60% dos respondentes restantes concordam com a existência de um planejamento, mas a adequação desse planejamento é reprovada por cerca de 1/3 destes. Os piores resultados estão concentrados nas perguntas referentes à existência e publicação de avaliações anteriores, respectivamente. Observa-se ainda que o percentual de respostas “*Em Parte*” supera o percentual de respostas *Sim e Não* na maior parte das perguntas.

Quando se observam as respostas por categoria, verificamos que existem algumas diferenças entre elas. Entretanto, o alto percentual de desconhecimento, tanto por parte dos docentes como por parte dos administrativos, faz com que tais diferenças não sejam significativas. As respostas indicam claramente que os respondentes sabem da existência de planejamento, mas que tal planejamento não é efetivado. Não se sabe se os resultados serviram para encaminhar ações ou se foram sistematizados e divulgados. E desconhecem absolutamente a existência de avaliação antes da implantação do SINAES com índices de 66,7% dos acadêmicos e 75% dos administrativos responderam que desconhecem qualquer avaliação anterior.

Considerando os pontos mais positivos e mais negativos, bem como as questões livres para a Estrutura Física, Política de Pessoal e Gestão, temos o seguinte resultado.

Na política de pessoal, de carreira de docentes e técnicos administrativos são apontados como mais positivos: o grande número de mestres e doutores, a política de qualificação e os critérios para distribuição de vagas de docentes bem como plano de carreira definido. E como pontos mais negativos: a questão de políticas interna imperam e limitam as avaliações e o processo de qualificação; a necessidade de ao qualificar o profissional, definir critérios que apontem a qualidade das instituições onde irão cursar e buscar esta qualificação e má distribuição de pessoal, de materiais didáticos e sobrecarga de atividades.

Para a organização e gestão da Instituição, temos como mais bem avaliados: gestão colegiada com participação democrática de todos os segmentos e definição clara de política de gestão com adequação de sua missão à atividade prática. E com avaliação negativa: não divulgação com a devida antecedência de datas de reuniões, os interesses pessoais e políticos interferem negativamente nas ações, desmotivação acompanhado de falta de divulgação de comunicação e cordialidade entre os setores.

Referente à infra-estrutura física foram apontados como aspectos mais positivos: construção bem sólida com espaço físico bem distribuído e de fácil acesso; *campus* universitário amplo e com possibilidades de ampliação, manutenção e conservação da estrutura do Campus com equipamentos adequados para proporcionar o bom andamento das atividades da IFES com passarelas entre os prédios, estacionamento, algumas rampas e salas arejadas, claras e amplas; instalações físicas e estruturas adequadas às atividades

das unidades com boa arborização, ventilação e iluminação. Como aspectos avaliados negativamente foram apontados: falta de condições para docentes e discentes estudarem e pesquisarem, principalmente, a infra-estrutura para informática; a aparência é desagradável, havendo necessidade de rever formas e atitudes para o cuidado com o espaço; não ha discussão sobre necessidade de infra-estrutura e as salas não têm instalações mais evoluídas tecnicamente.

Na sustentabilidade financeira da instituição são apontados orçamento participativo e democrático, a planilha de distribuição, financeiro equilibrado e o incentivo à criação de projetos para captação de recursos como pontos mais positivos e gastos e valores disponíveis não são expostos à comunidade, como os critérios para gastos e não ha mecanismo para divulgar e discutir e o orçamento anual só ser liberado ao fim do 1º trimestre.

Para o planejamento e avaliação institucional a existência de um setor de avaliação, instâncias colegiadas permitem a avaliação das ações e disposição para avaliação, são avaliados como aspectos mais positivos. Questionário de avaliação mal formulados, falta de informação adequada e ausência de comunicação interna, e falta de transparência nas decisões administrativas como aspectos avaliados negativamente.

Para além dos pontos positivos e negativos, foram ainda apontadas na questão aberta: a administração não gosta de avaliação de suas ações, como técnico administrativo desconheço várias ações da universidade, necessidade de uma melhor estrutura física para o R.U para melhor atendimento, a falta de compromisso com a instituição por parte de alguns servidores e o paternalismo reinante impede, muitas vezes, ações efetivas e eficazes para resolver certos problemas.

Por último expressa-se o desejo de que não fique só nesta avaliação, mas que aconteça as transformações necessárias para sairmos desse marasmo e ha necessidade de democratizar e não burocratizar ainda mais.

Voltando o olhar para o objetivo geral que é de implementar e sistematizar um processo de avaliação institucional na UFAC, em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, respeitando as especificidades regionais, com vista à fortalecer a comunicação interna e externa e responder criticamente ao ensino pesquisa

e o de verificar se a estrutura organizacional favorece as condições para a execução das ações propostas no PDI, observa-se nas repostas apresentadas duas vertentes: ou não existe um sistema de comunicação que dê conta de informar as diversas categorias sobre as pluralidades dos aspectos que envolvem o gerenciamento da instituição ou esta realmente apresenta, em seus aspectos organizacionais e de gestão, mais acentuadamente, nas questões de infra-estrutura física, financeira, de planejamento e avaliação uma grande deficiência no atendimento das demandas de ensino, pesquisa e extensão.

5.3. Políticas para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação e a Extensão

No questionário de número três com a dimensão *Políticas para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação e a Extensão*, pode-se responder alguns dos objetivos, metas e resultados esperados no projeto de avaliação institucional.

Dentre os objetivos podemos estar apresentando respostas para: catalogação da produção acadêmico-científica da instituição; criação e manutenção de um banco de dados qualitativos e quantitativos sobre os egressos dos cursos da instituição; sistematização de informações sobre os programas de extensão verificando sua articulação com o ensino e a pesquisa, assim como com as necessidades e demandas do entorno social; diagnóstico da política de pós-graduação que identifique tanto a capacidade instalada quanto as condições necessárias à sua consolidação e ampliação; perfil sócio-econômico e cultural dos discentes da instituição, de modo a subsidiar a definição de uma política de atendimento estudantil e informações sobre a pesquisa na instituição, objetivando a definição de uma política de fortalecimento e incentivo à produção acadêmica, científica e cultural.

Nas metas e resultados esperados temos: definição do perfil do corpo docente da instituição a partir de sua produção científica, implementando ações para a melhoria do desempenho profissional, pessoal e institucional; conhecimento da situação dos egressos com vista a fortalecer o atendimento das demandas sociais; conhecimento dos programas de extensão, sua articulação com o ensino e a pesquisa e consonância com as necessidades e demandas do entorno social; construção do perfil da pós-graduação e

identificação da capacidade instalada e das ações necessárias ao fortalecimento e ampliação.

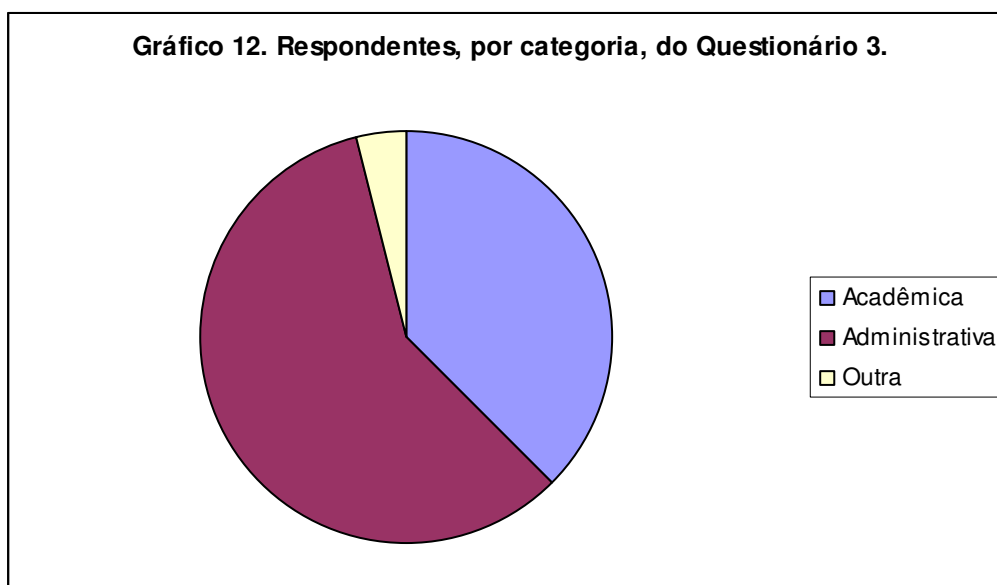
Com vista a estar colhendo dados que subsidie as respostas para tais objetivos e metas, foi aplicado à comunidade o questionário de número três dividido em oito itens que incluem: Identificação, Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação, Política de Atendimento aos Estudantes, Política de Atendimento aos Egressos e Outros Aspectos.

Dentre a comunidade acadêmica, cento e vinte oito pessoas responderam os questionários três distribuídas nas categorias acadêmicas, administrativas e outra (Colégio de Aplicação – CAP) com percentuais de participação demonstrados nos quadros e gráficos abaixo.

Tabela 13. Número e percentual de respondentes, por categorias.

Categorias	Frequência	%
Acadêmica	48	37,5
Administrativa	75	58,6
Outra	5	3,9
Total	128	100,0

Gráfico 12. Respondentes, por categoria, do Questionário 3.

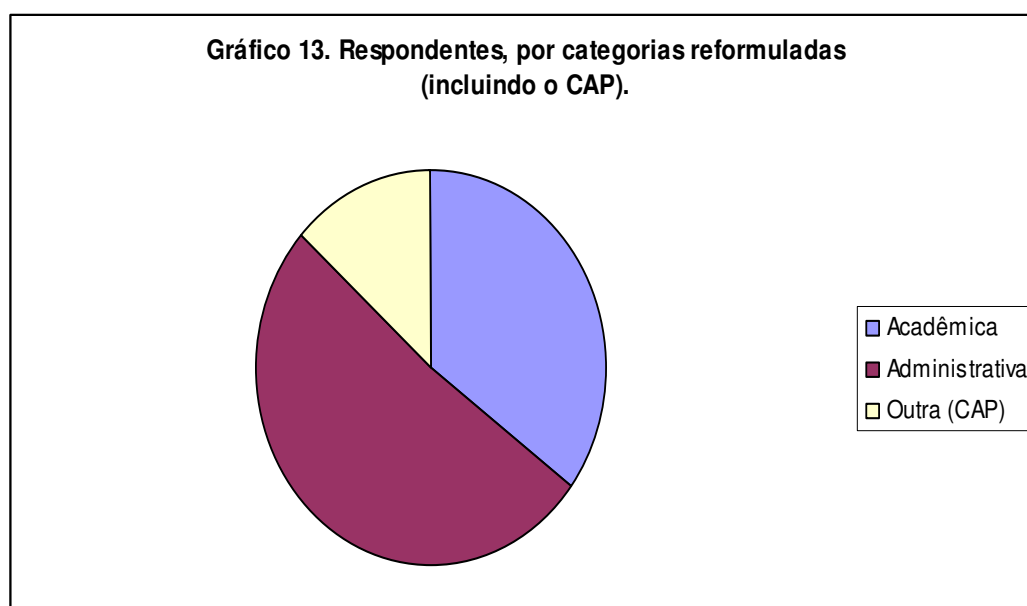


Observa-se que as cinco pessoas que responderam o Outro para categoria são do Colégio de Aplicação, não sendo possível distinguir se Docentes ou Técnicos Administrativos. Nesta situação, optou-se por colocar todos os respondentes do Colégio de Aplicação numa classe única. No caso do Questionário 03, esta divisão pode ser

válida, tendo em vista a diferença de localização e de estrutura no CAP, e do tipo do questionário que estamos trabalhando.

Tabela 14. Respondentes, por categorias reformuladas.

Categorias	Frequência	%
Acadêmica	45	35,2
Administrativa	66	51,6
Outra (CAP)	17	13,3
Total	128	100,0

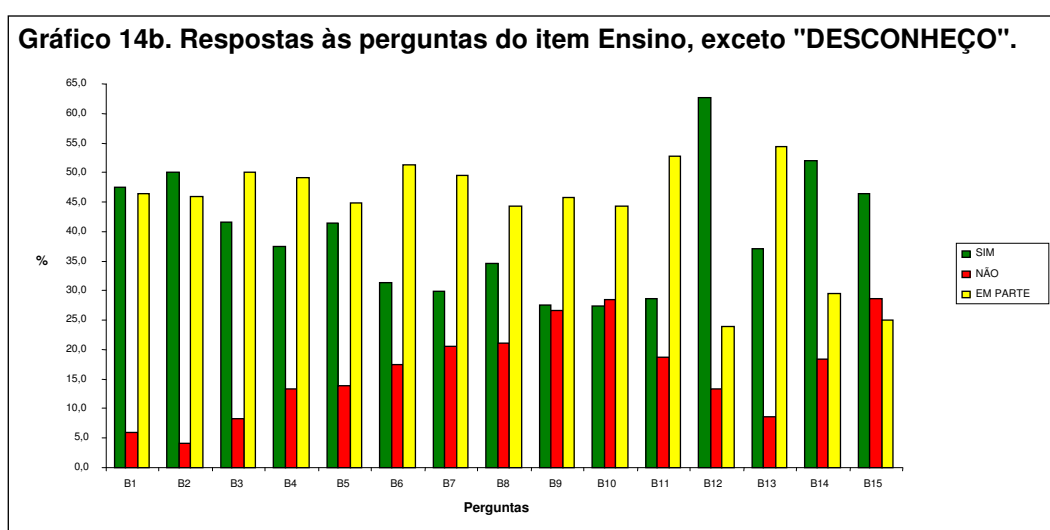
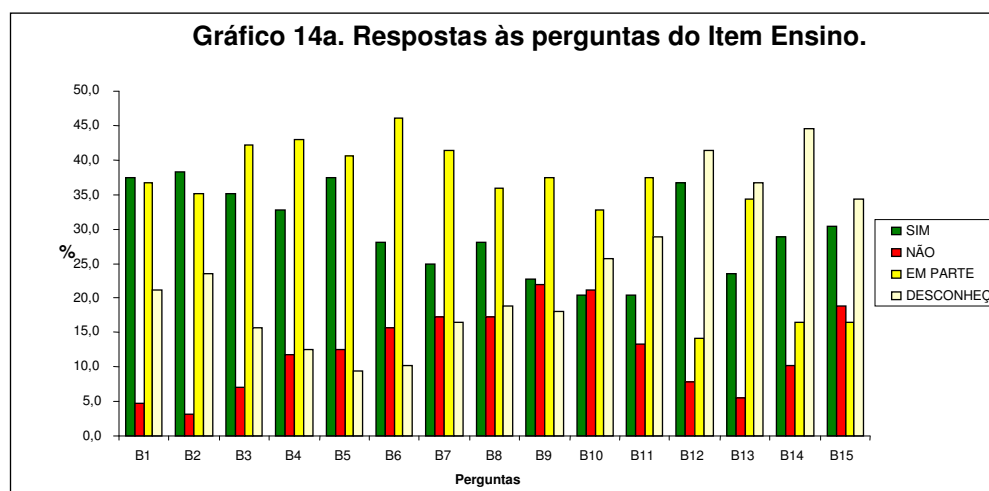


5. 3.1. Ensino

Como primeiro item avaliado no questionário temos o **Ensino** abordando os seguintes aspectos: As propostas curriculares dos cursos de graduação estão de acordo com os fins e objetivos do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Instituição, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as inovações da área? As práticas pedagógicas usam processos participativos de construção de conhecimento? Os currículos atendem aos objetivos institucionais, às demandas sociais e às necessidades profissionais e individuais? As práticas institucionais estimulam a melhoria do ensino? As práticas institucionais estimulam a formação do docente? As práticas institucionais estimulam o apoio aos estudantes? As práticas institucionais estimulam a interdisciplinaridade? As práticas institucionais estimulam as inovações didático-pedagógicas? As práticas institucionais

estimulam o uso das novas tecnologias no ensino? Os currículos são sistematicamente revisados e atualizados? Os mecanismos de atualização dos currículos são adequados? Quanto aos currículos, existem responsáveis por tal processo? Os currículos respondem ao perfil do egresso? Há critérios orientadores do processo de atualização dos currículos? Ainda quanto aos currículos, são desenvolvidos encontros para debate e discussão? Identificados de B1 a B15 na sumarização gráfica dos dados.

O quadro de número três demonstra a visão global de como foi avaliada todos os aspectos referentes ao ensino.



Em todos os itens aparece um percentual de *desconheço* bastante significativo que vai de 9,4% a 44,5%. Pode-se apontar que alto índice de desconhecimento seja advindo do fato que o maior número de respondentes seja entre os técnicos administrativos, e menor entre os professores, sendo estes os que mais convivem com as questões afetas ao ensino, tanto nas questões pedagógicas quanto curriculares.

Mesmo com grande incidência de desconhecimento, em alguns aspectos a instituição, no que se refere ao ensino apresenta uma boa avaliação com índice de respostas *sim* nunca inferior a 20% chegando até 60% das respostas válidas. Quando somado os *sim* aos *em parte* temos índices ainda melhores. Quando os percentuais são sobre as repostas válidas, excluída os *desconheço* a avaliação geral melhora, significativamente.

Dentre os aspectos avaliados podemos destacar os seis que apresentaram os melhores índices avaliativos sendo, pela ordem decrescente: os currículos respondem ao perfil do egresso; a existência de critérios orientadores do processo de atualização dos currículos; as práticas pedagógicas usam processos participativos de construção de conhecimento; as propostas curriculares dos cursos de graduação estão de acordo com os fins e objetivos do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Instituição; as Diretrizes Curriculares Nacionais e as inovações da área, ainda quanto aos currículos, são desenvolvidos encontros para debate e discussão e que as práticas institucionais estimulem a formação do docente.

Os seis índices piores avaliados foram: a revisão e atualização dos currículos; se as práticas institucionais estimulam o uso das novas tecnologias no ensino; os mecanismos de atualização dos currículos não são adequados; e como as práticas institucionais estimulam a interdisciplinaridade; o apoio aos estudantes e as inovações didático-pedagógicas. Mesmo com uma avaliação que merece atenção, estes aspectos sempre apresentam índice acima de 20% de respostas *sim*.

Fazendo uma análise por categorias de pesquisados, os índices de *desconheço* são significativamente maiores entre os técnicos administrativos, o que se justifica, como já mencionado acima, pela maior familiaridade da categoria docente com as questões ligadas ao ensino.

Entre os docentes, categoria acadêmica, o nível de desconhecimento é bem menor, apresentando índices maiores nas repostas *em parte* e *sim*. Como aspectos mais bem avaliados foram apontados: a adequação das propostas curriculares com objetivos do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Instituição, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as inovações da área, os currículos são acompanhados adequadamente, atualizados por critérios bem definidos e debatidos em fóruns próprios e respondem ao perfil do egresso, as práticas pedagógicas e institucionais usam processo participativo na sua construção e estimulam a melhoria do ensino. Como avaliação negativa entre os docentes é apresentada que as práticas institucionais, curriculares e pedagógicas não estimulam a formação docente, o apoio aos estudantes, a interdisciplinaridade, inovações didático-pedagógica e o uso de novas tecnologias. Uma avaliação mais detalhada por item e por categoria pode ser feita consultando a sumarização gráfica dos dados.

5.3.2. Pesquisa

No que diz respeito à pesquisa e pós-graduação o projeto de avaliação estabeleceu como objetivos e metas: sistematizar informações sobre a pesquisa na instituição, objetivando a definição de uma política de fortalecimento e incentivo à produção acadêmica, científica e cultural, realizar diagnóstico da política de pós-graduação que identifique tanto a capacidade instalada quanto as condições necessárias à sua consolidação e ampliação; e a catalogação da produção acadêmico-científica da instituição.

Buscando sistematizar informações sobre as atividades de pesquisa na instituição foram feitas as seguintes questões sobre a relação entre a relevância social das pesquisas desenvolvidas e os fins e os objetivos da Instituição; se para programas e projetos de pesquisa, existem publicações científicas, artística, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, intercâmbio e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, políticas de investigação e difusão das produções. Foi verificado ainda, quanto à pesquisa se está é coerente com a missão da Instituição e os investimentos, veículo de divulgação em eventos nacionais e internacionais, se ha política de formação de pesquisadores, apoio financeiro a grupos de pesquisa através das agências de fomento, qual a inter-relação entre pesquisa, ensino e

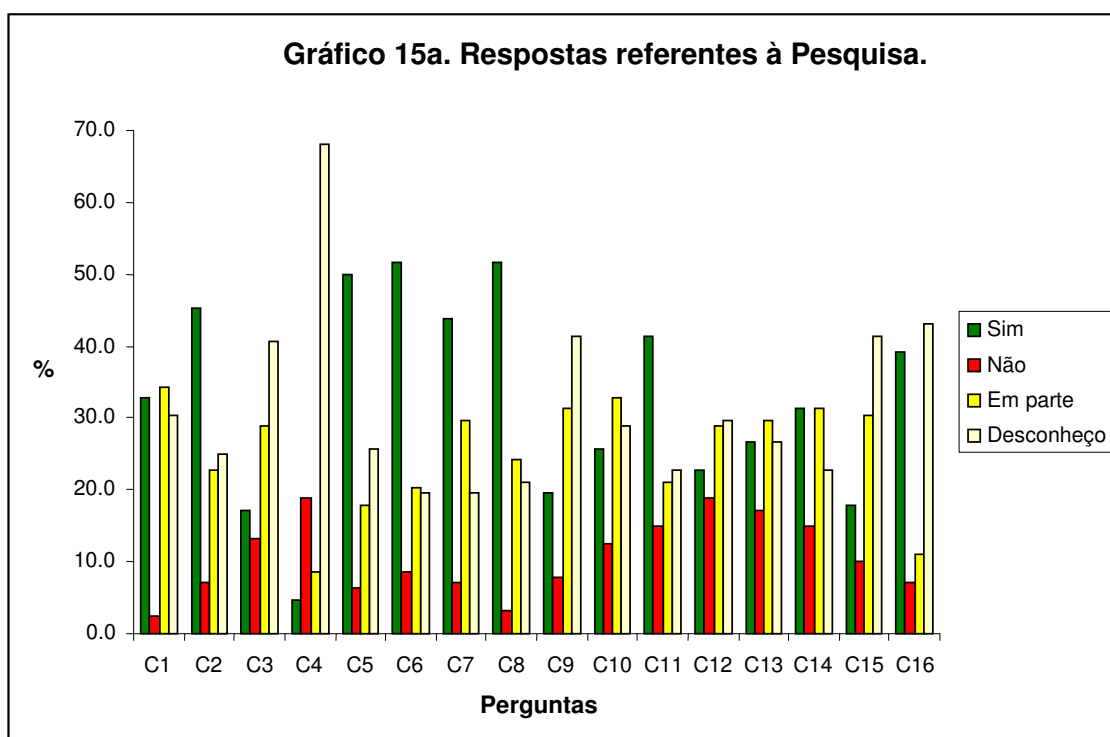
extensão e, finalmente, sobre a existência de órgãos responsáveis pela relação interinstitucional e internacional da Instituição. As questões estão identificadas na sumarização gráfica dos dados de C1 a C16.

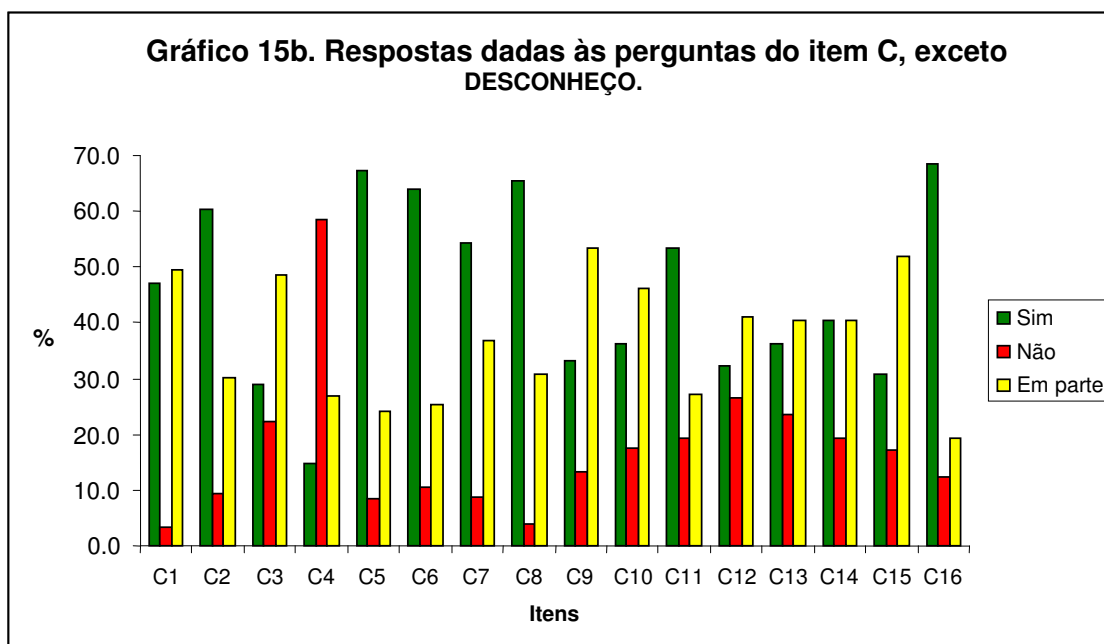
O desempenho alcançado em cada uma das questões pesquisadas pode ser visualizado, de uma forma geral, na tabela e gráficos abaixo e, de forma mais particularizada, na sumarização gráfica dos dados em anexo.

Tabela 15. Avaliação da Pesquisa – Relatório 3.

	Respostas	Sim	Não	Em parte	Total Válido	Desconheço	Total
C1	Freqüência	42	3	44	89	39	128
	%	32.8	2.3	34.4	69.5	30.5	100.0
	% Válido	47.2	3.4	49.4	100.0		
C2	Freqüência	58	9	29	96	32	128
	%	45.3	7.0	22.7	75.0	25.0	100.0
	% Válido	60.4	9.4	30.2	100.0		
C3	Freqüência	22	17	37	76	52	128
	%	17.2	13.3	28.9	59.4	40.6	100.0
	% Válido	28.9	22.4	48.7	100.0		
C4	Freqüência	6	24	11	41	87	128
	%	4.7	18.8	8.6	32.0	68.0	100.0
	% Válido	14.6	58.5	26.8	100.0		
C5	Freqüência	64	8	23	95	33	128
	%	50.0	6.3	18.0	74.2	25.8	100.0
	% Válido	67.4	8.4	24.2	100.0		
C6	Freqüência	66	11	26	103	25	128
	%	51.6	8.6	20.3	80.5	19.5	100.0
	% Válido	64.1	10.7	25.2	100.0		
C7	Freqüência	56	9	38	103	25	128
	%	43.8	7.0	29.7	80.5	19.5	100.0
	% Válido	54.4	8.7	36.9	100.0		
C8	Freqüência	66	4	31	101	27	128
	%	51.6	3.1	24.2	78.9	21.1	100.0
	% Válido	65.3	4.0	30.7	100.0		
C9	Freqüência	25	10	40	75	53	128
	%	19.5	7.8	31.3	58.6	41.4	100.0
	% Válido	33.3	13.3	53.3	100.0		
C10	Freqüência	33	16	42	91	37	128
	%	25.8	12.5	32.8	71.1	28.9	100.0
	% Válido	36.3	17.6	46.2	100.0		
C11	Freqüência	53	19	27	99	29	128
	%	41.4	14.8	21.1	77.3	22.7	100.0
	% Válido	53.5	19.2	27.3	100.0		
C12	Freqüência	29	24	37	90	38	128
	%	22.7	18.8	28.9	70.3	29.7	100.0
	% Válido	32.2	26.7	41.1	100.0		
C13	Freqüência	34	22	38	94	34	128

	%	26.6	17.2	29.7	73.4	26.6	100.0
	% Válido	36.2	23.4	40.4	100.0		
C14	Frequência	40	19	40	99	29	128
	%	31.3	14.8	31.3	77.3	22.7	100.0
	% Válido	40.4	19.2	40.4	100.0		
C15	Frequência	23	13	39	75	53	128
	%	18.0	10.2	30.5	58.6	41.4	100.0
	% Válido	30.7	17.3	52.0	100.0		
C16	Frequência	50	9	14	73	55	128
	%	39.1	7.0	10.9	57.0	43.0	100.0
	% Válido	68.5	12.3	19.2	100.0		





Na pesquisa, os melhores desempenhos apontam que há, na instituição, grupos formados e consolidados realizando pesquisas que geram produções e publicações científicas, de teses e dissertações; que acontecem eventos científicos que buscam articular os programas e projetos de pesquisas, sendo citados o PIBIQ e as *Semanas e Encontros Temáticos* por áreas de conhecimento; que os projetos de pesquisas mantêm intercâmbio e cooperação nacionais e internacionais. Também é avaliada como aspecto positivo a existência de veículo de divulgação das pesquisas, o que precisa ser melhorado e que estes veículos possam estabelecer sistemática de divulgação. Não basta sua existência, é necessário potencializar sua funcionalidade. Dentre os itens mais bem avaliados destaca-se a produção de teses e dissertações com índice de aprovação de 67%.

As pesquisas realizadas o âmbito da instituição indicam, de forma bastante satisfatória, que há relação entre a relevância social destas, os fins e objetivos da instituição.

A avaliação negativa, com altos índices de não e desconhecimento, incidiu sobre a produção artística e de patentes e, principalmente, sobre a política e auxílio aos docentes na produção e na divulgação dos resultados de suas pesquisas. Em todas as questões que

não fazem referência à divulgação é percebido uma grande insatisfação. É bastante destacado que não existe uma política consistente de formação de pesquisadores, sendo dada prioridade às atividades de ensino. Além de não ser apontada como prioridade, a pesquisa não se desenvolve de forma articulada com o ensino e a extensão.

Foi registrado um alto índice de desconhecimento sobre os itens referentes à produção artística e de patentes, a existência de uma política de investigação e a difusão das produções, e os órgãos responsáveis sobre as relações interinstitucional e internacional da instituição com índices que vão de 40% a 68% revelando não haver ações voltadas para estas áreas, ou se há não apresentando um resultado satisfatório.

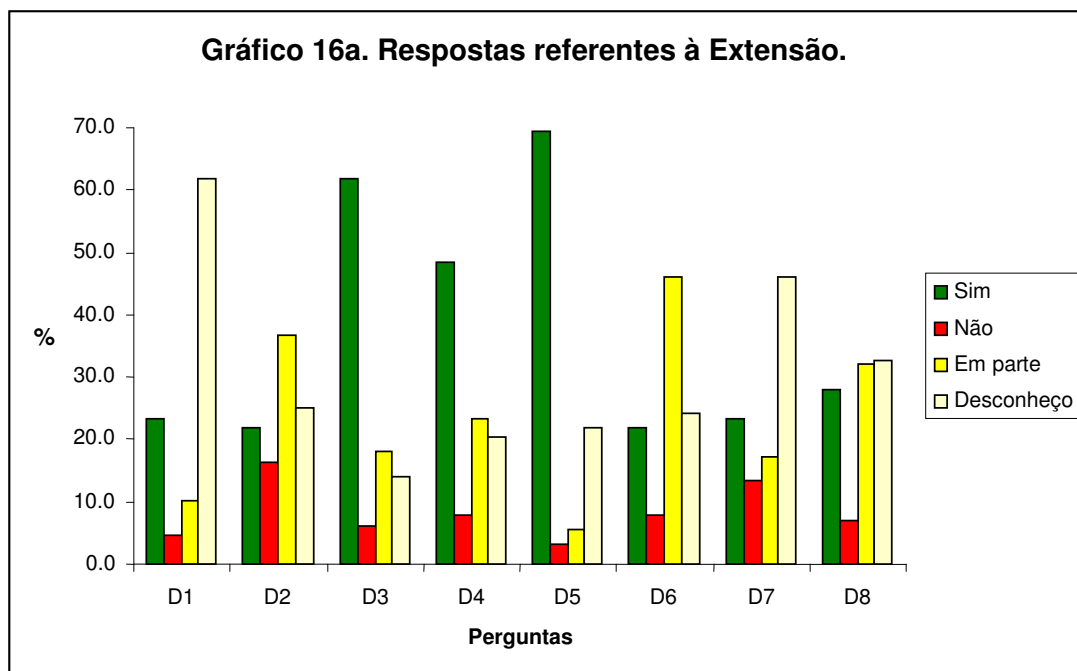
Olhando a avaliação feita por categorias, observa-se um melhor desempenho na categoria administrativa na maioria dos itens pesquisados. Entre os da categoria acadêmica, a apontam como bem avaliados, em relação à administrativa, em dois aspectos: a existência de grupos de pesquisa no interior dos projetos e a coerência entre a produção científica e a missão da instituição.

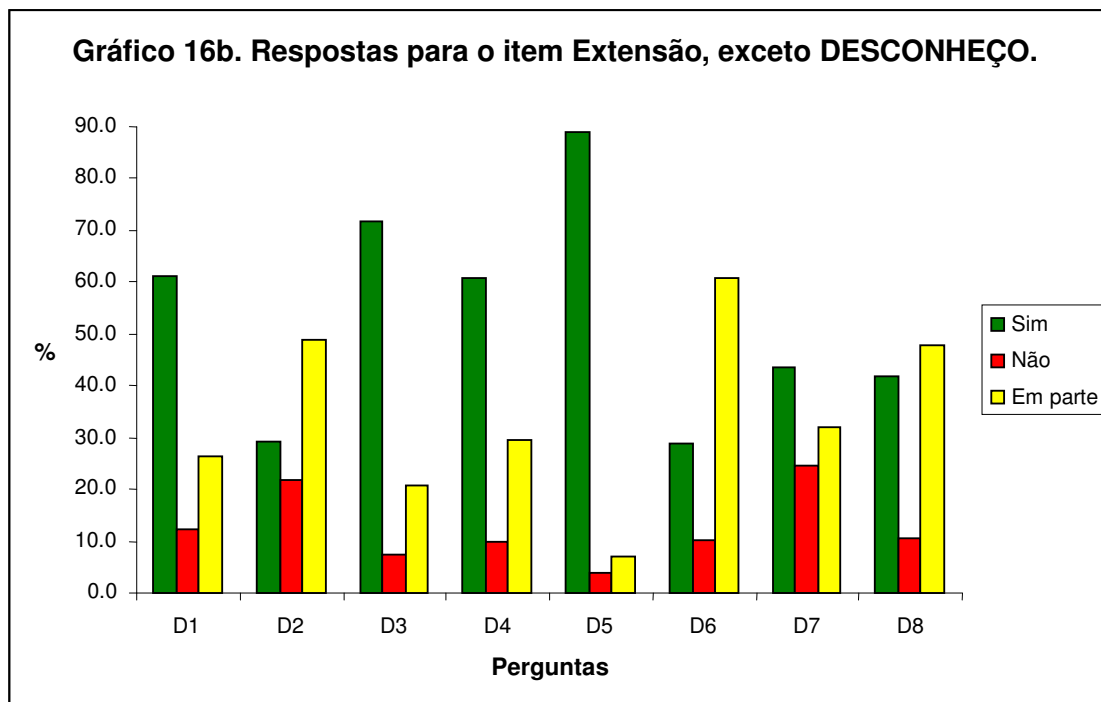
5.3.3. Extensão

Na extensão, a avaliação buscou sistematizar informações sobre os programas de extensão verificando sua articulação com o ensino e a pesquisa, assim como com as necessidades e demandas do entorno social. Com vista ao objetivo estabelecido foi questionado sobre: a concepção de extensão e intervenção social definida no PDI; articulação entre as atividades de extensão, o ensino, a pesquisa e as necessidades e demandas da comunidade; a participação de estudantes nas atividades de extensão e o impacto desta na sua formação profissional; o órgão institucional responsável pela política e atividades de extensão; se atividades de extensão atendem à comunidade em termos sociais, culturais e de saúde; a sistemática de avaliação das atividades de extensão e se as atividades têm impacto na sociedade. As questões estão representadas na sumarização gráfica dos dados de D1 a D8. A tabela e os gráficos abaixo permitem uma visão geral dos aspectos pesquisados sobre a extensão.

Tabela 16. Avaliação da Extensão – Questionário 3.

	Respostas	Sim	Não	Em parte	Total Válido	Desconheço	Total
D1	Frequência	30	6	13	49	79	128
	%	23.4	4.7	10.2	38.3	61.7	100.0
	% Válido	61.2	12.2	26.5	100.0		
D2	Frequência	28	21	47	96	32	128
	%	21.9	16.4	36.7	75.0	25.0	100.0
	% Válido	29.2	21.9	49.0	100.0		
D3	Frequência	79	8	23	110	18	128
	%	61.7	6.3	18.0	85.9	14.1	100.0
	% Válido	71.8	7.3	20.9	100.0		
D4	Frequência	62	10	30	102	26	128
	%	48.4	7.8	23.4	79.7	20.3	100.0
	% Válido	60.8	9.8	29.4	100.0		
D5	Frequência	89	4	7	100	28	128
	%	69.5	3.1	5.5	78.1	21.9	100.0
	% Válido	89.0	4.0	7.0	100.0		
D6	Frequência	28	10	59	97	31	128
	%	21.9	7.8	46.1	75.8	24.2	100.0
	% Válido	28.9	10.3	60.8	100.0		
D7	Frequência	30	17	22	69	59	128
	%	23.4	13.3	17.2	53.9	46.1	100.0
	% Válido	43.5	24.6	31.9	100.0		
D8	Frequência	36	9	41	86	42	128
	%	28.1	7.0	32.0	67.2	32.8	100.0
	% Válido	41.9	10.5	47.7	100.0		





De uma forma geral, as atividades de extensão são muito bem avaliadas. A existência de um órgão institucional responsável pela política e atividades de extensão aparece como o item muito bem mais avaliado no geral, com percentual de 89% das respostas afirmativas. É também o item mais bem avaliado de uma forma uniforme entre todas as categorias pesquisadas. Quanto à participação dos estudantes nas atividades de extensão e a relação e o impactos destas em sua formação profissional são itens com desempenhos extremamente satisfatórios, com percentuais que vão de 60% a 71%, demonstrando que os alunos não só participam como agregam elementos a sua formação.

Se as atividades de extensão atendem à comunidade em termos sociais, culturais e de saúde, de forma a causar impactos e inserção positiva os resultados apresentados nas respostas são medianos, variando entre as respostas positivas e, em parte, indicando não haver dados consistentes que permitam uma análise mais criteriosa por parte da comunidade acadêmica quanto a estas questões.

Na extensão, aparecem como avaliação negativa em dois aspectos. De uma forma geral revelam desconhecer como a política de extensão está posta no PDI na sua concepção e formas de intervenção, de igual forma dizem desconhecer se ha uma sistemática de avaliação para as atividades de extensão. As respostas permitem uma

leitura que indicam que as atividades de extensão existem, funcionam e atendem, principalmente, aos discentes faltando apenas uma organicidade na sistemática de seu funcionamento, tanto nos documentos oficiais da instituição quanto na divulgação deste na academia.

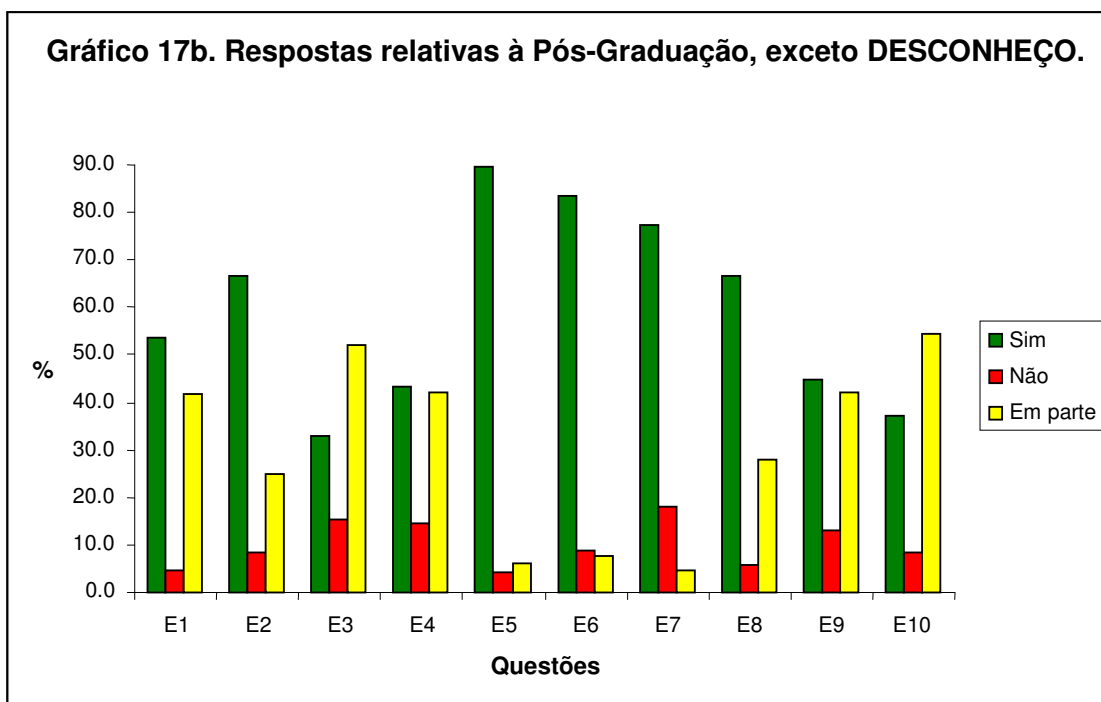
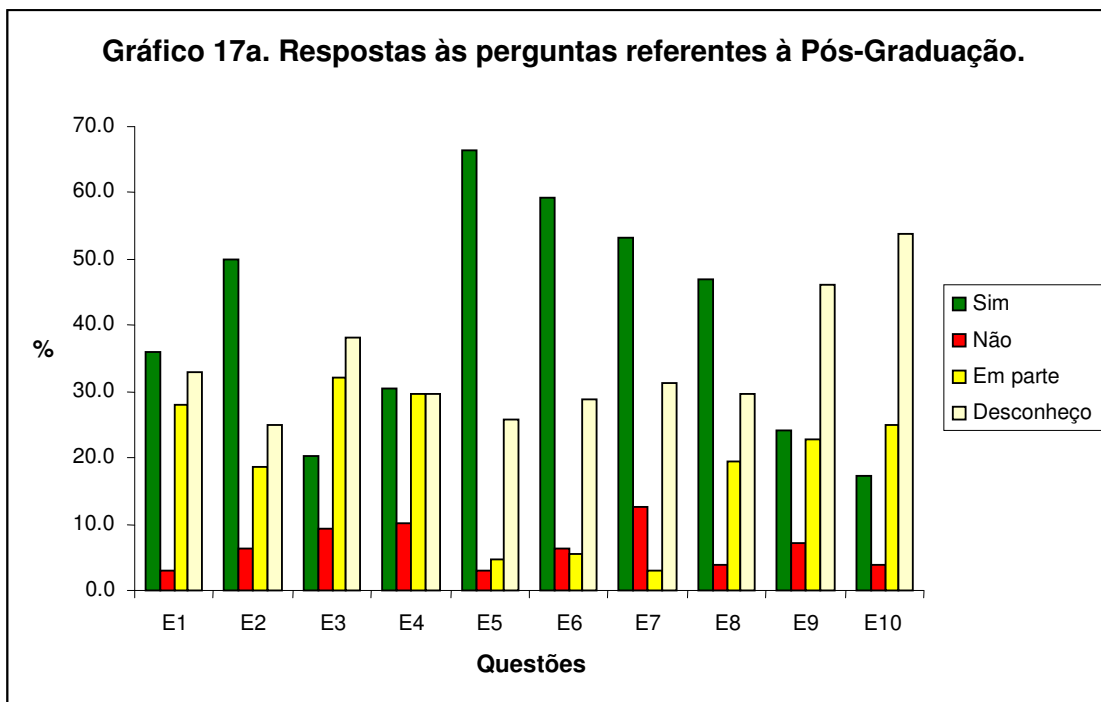
A categoria acadêmica faz uma avaliação mais positiva em todos os itens pesquisados com destaque para: a existência de órgão articulador das atividades de extensão, a participação dos discentes e impactos na sua formação, demonstram conhecer um pouco mais a definição da política de extensão no PDI, os processos que avaliam tais atividades e indica também certa articulação entre a extensão, pesquisa e ensino. Entre os da categoria administrativa há uma avaliação igualmente positiva na participação dos discentes e os impactos na formação profissional deste.

5.3.4. Pós-Graduação

Com vista a estabelecer um diagnóstico da política de pós-graduação que identifique tanto a capacidade instalada quanto as condições necessárias à sua consolidação e ampliação foi aplicado, também no questionário três, às categorias acadêmica, administrativas e outras questões que buscaram verificar: a existência de uma política institucional para criação, expansão e manutenção da pós-graduação “lato” e “stricto-sensu”; se a instituição busca melhorar a pós-graduação, a interface entre a graduação e a pós-graduação; a política de formação de pesquisadores e profissionais para o magistério superior; o órgão responsável pela política e programas de pós-graduação; cursos de pós-graduação “lato-sensu” e “stricto-sensu” em andamento; se os cursos oferecidos têm relação com as demais atividades acadêmicas; o auxílio de verbas, interno e externo, aos cursos e programas oferecidos e se conceitos da CAPES estão demonstrando a realidade dos cursos. Itens identificados na sumarização gráfica dos dados de E1 a E10 e visualizados as repostas nas tabelas e gráficos abaixo, b em perspectiva geral.

Tabela 17. Política de PÓS-GRADUAÇÃO – Questionário 3.

	Respostas	Sim	Não	Em parte	Total Válido	Desconheço	Total
E1	Frequência	46	4	36	86	42	128
	%	35.9	3.1	28.1	67.2	32.8	100.0
	% Válido	53.5	4.7	41.9	100.0		
E2	Frequência	64	8	24	96	32	128
	%	50.0	6.3	18.8	75.0	25.0	100.0
	% Válido	66.7	8.3	25.0	100.0		
E3	Frequência	26	12	41	79	49	128
	%	20.3	9.4	32.0	61.7	38.3	100.0
	% Válido	32.9	15.2	51.9	100.0		
E4	Frequência	39	13	38	90	38	128
	%	30.5	10.2	29.7	70.3	29.7	100.0
	% Válido	43.3	14.4	42.2	100.0		
E5	Frequência	85	4	6	95	33	128
	%	66.4	3.1	4.7	74.2	25.8	100.0
	% Válido	89.5	4.2	6.3	100.0		
E6	Frequência	76	8	7	91	37	128
	%	59.4	6.3	5.5	71.1	28.9	100.0
	% Válido	83.5	8.8	7.7	100.0		
E7	Frequência	68	16	4	88	40	128
	%	53.1	12.5	3.1	68.8	31.3	100.0
	% Válido	77.3	18.2	4.5	100.0		
E8	Frequência	60	5	25	90	38	128
	%	46.9	3.9	19.5	70.3	29.7	100.0
	% Válido	66.7	5.6	27.8	100.0		
E9	Frequência	31	9	29	69	59	128
	%	24.2	7.0	22.7	53.9	46.1	100.0
	% Válido	44.9	13.0	42.0	100.0		
E10	Frequência	22	5	32	59	69	128
	%	17.2	3.9	25.0	46.1	53.9	100.0
	% Válido	37.3	8.5	54.2	100.0		



A pós-graduação obteve uma avaliação bastante significativa em quase todos os itens pesquisados, sendo considerado como elemento mais positivo a existência de um órgão responsável pela política e programas de pós-graduação com 89,5% de respostas

Sim. Ha vários cursos de pós-graduação em andamento, tanto de *lato* quanto de *Stricto Sensu*, como se pode verificar no perfil atual da instituição relatado na parte inicial deste relatório. A pós-graduação tem crescido significativamente, tanto nos cursos de Mestrados e Doutorado Interinstitucionais, que têm se constituídos como programas bem sucedidos para qualificação dos professores, quanto com os mestrados da própria instituição implantados recentemente.

Os cursos de pós-graduação oferecidos mantêm, na avaliação dos entrevistados, uma relação direta com as demais atividades acadêmicas, como elemento articulador e fomentador das pesquisas, no entanto, não é clara sua interface com a graduação, precisando ser buscado formas de fortalecimento dos cursos de graduação com os programas de pós-graduação.

A instituição tem buscado ampliar a pós-graduação de forma tímida e, mesmo existindo uma política definida, ainda precisa ser bastante melhorada, principalmente no aporte de verbas e alocação de recursos humanos. Quanto as avaliações feitas pela CAPES, embora o único curso avaliado seja o de Mestrado em Ecologia, pois os demais ainda estão em implantação.

Há, como nos itens anteriores, um percentual de respostas dizendo que desconhecem, e na pós-graduação, mais, acentuadamente, entre os técnicos administrativos. Porém, tirando os que desconhecem e, considerando as respostas válidas, a pós-graduação aparece como bem avaliada.

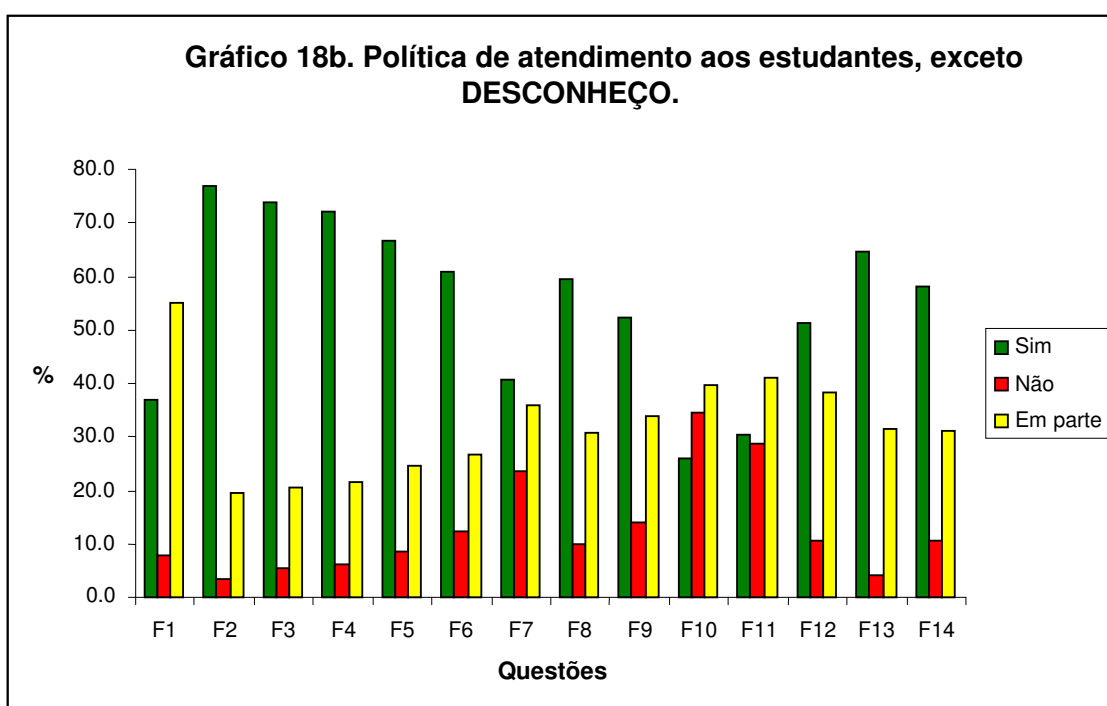
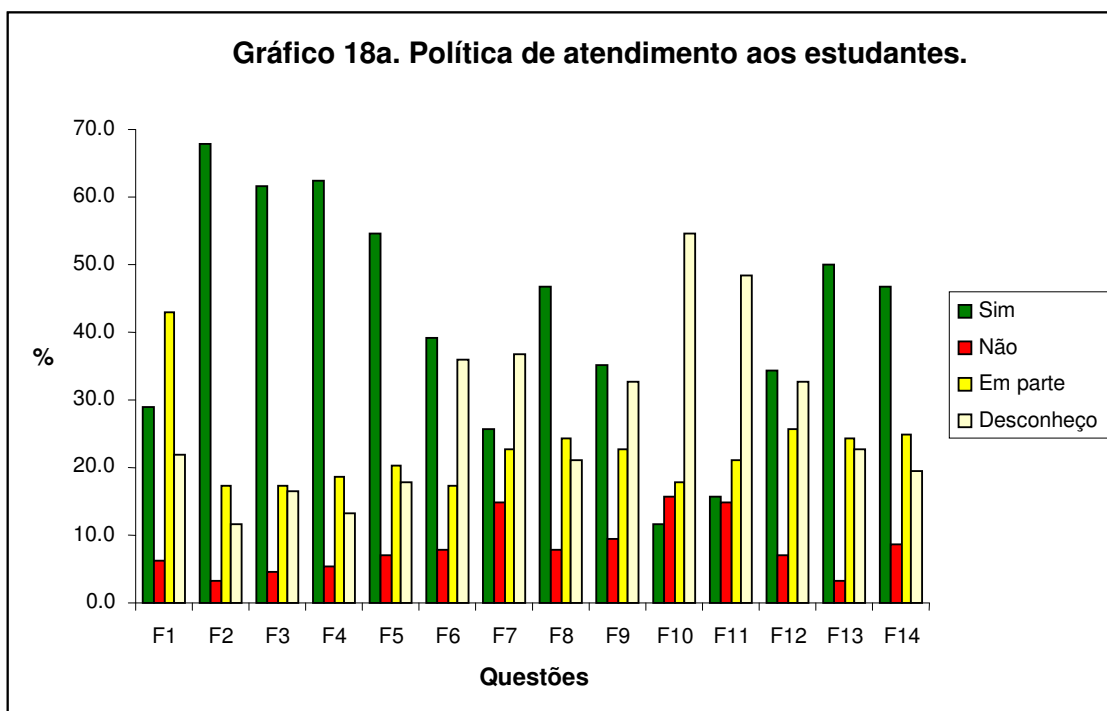
5.3.5. Política de Atendimento aos Estudantes

A definição do perfil sócio-econômico e cultural dos discentes da instituição, de modo a subsidiar a definição de uma política de atendimento estudantil está posta como uma das metas no projeto de avaliação. Embora as questões não dêem conta do que se propõem na meta, estas fornecem bastantes elementos para se conhecer o estudante da instituição e como se dá a evolução de sua vida acadêmica. Quanto à política de atendimento aos estudantes foi pesquisado sobre: se estes participam de programas de estágios, monitorias, iniciação científica, atividades de extensão, intercâmbio estudantil, atividades culturais; se são atendidos com programas de assistência à saúde e bolsas de incentivo ao ensino, pesquisa e extensão; se as políticas de acesso, seleção e

permanência dos estudantes estão de acordo com as políticas públicas, com contexto social e os fins da Instituição; se ha mecanismos sistemáticos que identifiquem e analisem o perfil dos estudantes; se tais mecanismos são discutidos e divulgados e se os direitos e deveres dos estudantes estão regulamentados e são respeitados. Tais elementos estão identificados na sumarização gráfica dos dados de F1 a F14.

Tabela 18. Política de Atendimento aos Estudantes – Questionário 3.

	Respostas				Total	Desconheço	Total
		Sim	Não	Em parte	Válido		
F1	Frequência	37	8	55	100	28	128
	%	28.9	6.3	43.0	78.1	21.9	100.0
	% Válido	37.0	8.0	55.0	100.0		
F2	Frequência	87	4	22	113	15	128
	%	68.0	3.1	17.2	88.3	11.7	100.0
	% Válido	77.0	3.5	19.5	100.0		
F3	Frequência	79	6	22	107	21	128
	%	61.7	4.7	17.2	83.6	16.4	100.0
	% Válido	73.8	5.6	20.6	100.0		
F4	Frequência	80	7	24	111	17	128
	%	62.5	5.5	18.8	86.7	13.3	100.0
	% Válido	72.1	6.3	21.6	100.0		
F5	Frequência	70	9	26	105	23	128
	%	54.7	7.0	20.3	82.0	18.0	100.0
	% Válido	66.7	8.6	24.8	100.0		
F6	Frequência	50	10	22	82	46	128
	%	39.1	7.8	17.2	64.1	35.9	100.0
	% Válido	61.0	12.2	26.8	100.0		
F7	Frequência	33	19	29	81	47	128
	%	25.8	14.8	22.7	63.3	36.7	100.0
	% Válido	40.7	23.5	35.8	100.0		
F8	Frequência	60	10	31	101	27	128
	%	46.9	7.8	24.2	78.9	21.1	100.0
	% Válido	59.4	9.9	30.7	100.0		
F9	Frequência	45	12	29	86	42	128
	%	35.2	9.4	22.7	67.2	32.8	100.0
	% Válido	52.3	14.0	33.7	100.0		
F10	Frequência	15	20	23	58	70	128
	%	11.7	15.6	18.0	45.3	54.7	100.0
	% Válido	25.9	34.5	39.7	100.0		
F11	Frequência	20	19	27	66	62	128
	%	15.6	14.8	21.1	51.6	48.4	100.0
	% Válido	30.3	28.8	40.9	100.0		
F12	Frequência	44	9	33	86	42	128
	%	34.4	7.0	25.8	67.2	32.8	100.0
	% Válido	51.2	10.5	38.4	100.0		
F13	Frequência	64	4	31	99	29	128
	%	50.0	3.1	24.2	77.3	22.7	100.0
	% Válido	64.6	4.0	31.3	100.0		
F14	Frequência	60	11	32	103	25	128
	%	46.9	8.6	25.0	80.5	19.5	100.0
	% Válido	58.3	10.7	31.1	100.0		



Os gráficos acima mostram que há um maior percentual de respostas positivas do que de respostas negativas quando se trata de atendimento aos estudantes, em quase todas as questões levantadas. Sendo bastante satisfatória a participação dos estudantes

nos programas de estágios, monitorias, iniciação científica, atividades de extensão, intercâmbio estudantil, atividades culturais; de assistência à saúde e no atendimento de bolsas de incentivo ao ensino, a pesquisa e a extensão com grande percentual de respostas positivas. Tais respostas podem ser devido ao fato do PIBIC/PIVIC e do PIBEX terem bastante visibilidade. Talvez fosse interessante verificar o conhecimento de cada um dos tipos de bolsa separadamente. Igualmente bem avaliados e a definição e dos direitos e deveres dos alunos nos documentos oficiais bem como são respeitados no cotidiano.

Dentre os elementos que receberam avaliação negativa no perfil dos estudantes estão, principalmente, a inexistência ou o desconhecimento de mecanismos sistemáticos que identifiquem e analisem o perfil dos estudantes, a pouca participação destes nas atividades de avaliação da vida acadêmica seja ela pedagógica ou institucional.

A instituição pode melhorar, dentre outros itens, a política de acesso, seleção e permanência dos estudantes. É bem verdade que o processo seletivo, na UFAC, ainda se constitui única e exclusivamente no vestibular unificado, não há nenhuma discussão ou iniciativa de outras formas de acesso, de política de cotas para as minorias ou reservas para alunos advindos de escolas públicas, o que já é uma realidade em outras instituições públicas federais.

Verificar-se-á se tais respostas têm o mesmo padrão quando trabalha-se com categorias diferentes.

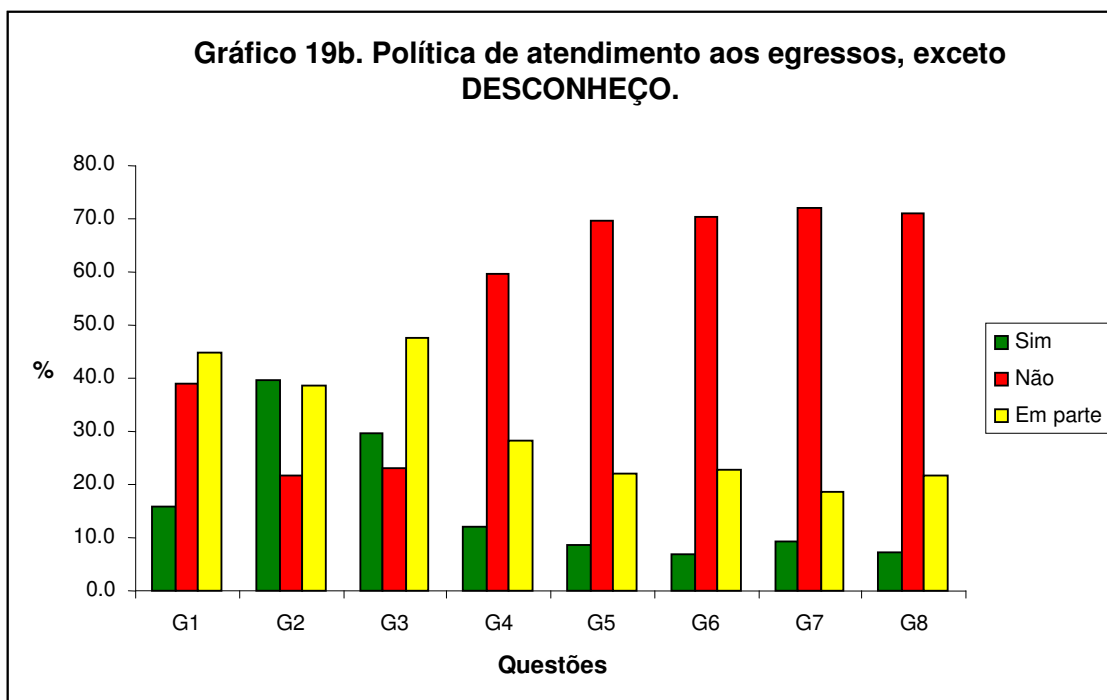
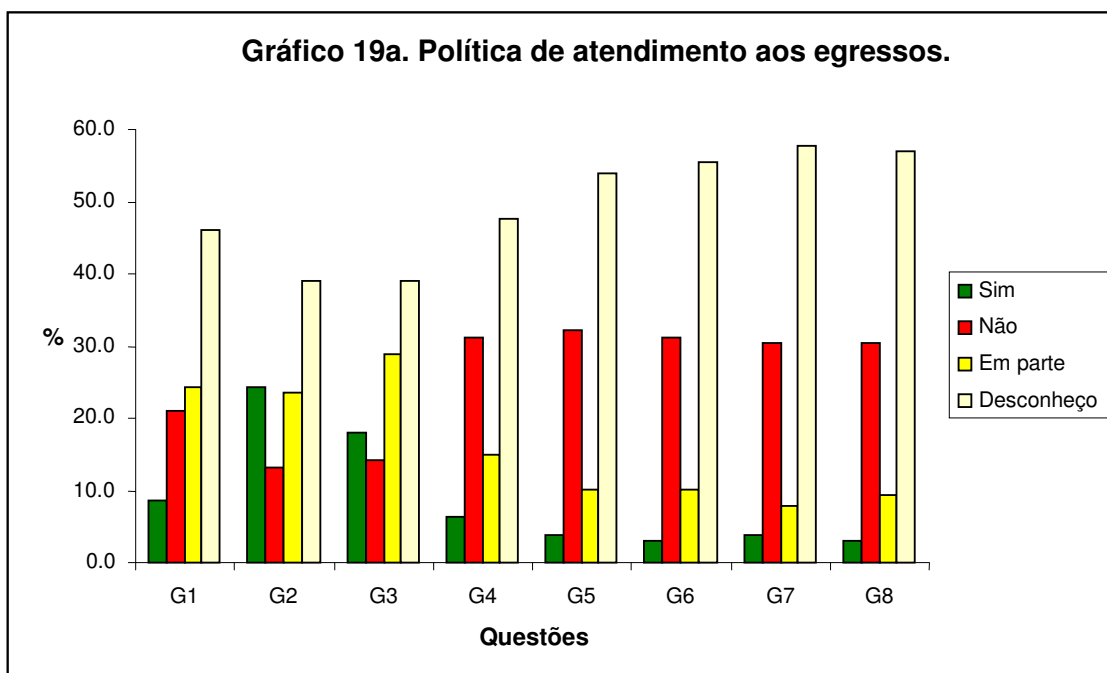
Como no caso anterior, a categoria outra respondeu de forma diferente em relação às outras categorias, com alto percentual de respostas desconheço e de respostas negativas. Este deve ser o comportamento geral neste item, tendo em vista que monitorias, estágios, iniciação científica, etc. não são realizados no Colégio de Aplicação.

5.3.6. Política de Atendimento aos Egressos

Com o objetivo de verificar se ha e como se dá o acompanhamento ao egresso da instituição foi questionado sobre: política de atendimento aos egressos; programas de formação continuada aos egressos; inserção dos egressos na vida profissional; a participação dos egressos na Instituição; mecanismos para conhecer a opinião dos egressos, a situação profissional dos egressos, índices de ocupação dos egressos, a relação entre a ocupação e a formação profissional recebida pelo egresso e para conhecer a opinião dos empregadores dos egressos. Os elementos estão identificados na sumarização gráfica dos dados de G1 a G8.

Tabela 19. Política de Atendimento aos Egressos. – Questionário 3.

	Respostas	Sim	Não	Em parte	Total		Total
					Válido	Desconheço	
G1	Frequência	11	27	31	69	59	128
	%	8.6	21.1	24.2	53.9	46.1	100.0
	% Válido	15.9	39.1	44.9	100.0		
G2	Frequência	31	17	30	78	50	128
	%	24.2	13.3	23.4	60.9	39.1	100.0
	% Válido	39.7	21.8	38.5	100.0		
G3	Frequência	23	18	37	78	50	128
	%	18.0	14.1	28.9	60.9	39.1	100.0
	% Válido	29.5	23.1	47.4	100.0		
G4	Frequência	8	40	19	67	61	128
	%	6.3	31.3	14.8	52.3	47.7	100.0
	% Válido	11.9	59.7	28.4	100.0		
G5	Frequência	5	41	13	59	69	128
	%	3.9	32.0	10.2	46.1	53.9	100.0
	% Válido	8.5	69.5	22.0	100.0		
G6	Frequência	4	40	13	57	71	128
	%	3.1	31.3	10.2	44.5	55.5	100.0
	% Válido	7.0	70.2	22.8	100.0		
G7	Frequência	5	39	10	54	74	128
	%	3.9	30.5	7.8	42.2	57.8	100.0
	% Válido	9.3	72.2	18.5	100.0		
G8	Frequência	4	39	12	55	73	128
	%	3.1	30.5	9.4	43.0	57.0	100.0
	% Válido	7.3	70.9	21.8	100.0		



Como pode ser percebido pelos dados e pelos Gráficos acima, a política de atendimento aos egressos é considerada ruim pelos respondentes, exceto no que diz respeito à inserção destes no mercado de trabalho. Pelas respostas dadas, no geral a

UFAC não tem nenhum mecanismo de acompanhamento dos egressos perdendo o contato com estes assim que se formam. A avaliação negativa dada, quase que unânime, neste item é percebida pelos altos percentuais de desconhecimento e não como já demonstrado nos gráficos.

A avaliação externa, realizada neste projeto pode se constituir na primeira iniciativa de se conhecer alguns elementos sobre a atuação e desempenho dos egressos da instituição, devendo ser potencializada e feita de forma sistemática e regular, uma vez que sabendo sobre o desempenho destes têm-se elementos para redimensionar as ações internas em todas as atividades acadêmicas.

No geral, as respostas dadas às perguntas desse eixo (atendimento aos egressos) são semelhantes entre as categorias. Destacam-se aqui os aspectos negativos e também o alto percentual de desconhecimento em todas as categorias, em geral superando o percentual de qualquer uma das outras respostas. Isso mostra que, se ações vêm sendo desenvolvidas neste sentido, não estão devidamente divulgadas. Mostra ainda que, a UFAC cumpre seu papel como formadora de profissionais qualificados, mas não faz um acompanhamento sistemático de seus egressos.

Na *Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação e a Extensão* pode-se concluir que, no geral, a UFAC desempenha satisfatoriamente, sua finalidade enquanto instituição pública de ensino na medida em que: oferece um considerável conjunto de cursos de graduação formando neste profissional bem qualificado que corresponde às demandas profissionais; tem uma produção científica através de grupos de pesquisas; mantém atividades de extensão que tanto envolvem os acadêmicos, potencializando sua formação quanto atende à comunidade através de projetos diversos; possui uma política de pós-graduação, tanto para qualificação de seus profissionais quanto para a comunidade em geral. Em todas estas atividades foram apontadas pontos positivos e também negativos que devem ser balizadores para melhorar as políticas institucionais, cumprindo assim, a própria natureza do processo de avaliação.

Porém, como bastante preocupante e que merece uma atenção imediata da instituição destacam-se as políticas de acesso, seleção e permanência aos estudantes, e o acompanhamento dos egressos, tanto no desempenho de seus profissionais quanto na oferta de educação continuada.

Considerando as questões abertas e os pontos mais positivos e negativos na política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão temos para o ensino: currículos adequados à realidade da região e às atividades profissionais dos egressos, a qualificação do corpo docente, as condições adequadas para a prática do ensino com um bom espaço físico e a ampliação de cursos e de vagas como os aspectos mais positivos. E falta de equipamentos para apoio ao ensino, dificuldades em ministrar aulas práticas e a não participação de alunos neste processo de discussão e reflexão sobre currículos e programas como aspectos mais negativos.

Para a pesquisa, temos a responsabilidade, estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e a formação de pesquisadores com apoio financeiro e foco na realidade regional, elevado número de projetos institucionais de pesquisa com a implantação de novos grupos de pesquisa e projetos de pesquisa na instituição como questões positivas e a falta de pessoal de apoio como aspectos mais negativos.

Na extensão foram apontados atuação da universidade em atividades de ensino e pesquisa fora da sede, formação profissional adequada para execução das atividades de extensão, apoio da extensão com envolvimento dos alunos bolsistas e a preocupação social, a interação com a sociedade por meio de programas governamentais e parceiros interinstitucionais como aspectos positivos. A GED como artifício para os docentes atingirem a pontuação, necessidade de articular os projetos, a produção de conhecimentos, poucas verbas para alguns projetos e burocracia e as políticas de grupos como limitadores na aprovação de projetos e a realização de ações como aspectos negativos.

A pós-graduação tem: no apoio da CAPES, na adequação dos cursos à realidade regional e na ampliação dos cursos nas modalidades de especialização, mestrado e doutorado por meio institucionais, os aspectos positivos. A carência no pessoal de apoio, não ter uma biblioteca minimamente equipada bem como as demais condições de infraestrutura para programas de pós-graduação e a desvinculação com a graduação, os aspectos negativos.

Como política de atendimento aos estudantes temos a definição de uma política que atende à comunidade acadêmica, maior número de atividades remuneradas para

auxiliar os estudantes, a participação em bolsas de extensão, monitoria, iniciação científica e estágio e o acesso ao R.U e ao atendimento médico como aspectos mais positivos. Não existência de espaços para estudo, lazer e acesso à informática, necessidade urgente de moradia estudantil para aqueles que residem longe e que não têm como custear estadia, as unidades acadêmicas devem verificar as dificuldades dos alunos de seus cursos, mas não incentivar o não comprometimento e a restrição às atividades inerentes aos estudantes na pesquisa de campo, extensão e ensino-aprendizagem, como aspectos negativos.

No atendimento aos egressos temos: a política de conhecimento das suas atividades profissionais, o estabelecimento de procedimentos de avaliação, e a criação de mecanismo que propicie a participação destes na instituição com possibilidade de retorno aos estudos e absorção no próprio quadro da instituição, como aspectos mais positivos. A falta de interação da instituição com as empresas, informações insuficientes sobre os egressos, bem como, a falta de política de acompanhamento para os ex-alunos, como os aspectos mais negativos.

Nas questões abertas foram apontadas como urgentes, a instituição estabelecer: mecanismos de acompanhamento dos egressos; formas de ingresso, para além do vestibular, devendo adotar as cotas sociais para alunos de escolas públicas e de baixa renda; e, acima de tudo, em estratégias que visem manter o aluno na universidade. Foi apontado como pontos frágeis a não existência de acompanhamento didático-pedagógico da ação dos professores na sala de aula. Deve-se acompanhar o trabalho dos docentes, com a participação da CADEN, Setor de Pessoal, DCE e Colegiados de Cursos com avaliações semestrais junto aos seus respectivos setores. Para avançar é necessário avaliar.

5.4. Avaliação da Comunidade Externa

Com o objetivo de Identificar a inserção e o grau de participação da UFAC no atendimento às demandas da sociedade, tanto no que se refere à produção científica quanto à formação de profissionais, foi aplicado junto à comunidade que potencialmente recebe os profissionais formados pela UFAC, o questionário de número quatro, assim constituído: identificação, absorção dos profissionais, aspectos da atuação dos profissionais, validade social e profissional dos cursos oferecidos na UFAC e

comunicação com a sociedade e outros aspectos. São considerados, neste questionário para efeito de análise, três aspectos centrais assim identificados: aspectos da atuação dos profissionais, validade social e profissional dos cursos oferecidos na UFAC e a comunicação com a sociedade.

Responderam ao questionário, vinte e seis pessoas, representando empresas que têm, em seus quadros, profissionais formados pela Universidade Federal do Acre, conforme demonstrado abaixo.

Quadro 15. Unidades participantes.

	Empresa	Quant.
1.	Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social - SMCAS	01
2.	Embrapa Acre – EMBRAPA	01
3.	Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas do Acre - SAMPEAC	01
4.	SEBRAE	01
5.	Escola de Ensino Fundamental Clarisse Fecury – EEFC	01
6.	Secretaria de Estado de Educação – SEE AC	01
7.	Serviço de Água e Esgoto de Rio Branco – SAERB	02
8.	Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agrícola do Acre - ACISA.	01
9.	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Acre - SNAR/AC	01
10.	Serviço Social da Indústria - SESI/AC	04
11.	Secretaria Municipal de Educação - SMERB-	01
12.	Federação das Indústrias do Estado do Acre – FIEAC	01
13.	Prefeitura Municipal de Mâncio Lima – AC – PMML	01
14.	Secretaria Municipal de Educação do Bujari – SMEBJ	01
15.	Prefeitura Municipal de Sena Madureira – PMSM	01
16.	Prefeitura Municipal de Epitaciolândia – PMEPT	01
17.	Prefeitura Municipal de Xapurí Secretaria Municipal de Educação - SMEXP	01
18.	Secretaria Municipal de Educação de Senador Guiomard - SMESG	01
19.	Prefeitura Municipal de Capixaba – PMCPX	01
20.	Prefeitura Municipal de Brasiléia - Secretaria Municipal de Educação e Desporto – PMBR	01
21.	Prefeitura Municipal de Acrelândia – PMACR	01
22.	Prefeitura Municipal de Plácido de Castro – PMPC	01
	Total	26

As vinte e seis empresas empregam profissionais de quase todas as áreas de formação da UFAC. Destacam-se profissionais formados em Pedagogia, presente em dezessete (65,4%) das vinte e seis empresas listadas. Naturalmente, isto está ligado ao fato de que dez das vinte e seis entrevistas foram feitas com pessoas ligadas à área de

Educação. Assim, outras licenciaturas aparecem com destaque. No setor de serviços, destaca-se a empregabilidade de egressos de Economia e Direito.

Verifica-se que a inserção das ações da UFAC, via formação de profissionais na comunidade, é de suma importância, uma vez que se estende para além da capital, Rio Branco, onde tem seus profissionais trabalhando nos mais diversos ramos de atividades, e atinge os demais municípios do Estado inserindo-se, principalmente, as áreas de educação e outras áreas de ações básicas. Desta forma, a UFAC está participando de uma forma macro nos rumos e construção do projeto de desenvolvimento do Estado do Acre.

Quadro 16. Áreas de atuação das Empresas.

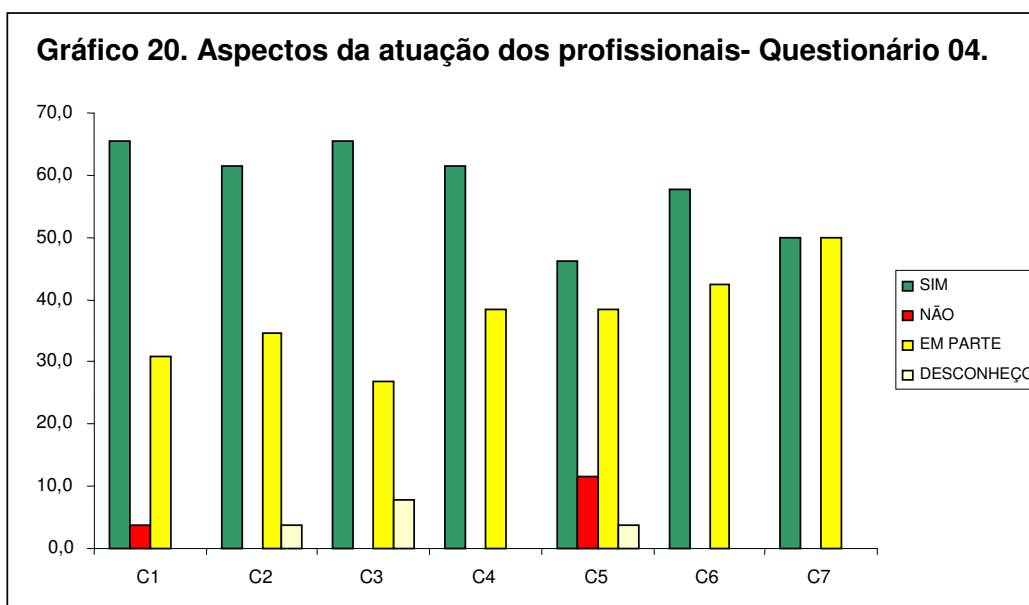
AREAS	Frequência	%
EDUCAÇÃO	10	38,5
EMBRAPA	1	3,8
SAERB	2	7,7
SERVIÇOS	9	34,6
PREFEITURAS	4	15,4
Total	26	100,0

Na avaliação geral da comunidade externa sobre a atuação dos profissionais, constata-se que a UFAC tem um ótimo desempenho na medida em que as respostas *sim* e *em parte* prevalecem sobre as demais com significativa margem de diferença em grande parte dos itens com percentuais que variam de 46,2% a 65,4% e 26,9% a 50%, respectivamente. As respostas *não* e *desconheço* aparecem em três itens consultados e com percentuais pequenos de até, no máximo, de 11,5 %.

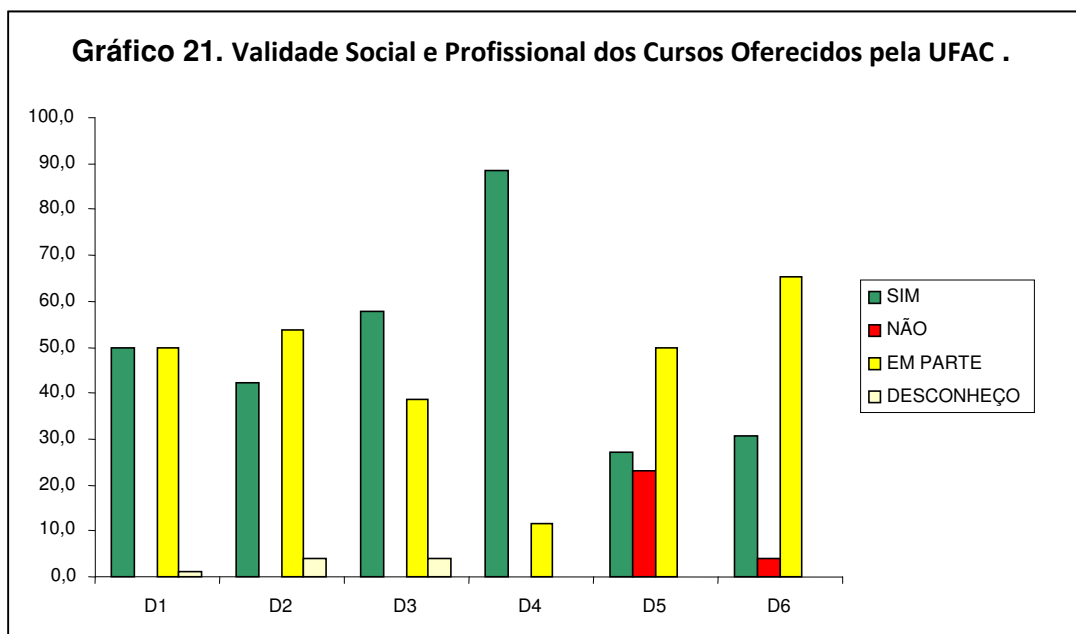
A temática *Aspectos da Atuação dos Profissionais* subdividida em: conhecimento técnico da área em que se graduou e atua, competência política no desenvolvimento da profissão, aspectos éticos da vida profissional, interação com as demais unidades da empresa, conhecimento e participação na gestão das atividades e inovação, capacitação continuada, busca de crescimento, capacidade de iniciativa, liderança e qualidades para trabalhar em equipe. Tais itens estão identificados no relatório de sumarização gráfica como C1, C2, C3, C4, C5, C6 e C7.

Tabela 20. Respostas aos itens referentes aos Aspectos da atuação dos profissionais.

RESPOSTAS	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7
SIM	65,4	61,5	65,4	61,5	46,2	57,7	50,0
NÃO	3,8	0,0	0,0	0,0	11,5	0,0	0,0
EM PARTE	30,8	34,6	26,9	38,5	38,5	42,3	50,0
DESCONHEÇO	0,0	3,8	7,7	0,0	3,8	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0



Com um olhar mais focado em cada um dos itens da temática temos que *na relação de conhecimento técnico da área em que se graduou e atua*, ha um alto índice de satisfação das empresas onde estes profissionais atuam, com respostas positivas que giram em torno de 60 a 65% de *sim* e apenas 3,8% de respostas *não*. *Quanto à competência política no desenvolvimento da profissão*, apresenta-se como positiva para 61,5% das empresas com respostas *sim*, 34,6% *em parte*, não ha registro de insatisfação destas e apenas 3,8% desconhecem. Nos *aspectos éticos da vida profissional*, o desempenho é igualmente bom, com 65,4% *sim*, 26,9% *não* e 7,7% de desconheço. Se possuem *conhecimento e participam na gestão das atividades das empresas*, o desempenho dos profissionais continua satisfatório com 61,5% *sim* e 38,5% *em parte*.



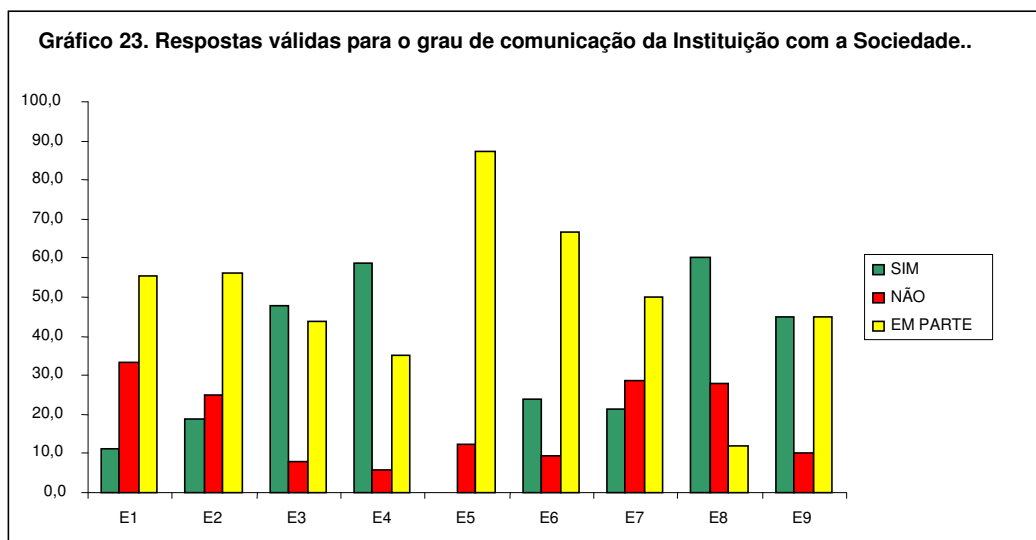
O número de respostas *desconheço* como na temática anterior foi irrelevante. Assim, no geral temos uma universidade, vista pelas empresas, com um alto índice de concordância sobre a relevância da instituição para o desenvolvimento do Estado com 88,5% *sim* e 11,5 de *não*, que através da formação dos profissionais contribui significativamente, para a formação política do cidadão com 57,7% de *sim* e 38,5% *em parte* e 3,8% de *não*. E ainda, forma profissionais que correspondem às expectativas das empresas, com 50% de *sim* e 50% de *não*.

A avaliação do desempenho da universidade apresenta-se, na avaliação da comunidade externa, como preocupante em três dos itens da validade social e profissional dos cursos oferecidos, sendo: na contribuição para o equacionamento dos problemas da comunidade registrando 42,3% de *sim* e 53,8% de *em parte* e 3,8% *não*. Se os profissionais estão aptos a corresponderem às demandas apresentadas na empresa 30,8% *sim*, 65,4% *em parte* e 3,8 *não*. Como o pior desempenho temos no atendimento às demandas postas no mercado de trabalho com apenas 26,9% de *sim*, 50% de *em parte* e 23,1% de *não*.

Os aspectos que apresentam uma avaliação preocupante estão interligados, na medida em que os profissionais não atendem, ou o fazem parcialmente, às demandas postas no mercado de trabalho, apresentarão também a mesma dificuldade nas demandas específicas das empresas em que trabalham, uma vez que estas refletem o mercado, tampouco estão contribuindo para o equacionamento dos problemas da comunidade, uma vez que, acredita-se que as empresas e o mercado estejam voltados para as demandas da comunidade.

Pode-se considerar que tal problemática esteja ligada ao processo de atualização curricular dos cursos da UFAC. Desde dois mil e quatro todos os cursos da Universidade vêm passando por processo de reformulação e reestruturação curricular, não só para atendimento de uma demanda legal, mas principalmente, voltada para a formação de profissional ancorado em novos paradigmas com perfil não só para atender às demandas, mas gerar novas. Neste processo de reformulação pretende-se superar as concepções tecnicista, positivistas e cartesianas que embasavam os cursos superiores formatados no âmbito das reformas na ditadura militar. Neste sentido, a avaliação feita pelas empresas foi com um profissional que pode apresentar, como ficou indicado nas pesquisas, um descompasso entre o que sua formação lhe proporcionou e o que as demandas profissionais estão a exigir.

Como último item da avaliação da comunidade externa buscou-se verificar o grau de comunicação entre a instituição e a sociedade, por meio dos seguintes itens: se ha uma política com estratégias e recursos voltados para a promoção da comunicação da Instituição com a comunidade, se a instituição procura ouvir as demandas do entorno social para definir suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, se a instituição mantém uma boa imagem nos meios de comunicação social, se ha meios de comunicação utilizados pela Instituição para a comunicação interna e externa, se tais meios conseguem manter um processo adequado de comunicação interna e externa, se as informações entre os usuários dos serviços da Instituição são claras e atualizadas, se existe uma estrutura de informações sobre a realidade institucional, se a empresa, que respondeu ao questionário, é usuária de alguns serviços oferecidos pela Instituição e se ha qualidade satisfatória destes serviços. Os itens estão identificados na sumarização gráfica como E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, e E9.



Neste item verifica-se a importância da resposta *Desconheço*, que aparece com uma frequência maior que nos anteriores. Assim, os percentuais totais e os percentuais válidos são contabilizados e as análises feitas a partir dos votos válidos. Neste caso, a resposta *desconheço* poderá ter quase o mesmo sentido que a resposta *não* pois o desconhecimento pode ser devido à falta de inserção da Instituição na Sociedade e na inexistência de uma política de comunicação eficaz que não dá conta de se fazer conhecida por sua própria existência.

Mesmo apresentando um alto índice de resposta *desconheço* e *não* na comunicação com a sociedade, a UFAC demonstra um bom perfil do atendimento de algumas demandas à comunidade externa. Quando indagada se a empresa é usuária de alguns serviços oferecidos pela instituição 60,0% afirmam que *sim*, 12,0% *em parte*, 28,0% *não*. Portanto, 72,0% das empresas são usuárias de serviços oferecidos pela UFAC no todo ou em parte em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Quanto à qualidade satisfatória destes serviços, 45,0% *sim*, 45,0% *em parte* e 10,0% *não*, fazendo um total de 90,0% de empresas plena ou parcialmente satisfeitas com os serviços utilizados.

Com relação ao questionamento se a Instituição mantém uma boa imagem nos meios de comunicação social, verifica-se que 48,0% consideram que é boa respondendo *sim* e 44,0% *em parte*. Quanto à existência de meios de comunicação utilizados pela

Instituição para a comunicação externa e interna, 58,86% *sim*, 35,3% *em parte* e 5,9 *não*. Se tais meios conseguem manter um processo adequado de comunicação interna e externa, 87,5% *em parte*, 12,5% *não* apontam que os meios utilizados para estabelecer comunicação com a sociedade, embora consigam alguma comunicação, está longe de ser satisfatória. Ha uma política, com estratégias e recursos voltados para a promoção da comunicação externa da Instituição com a comunidade, o desconhecimento, abrange 30,8% dos entrevistados, entre os votos contabilizados como válidos, 55,6 % responderam *em parte*, 33,3% *não* e apenas 11,1% responderam afirmativamente à pergunta formulada. Assim, sobressai que cerca de 27% (7,7% de *sim* somado à metade dos que responderam “em parte”) dos entrevistados entendem que ha uma política com estratégias e recursos voltados para a promoção da comunicação externa com a comunidade e 63% consideram que essa afirmação não é verdadeira. A Instituição procura ouvir as demandas do entorno social para definir suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, dividindo a resposta “em parte”, considerando 50% *não* e os outros 50% *sim*, teremos que as respostas “positivas” equivalem a 28,8%. O restante, 71,2% é o resultado da soma das respostas “negativas”, que incluem metade das respostas “em parte”, as respostas “*não*” e as respostas “desconheço” que equivalem aqui à negação. Quanto à pergunta sobre as informações entre os usuários dos serviços da Instituição são claras e atualizadas, ela carece de maiores explicações sobre qual seu significado real. Que tipo de informações deve ser reportada. É *entre* os usuários dos serviços da Instituição ou seria *da* Instituição *para* os usuários. Na questão, quase metade dos entrevistados respondeu desconhecer se existe uma estrutura de informações sobre a realidade institucional. Além disso, quatro entrevistados afirmaram não existir e sete consideram que existe, em parte. Assim, pode-se considerar que 61,6% consideram a inexistência dessa estrutura interna. Outros 26,9% indicam que existe, em parte, essa estrutura. Apenas 11,5% confirmam a existência da referida estrutura. Ou seja, um serviço que, por si só, deveria ser um instrumento de reconhecimento da Instituição perante a sociedade, não é reconhecido ou revelado a ela.

Com o olhar voltado para o objetivo de Identificar a inserção e o grau de participação da UFAC no atendimento às demandas da sociedade, tanto no que se refere à produção científica quanto à formação de profissionais, pode-se de forma geral, fazer uma leitura de que a UFAC tem desempenhado bem seu papel na formação de profissionais por meio dos cursos que oferece, na medida em que todas as empresas

entrevistadas têm em seus quadros, profissionais formados por esta, apresentando desempenho satisfatório no domínio das questões técnicas, políticas, éticas e de gestão, nos indicando que em relação ao ensino, a UFAC, apresenta bom desempenho.

Quanto à produção científica via as atividades de pesquisa, o próprio questionário ficou deficitário em questões que pudessem relevar esta dimensão. Percebe-se que a grande maioria das empresas, não só usam como estão parcialmente satisfeitas com serviços oferecidos pela Instituição, podendo ser entendidos como atividades de extensão, mais que de ensino e pesquisa.

Embora os dados estatísticos indiquem uma imagem positiva da instituição é bom considerar que em relação às respostas dadas aos pontos positivos e negativos em alguns itens, é necessária uma leitura detalhada, tendo em vista o número pequeno de questionários, que impossibilita a generalização. Quanto ao item sobre a comunicação é possível verificar que há uma queixa geral em relação à comunicação da Universidade com a sociedade e com os demais órgãos e instituições, seja através da página da UFAC na internet como no acesso aos meios de comunicação (rádio, TV, jornais, etc.). Dentre os pontos negativos se destaca o fato da UFAC ser considerada uma instituição burocrática, voltada para si mesma, com poucos eventos científicos e esses, pouco divulgados na mídia. É necessário ter um olhar mais detalhado sobre esses itens para ter uma melhor visualização de como a Universidade é vista pela comunidade.

Na Avaliação da Comunidade Externa as questões abertas apontam que na atuação profissional: a convivência satisfatória com os colegas de trabalho, a busca da melhoria do ambiente de trabalho e na forma de execução das atividades e boa formação acadêmica com foco nas necessidades da região, o conhecimento da realidade do Estado, credibilidade profissional, capacidade de trabalhar em equipe, conhecimento na área que atua e disponibilidade para aprender sempre, como aspectos positivos. Excesso de exigência, problemas com os aspectos de ética profissional, não utilização do potencial adquirido, falta de diálogo e resistências às mudanças, como pontos negativos.

Para a validade social e profissional dos cursos oferecidos pela UFAC são destacados como aspectos positivos uma sólida base teórica, compromisso com o desenvolvimento regional, domínio de conhecimentos na área de formação. Como pontos negativos são indicados o número de vagas insuficientes para a demanda, a

qualidade às vezes deixa a desejar, poucos cursos oferecidos e não participação da sociedade na escolha dos cursos.

Nas questões voltadas para a comunicação com a sociedade o site da UFAC como instrumento que consegue levar informações à comunidade, as publicações científicas chegam aos leitores mais interessados, promoção de debates entre acadêmicos e sociedade e que tem potencial humano para criar formatos inovadores de comunicação como elementos positivos. O site não é o bastante, pois ainda há um número mínimo de pessoas que têm acesso à Internet, o jornal da UFAC, não circula entre todo o público interessado, como escolas, outras faculdades, e demais instituições de ensino e cultura, as publicações da universidade deveriam ter maior repercussão no cenário acreano e brasileiro, devendo ser mais divulgado, falta de acesso aos meios de comunicação e corpo docente voltado para dentro da instituição como aspectos mais negativos.

Foram apontados ainda que a UFAC necessita ser uma instituição mais “extrovertida” abrindo-se a novas parcerias e possibilidades de interação com outras instituições e comunidade, em algumas empresas os profissionais não estão atuando em sua área de formação. Houve dificuldades no preenchimento das questões referentes à comunicação com a Sociedade. Isto pode indicar uma deficiência dos atuais mecanismos existentes destinados a realizarem a comunicação social da instituição. Interiorização dos cursos, ofertas de cursos diferenciados, implantar núcleos em cada município para que possa estar em contato maior com a sociedade.

A ausência de algumas respostas justifica-se pelo desconhecimento que têm dos assuntos em questão. *Parabéns por esta iniciativa de buscar a opinião da comunidade externa que visa melhorar as ações desta importante Instituição de ensino, que amo de paixão!!!* A existência de um instrumento de avaliação como a CPA/UFAC, que possa mensurar o grau de satisfação da sociedade para com a instituição é de fundamental importância para se estabelecer novas metas ou corrigir as já existentes.

5.5. Avaliação Docente pelo Discente

Como última dimensão, o projeto de avaliação institucional avaliou junto aos discentes questões afetas aos cursos contemplando três itens: a estrutura curricular dos cursos, a organização e práticas pedagógicas e a política de atendimento aos estudantes. Com isto pretendeu-se, pelo olhar dos alunos, definir o perfil dos cursos de graduação, do desempenho docente e como são constituídas as práticas pedagógicas e de como estes estão inseridos em políticas de atendimento. Embora o título do questionário seja *avaliação docente realizada pelo discente*, as questões abordadas são bem mais amplas, como pode-se ver nos itens mencionados. Na nossa avaliação, este título se mostrou inadequado, não correspondendo ao conteúdo do questionário.

Aos alunos foi incentivado à participação nos outros questionários aplicados as demais categorias, e muitos responderam e foram classificados como *outros*, é, no entanto, nesta dimensão da pesquisa que aparece a opinião dos discentes de forma mais precisa e específica.

Em um universo de 5.045 (cinco mil e quarenta e cinco) alunos, o questionário foi respondido por 1369 (um mil trezentos e sessenta e nove) correspondendo a 27% da população discente da Universidade Federal do Acre. No universo de alunos estão os cursos de graduação, pós-graduação e os alunos do terceiro ano do Ensino Médio do Colégio de Aplicação. O questionário foi distribuído sencitariamente neste universo de alunos, em todos os turnos, cursos, modalidade no *campi* de Rio Branco e de Cruzeiro do Sul e demais núcleos da universidade no interior do Estado. A metodologia de aplicação foi a mesma usada nos demais questionários. Dos bolsistas selecionados, cada um foi designado para visitar um curso, de preferência aquele que estava estudando, visitar todos os períodos, expor o projeto a sistemática de avaliação, distribuir os questionários, auxiliar no preenchimento e recolhê-los. A metodologia mostrou-se positiva, quando tivemos um retorno de aproximadamente 27%, com representatividade de todos os cursos de graduação e pós-graduação em todos os turnos, como podemos observar nas tabelas e quadros abaixo que estão classificados por área, turno de estudo e modalidade de curso.

Tabela 24. Número de questionários respondidos, por áreas.

Áreas	Frequência	%
Ciências Exatas	147	10.7
Humanas	788	57.6
Biológicas	379	27.7
Ensino Médio	12	0.9
Pós-Graduação	43	3.1
Total	1369	100.0

Gráfico 24. Distribuição dos discentes, por área.

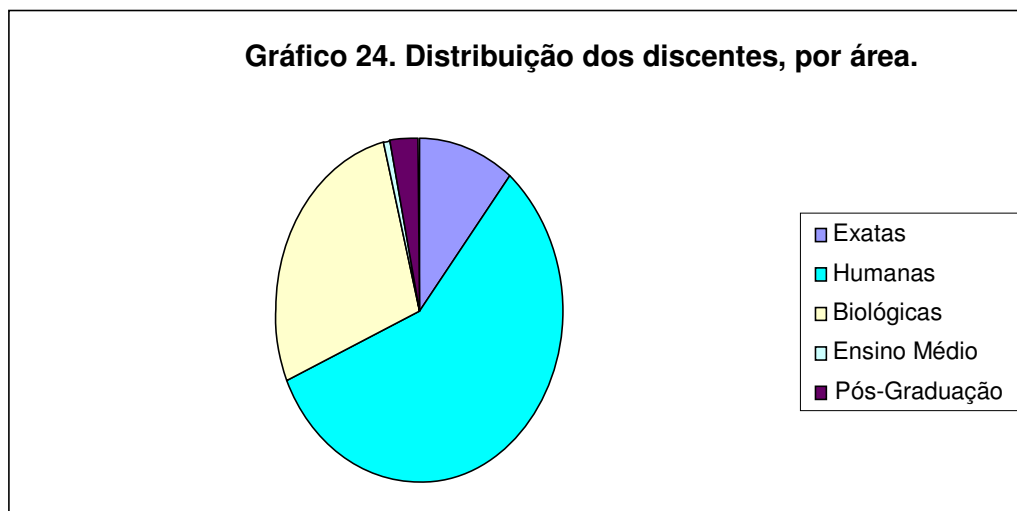


Tabela 25. Número de questionários respondidos, por modalidade do curso.

Modalidade do Curso	Frequência	%
Bacharelado	601	43.9
Licenciatura	713	52.1
Pós-Graduação	43	3.1
Ensino Médio	12	0.9
Total	1369	100.0

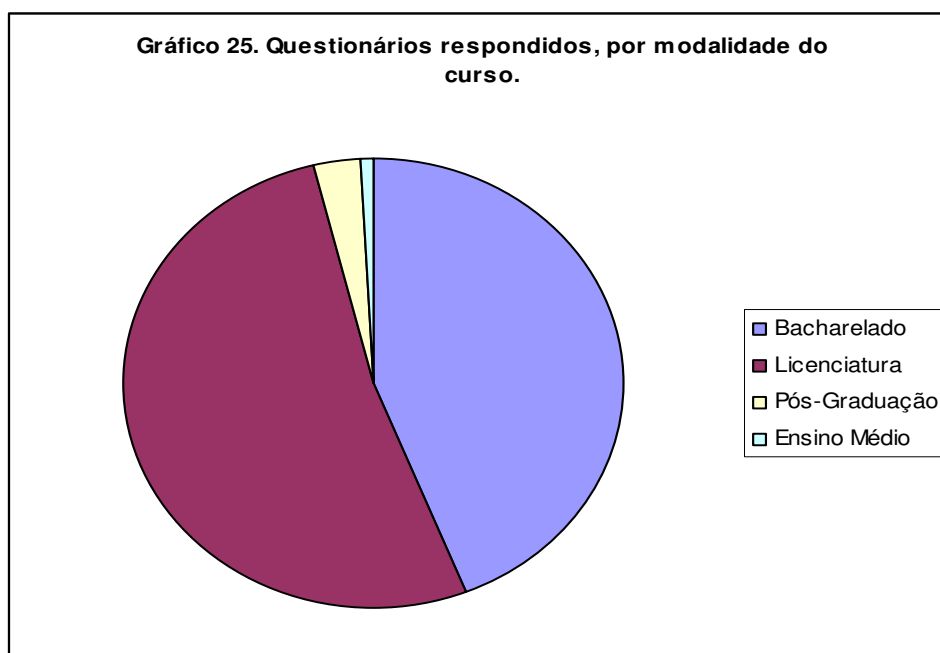


Tabela 26. Número de questionários respondidos, por horário do curso.

Horário do Curso	Frequência	%
Diurno	1032	75,4
Noturno	337	24,6
Total	1369	100,0

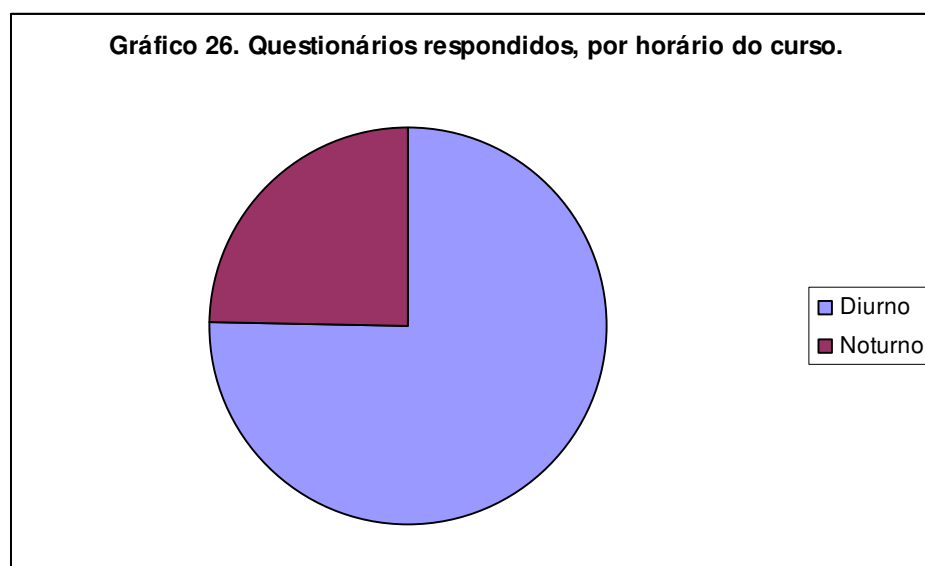
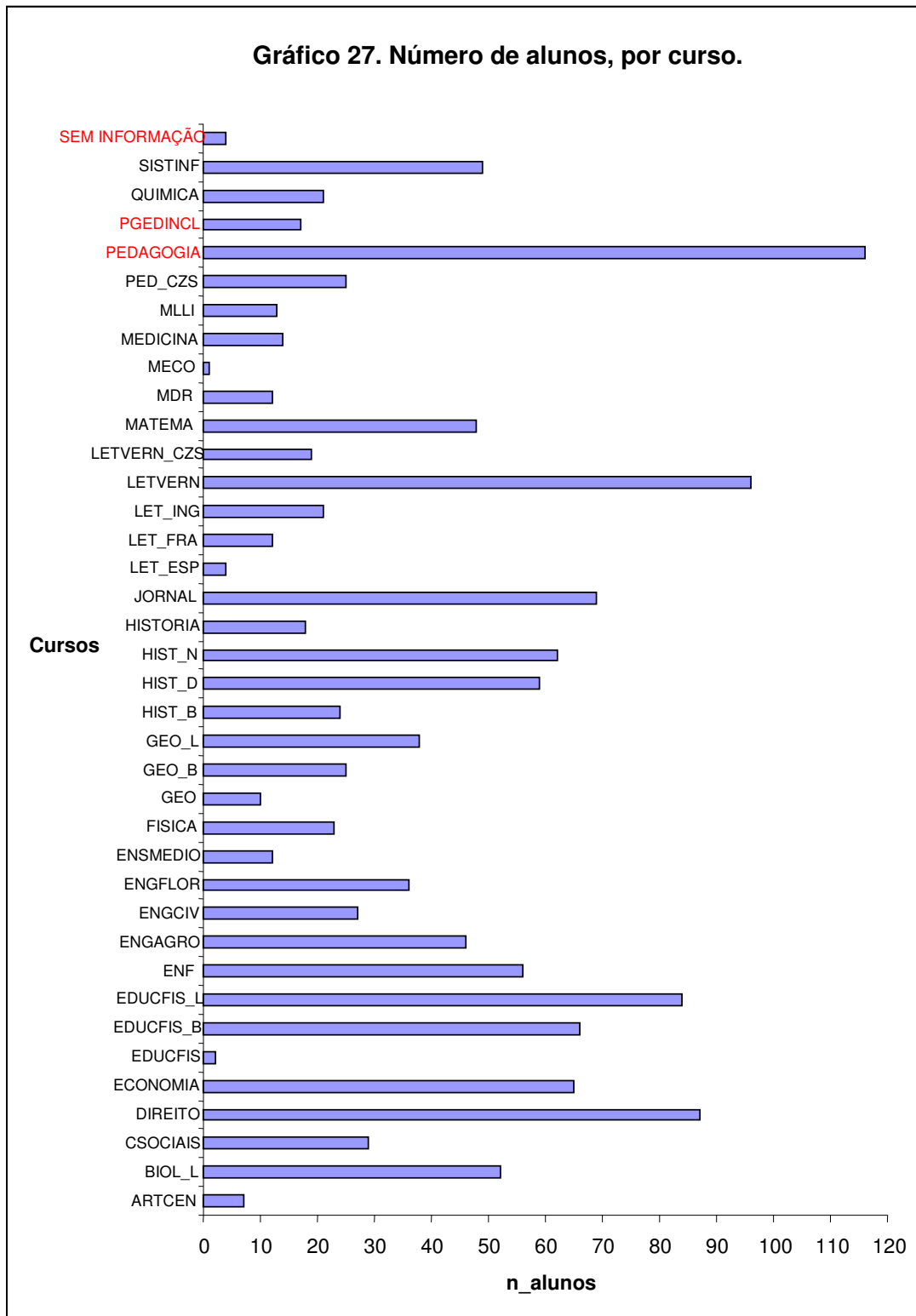


Tabela 27. Número de questionários respondidos, por curso.

Curso	Frequência	%
Artes Cênicas	7	0,51
Biologia	52	3,80
Ciências Sociais	29	2,12
Direito	87	6,36
Economia	65	4,75
Educação Física Bacharelado	68	4,97
Educação Física Licenciatura	84	6,14
Educação	152	11,10
Enfermagem	58	4,24
Engenharia Agrônômica	46	3,36
Engenharia Civil	27	1,97
Engenharia Florestal	36	2,63
Ensino Médio	12	0,88
Física	23	1,68
Geografia	9	0,66
Geografia Bacharelado	26	1,90
Geografia Licenciatura	38	2,78
Geografia	73	5,33
História Bacharelado	24	1,75
História Diurno	60	4,38
Historia Noturno	68	4,97
História	11	0,80
História	163	11,91
Jornalismo	69	5,04
Letras Espanhol	4	0,29
Letras Francês	12	0,88
Letras Inglês	21	1,53
Letras Português	96	7,01
Letras Vernáculo	133	9,72
Letras Vernáculo - _Cruzeiro do Sul	19	1,39
Matemática	48	3,51
Medicina	12	0,88
Mestrado em Ecologia - MECO	1	0,07
Medicina	14	1,02
Mestrado em Linguagem (Letras)	13	0,95
Pedagogia_ Cruzeiro do Sul	43	3,14
Pedagogia – Rio Branco	100	7,30
Pós Graduação Educação Inclusiva	17	1,24
Química	21	1,53
Sistemas de Informação	49	3,58
Total	1369	100,00

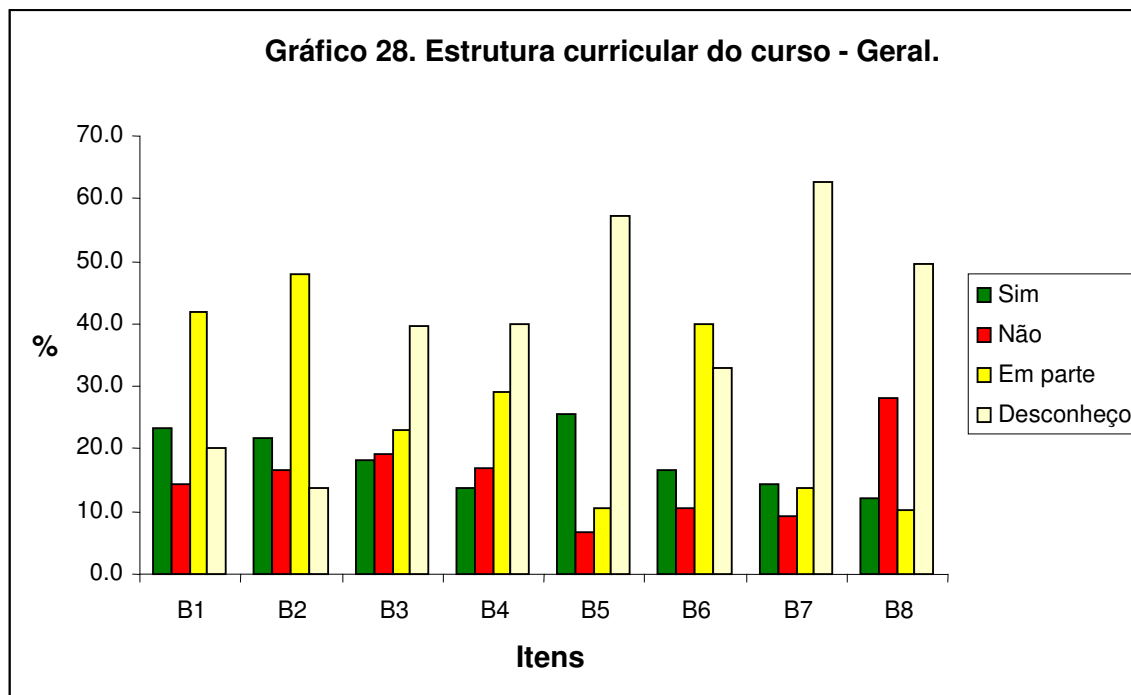
Gráfico 27. Número de alunos, por curso.



Inicialmente serão analisadas as respostas dadas pelos discentes, independente da área, curso, centro ou qualquer outra divisão, objetivando ter uma visão global do que pensam os discentes sobre a Estrutura Curricular dos cursos, Organização e Práticas Pedagógicas e Política de atendimento aos estudantes. Os dois primeiros itens são específicos de cada curso. O mesmo não ocorre com o terceiro item, que corresponde a uma política geral de atendimento aos estudantes e aos egressos na UFAC, que, apesar de suas especificidades em cada curso ou Departamento, são, na sua maioria, de cunho geral. Assim, apesar das particularidades de cada curso, será feita, inicialmente, uma análise geral, englobando os 1.369 (um mil, trezentos e sessenta e nove) discentes que responderam ao questionário, como pode ser observado nos gráficos B, C e D.

Tabela 28. Respostas sobre a Estrutura Curricular dos Cursos – Questionário 05.

	Respostas	Sim	Não	Em parte	Desconheço	Total
B1	Frequência	321	196	575	277	1369
	%	23,4	14,3	42,0	20,2	100,0
B2	Frequência	296	229	657	187	1369
	%	21,6	16,7	48	13,7	100
B3	Frequência	250	261	315	543	1369
	%	18,3	19,1	23	39,7	100
B4	Frequência	189	233	399	548	1369
	%	13,8	17	29,1	40	100
B5	Frequência	351	92	143	783	1369
	%	25,6	6,7	10,4	57,2	100
B6	Frequência	226	146	545	452	1369
	%	16,5	10,7	39,8	33	100
B7	Frequência	198	129	186	856	1369
	%	14,5	9,4	13,6	62,5	100
B8	Frequência	165	383	141	680	1369
	%	12,1	28	10,3	49,7	100



Em todos os itens questionados ha um grande percentual de *Desconheço* e *Não* indicando que os discentes não têm conhecimentos acerca das questões pertinentes ao seu curso e demais aspectos da vida acadêmica. Embora estes tenham, na estrutura organizacional da instituição, participação nos fóruns deliberativos em todas as instâncias, nos parece que não estão devidamente ocupados e utilizados. Também podemos concluir que o acompanhamento da vida acadêmica dos discentes está ficando a desejar por parte dos setores que têm estas funções tais como colegiado, organizações estudantis, atendimento a estudante, dentre outros.

A estrutura curricular do curso aparece como o item mais preocupante com altos índices de repostas *desconheço* e *não*, que quando somadas, em todas as questões ultrapassam as respostas positivas.

Na organização e práticas pedagógicas as avaliações são mais positivas com baixíssimo percentual de desconhecimento e uma crescente aprovação com respostas positiva e em parte, revelando que é em sala de aula, no contato com o professor e as demais atividades que, de fato, se consolida as relações acadêmicas dos alunos.

Na política de atendimento aos estudantes destaca-se um aspecto interessante, em quase todos os itens relacionados ao período que o aluno está na instituição e sua participação no leque de possibilidades da vida acadêmica recebe uma avaliação bastante positiva onde as repostas *Sim* ultrapassam todas as outras opções do questionário. Já nas questões ligadas à situação fora da instituição, tanto no processo de seleção, ou seja, na entrada, quanto na saída como egresso com programas de acompanhamento à vida profissional com formação continuada, as avaliações são extremamente negativas. Tal situação é similar em todos os demais questionários que abordam as mesmas questões, ou seja, a vida dos estudantes antes e depois de passarem pela universidade.

No item referente à Estrutura Curricular dos Cursos foram abordados as seguintes questões com foco na organização curricular se estes: estão de acordo com os fins e objetivos da Instituição, as Diretrizes Curriculares e as inovações na área; atendem aos objetivos institucionais, às demandas sociais e às necessidades profissionais e individuais; são sistematicamente revisados e atualizados; possui mecanismos de atualização curriculares adequados; há responsáveis por tal processo; respondem ao perfil do egresso, existem critérios orientadores do processo de atualização dos currículos; contam com desenvolvidos encontros para debate e discussão dos currículos.

Como já referido acima, no tocante à estrutura curricular dos cursos ha aspectos preocupantes na avaliação dos alunos, que devem ser contornados ou minimizados o quanto antes possível. Em todos os itens questionados, as respostas revelam um grande desconhecimento de como são e como estão estruturados os cursos.

Apenas em três itens quais sejam: adequação dos programas curriculares aos fins e objetivos da instituição, as diretrizes curriculares e as inovações da área; atendimento às demandas profissionais e sociais e a existência de responsáveis pelos currículos, a avaliação, é que respostas positivas são timidamente mais acentuadas.

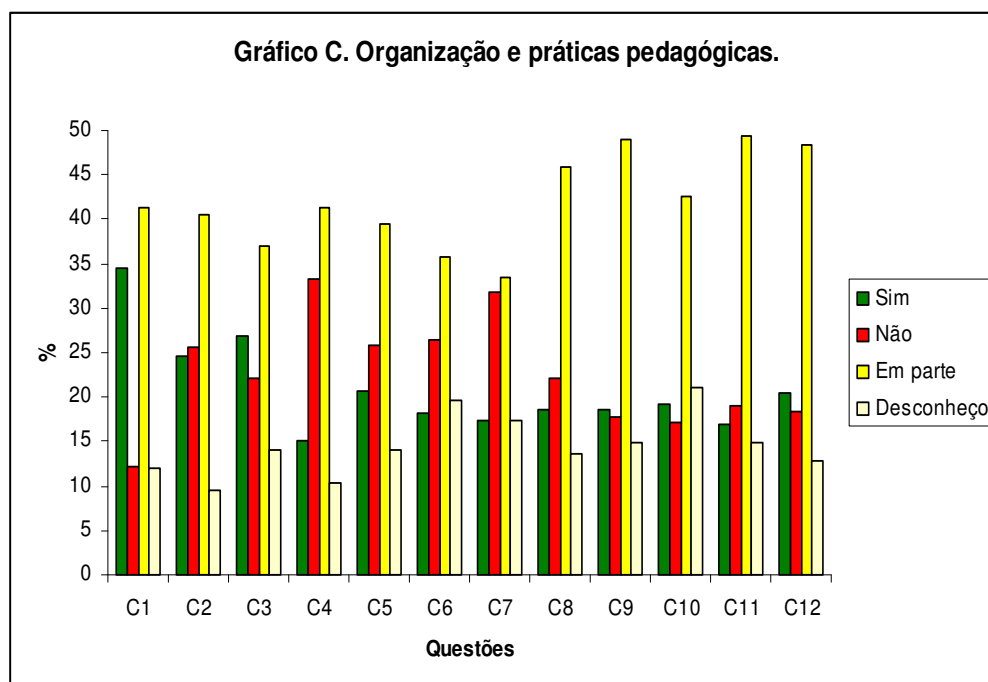
Quanto às questões sobre os processos de atualização dos currículos se estes são sistematicamente revisados por meio de mecanismos adequados, há critérios claros orientadores dos processos de atualização e se são desenvolvidos debates e encontros para discussão e, finalmente, os currículos, a avaliação é bastante negativa com alto índice de desconhecimento e respostas não. O viés negativo registrado, no processo de avaliação, a respeito dos projetos curriculares torna-se mais preocupante neste momento,

justamente porque a estamos vivenciando mudanças na ordenação curricular no cenário nacional tanto nas orientações teóricas quanto no ordenamento legal. Na UFAC foi empreendido reformulação curricular no âmbito de todos os cursos de licenciatura e está em andamento nos cursos de bacharelado quanto na instituição. Todos os cursos de licenciaturas estavam convivendo com a existência de duas estruturas curriculares, quando do processo de avaliação e com as conseqüências destas advindas tais como: equivalência, aproveitamento de estudos, e outros. É estranho em meio a tais processos que os alunos revelem desconhecer todos estes elementos. A instituição precisa refletir e encaminhar ações que possam não só tornar tais questões mais transparentes possíveis como envolver os discentes.

Na organização e práticas pedagógicas, temos uma maior oportunidade de verificarmos o desempenho docente, que era o propósito do questionário. Os itens questionados podem ser classificados em dois grupos. Primeiro, quanto às práticas institucionais e suas determinações nas práticas pedagógicas abordando se estas estimulam a melhoria do ensino à formação docente; o apoio ao estudante; a interdisciplinaridade; as inovações didático-pedagógicas e uso das novas tecnologias no ensino. Segundo, com um foco mais diretamente ligado às relações que se estabelecem no âmbito da sala de aula e se estas usam processos participativos de construção de conhecimento; estimulam a melhoria do ensino; são conduzidas adequadamente na metodologia, nos métodos e recursos utilizados; se demonstram qualidade na elaboração dos planos de ensino, nas relações entre professores e alunos e na avaliação da aprendizagem. Todos estes elementos estão identificados na sumarização gráfica dos dados de C1 a C15.

Quadro 17 - Organização e Práticas Pedagógicas

		Sim	Não	Em parte	Desconheço	Total
C1	Frequência	472	167	566	164	1369
	%	34,5	12,2	41,3	12,0	100,0
C2	Frequência	335	351	553	130	1369
	%	24,5	25,6	40,4	9,5	100,0
C3	Frequência	367	304	507	191	1369
	%	26,8	22,2	37,0	14,0	100,0
C4	Frequência	207	454	565	143	1369
	%	15,1	33,2	41,3	10,4	100,0
C5	Frequência	283	355	539	192	1369
	%	20,7	25,9	39,4	14,0	100,0
C6	Frequência	249	362	489	269	1369
	%	18,2	26,4	35,7	19,6	100,0
C7	Frequência	237	437	457	238	1369
	%	17,3	31,9	33,4	17,4	100,0
C8	Frequência	254	302	627	186	1369
	%	18,6	22,1	45,8	13,6	100,0
C9	Frequência	254	244	669	202	1369
	%	18,6	17,8	48,9	14,8	100,0
C10	Frequência	264	234	582	289	1369
	%	19,3	17,1	42,5	21,1	100,0
C11	Frequência	231	260	675	203	1369
	%	16,9	19,0	49,3	14,8	100,0
C12	Frequência	280	252	662	175	1369
	%	20,5	18,4	48,4	12,8	100,0



Analisando as repostas a partir dos grupos temáticos apontados acima, temos um desempenho ligeiramente melhor nas práticas institucionais e sua relação com as questões pedagógicas, apontando como item melhor avaliado o fato de que estas estimulam a melhoria do ensino e a formação docente, seguido da interdisciplinaridade, inovações didáticas pedagógicas e uso de novas tecnologias como questões medianamente avaliadas e com grandes percentuais de repostas *não* ultrapassando o *sim*. Por último, como item com maior índice de insatisfação o estímulo e apoio ao estudante.

Focando nas relações e práticas que se estabelecem no interior da sala de aula, é grande o percentual de respostas *em parte* se sobressaem e ha uma ligeira aprovação com respostas *sim* maiores que *não*. No geral, os professores têm um bom desempenho nas opções e desenvolvimento das metodologias, nas relações com os alunos, na elaboração dos planos, na avaliação da aprendizagem. Na utilização dos recursos pedagógicos estes aparecem com um percentual de dificuldade registrado em um maior número de repostas *não*.

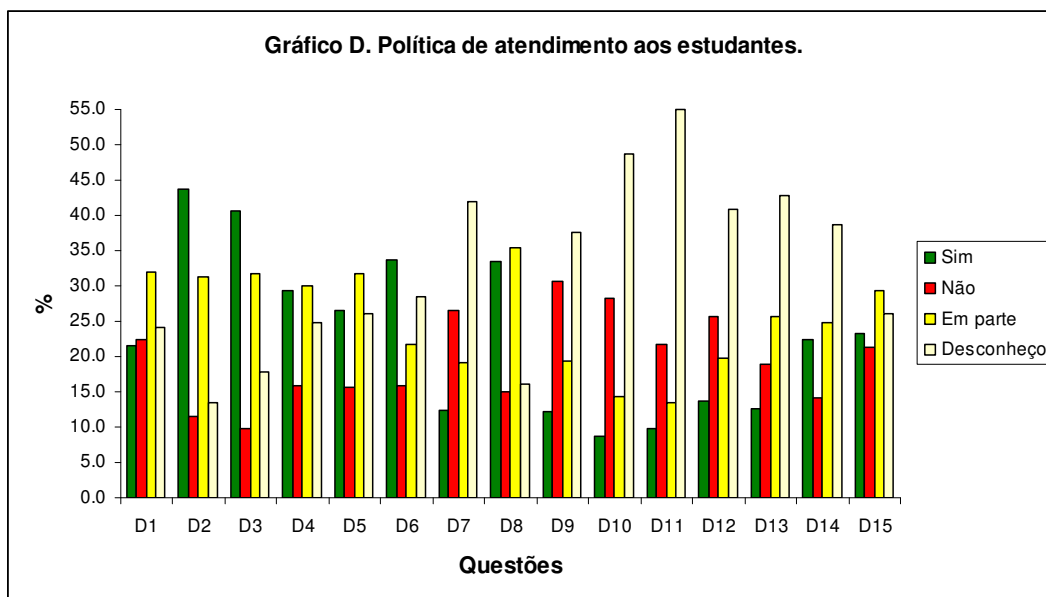
A indicação que as práticas pedagógicas usam processos participativos na construção do conhecimento são os aspectos mais bem avaliados neste item. No entanto, em todos os aspectos, no âmbito da organização e práticas pedagógicas, há o que se melhorar bastante, tanto por parte dos docentes quanto das ações institucionais. A instituição como um todo, e as instâncias de acompanhamento e assessoramento aos cursos, devem estar envidando esforços para buscar mais qualidade nos processos de aprendizagem. Sendo urgente a capacitação dos professores no uso das novas tecnológicas da comunicação e informação como potencializadores de recursos didáticos.

O último item avaliado pelos docentes refere-se à política de atendimento aos estudantes, abordando aspectos sobre: política de acesso, seleção e permanência; participação em estágios, monitorias, iniciação científica, atividades de extensão, no processo de avaliação institucional, intercâmbio estudantil, atividades culturais; se são contemplados com assistência à saúde; a existência de mecanismos sistemáticos que definem e analisem o perfil dos estudantes e regulamentam os direitos e deveres dos estudantes se estes são discutidos e divulgados e, finalmente, sobre o acompanhamento

aos egressos e programas de formação continuada. Identificados de D1 a D15 na sumarização gráfica dos dados.

Tabela 29 - Política de Atendimento a Estudantes.

		Respostas				Total
		Sim	Não	Em parte	Desconheço	
D1	Frequência	294	307	437	331	1369
	%	21.5	22.4	31.9	24.2	100.0
D2	Frequência	599	157	428	185	1369
	%	43.8	11.5	31.3	13.5	100.0
D3	Frequência	558	133	434	244	1369
	%	40.8	9.7	31.7	17.8	100.0
D4	Frequência	403	217	410	339	1369
	%	29.4	15.9	29.9	24.8	100.0
D5	Frequência	364	214	435	356	1369
	%	26.6	15.6	31.8	26.0	100.0
D6	Frequência	462	217	299	391	1369
	%	33.7	15.9	21.8	28.6	100.0
D7	Frequência	169	363	262	575	1369
	%	12.3	26.5	19.1	42.0	100.0
D8	Frequência	458	205	485	221	1369
	%	33.5	15.0	35.4	16.1	100.0
D9	Frequência	168	419	266	516	1369
	%	12.3	30.6	19.4	37.7	100.0
D10	Frequência	120	386	195	668	1369
	%	8.8	28.2	14.2	48.8	100.0
D11	Frequência	134	298	185	752	1369
	%	9.8	21.8	13.5	54.9	100.0
D12	Frequência	188	352	270	559	1369
	%	13.7	25.7	19.7	40.8	100.0
D13	Frequência	172	260	351	586	1369
	%	12.6	19.0	25.6	42.8	100.0
D14	Frequência	308	194	338	529	1369
	%	22.5	14.2	24.7	38.6	100.0
D15	Frequência	318	292	402	357	1369
	%	23.2	21.3	29.4	26.1	100.0



No gráfico e tabela acima podemos observar que há um maior percentual de respostas positivas do que de respostas negativas quando se trata de atendimento aos estudantes, em quase todas as questões levantadas. Sendo bastante satisfatória a participação dos estudantes nos programas de estágios, monitorias, iniciação científica, atividades de extensão, intercâmbio estudantil, atividades culturais; no atendimento de bolsas de incentivo ao ensino, a pesquisa e a extensão com grande percentual de respostas positivas.

Quanto à política de acesso, seleção e permanência e sua adequação às políticas públicas, ao contexto institucional e aos fins da instituição a o registro de uma desaprovação e desconhecimento por parte dos estudantes.

Na avaliação dos estudantes, a instituição deve, urgentemente, melhorar no atendimento e assistência à saúde, na promoção de intercâmbio estudantil, na definição e análise do perfil dos estudantes como mecanismos de conhecê-los melhor. É registrado um absoluto desconhecimento se há políticas e programas de formação continuada e acompanhamento aos egressos. Parece bastante coerente, que se a instituição não tem formas sistemáticas de conhecimentos de seus alunos, tenha menos ainda de seus egressos, devendo atentar e buscar mecanismos que permitam, a partir de um conhecimento mais sistemático de seus alunos e egressos, melhorar suas políticas e programas de ensino pesquisa e extensão, tanto na formação inicial quanto na continuada.

6. Conclusão

Na escolha de um desenho teórico para nortear o processo avaliativo, o projeto de avaliação construiu como interesse primeiro, estabelecer e consolidar um amplo processo de comunicação, ancorada no que alguns autores apontam como sendo uma das conseqüências naturais da avaliação com intenções formativas. Também, trabalhou com a concepção de avaliação embasada nos seguintes princípios: 1) Que a avaliação não é um fim em si, mas um meio; (2) Tem funções de regulação do processo; 3) É um meio que permite compreender o processo para redefinir ações (Hadji, 2001); 4) Que as funções do processo avaliativo têm dimensões sociais, pedagógicas e organizacionais.

Partindo destes princípios e concepções, as ações tiveram como principal objetivo implementar e sistematizar um processo de avaliação institucional na UFAC, em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, respeitando as especificidades regionais, com vista a fortalecer a comunicação interna e externa e responder criticamente às demandas sociais. Potencializando, assim, a consecução de seu desafio ampliar e fortalecer a capacidade de executar suas ações de forma participativa e transparente, bem como procurar adquirir meios eficientes e permanentes de análise, acompanhamento e avaliação de suas atividades e processos de decisões de maneira qualificada e eficaz.

Considerando todo o processo avaliativo, desde sua concepção, elaboração, aprovação e execução, pode-se concluir, inicialmente, que este cumpriu sua função, na medida em que todos os setores da instituição, não só tiveram a oportunidade de comunicar-se como o fizeram, dentro de uma perspectiva sistêmica. Analisando as informações colhidas por meio dos instrumentos usados verifica-se uma diversidade de informações advindas dos mais diversos setores e segmentos da instituição, tanto interna quanto externa. Estas informações estão tabuladas em dados quantitativos como descritivamente nos anexos do relatório, podendo ser consultados por quem interessar permitindo, assim, outras leituras que não demos conta de fazer neste relatório. Não apenas consolidando, assim, o processo de comunicação, como era o objetivo, mas, também tê-lo como elemento permanente e balizador das ações.

Considerando, ainda que a avaliação com intenção formativa não é um fim em si, mas um meio, e que tem funções de regular o processo, compreendendo-o para redefinir ações e que estas funções têm dimensões sociais, pedagógicas e organizacionais, aponta-se para uma perceptiva bem sucedida o processo de avaliação realizada pela CPA. Na medida em que o relatório não tem outra finalidade que não seja se constituir como meio para reflexões e análise e, assim, regular as atividades e ações da academia compreendendo as dimensões sociais, pedagógicas e organizacionais, uma vez que as informações colhidas contemplam todos os aspectos.

Conclui-se, portanto que o processo avaliativo, não só cumpriu seu objetivo geral, de forma bem sucedida como nos permitiu fazer considerações mais pontuais e particulares de onde estão indicadas as potencialidade e fragilidades da instituição.

Usando um dos aspectos da avaliação formativa, que é o de primeiro apontar as facilidades e questões positivas do objeto ou fenômeno avaliado como forma de manter a perspectiva de crescimento, é que se inicia, com os pontos mais bem avaliados nas atividades da UFAC. Posteriormente serão abordadas as fragilidades apresentadas, na avaliação dos diversos setores e segmentos, como os aspectos que precisam ser repensados que se constituirão também em recomendações.

São apontados pontos fortes e potencialidades das ações da instituição em diversas áreas de sua atuação. A UFAC apresenta um bom desempenho na produção e disseminação do conhecimento de forma articulada com as demandas regionais e nacionais bem como na sua política de formação de pesquisadores e de professores para a Educação Básica e Ensino Superior. Desse modo, pode-se verificar que no cumprimento de vários aspectos da sua responsabilidade social a Instituição tem desempenhado um papel satisfatório.

É uma instituição que responde bem suas responsabilidades sociais através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão; mantém uma boa imagem junto aos meios de comunicação e comunidade em geral; com ações que têm impacto positivo na sociedade, tanto atendendo como gerando demandas sociais; contribuindo e potencializando a democracia e a cidadania por meio de suas ações acadêmicas, culturais e científicas. É também uma instituição bem estruturada com clareza na definição de finalidades e objetivos no âmbito dos documentos oficiais, necessitando apenas maior

divulgação destes, até para que possam ser melhorados no âmbito de todos os segmentos da comunidade acadêmica.

Na organização e gestão destacam-se os aspectos democráticos que pautam a condução das atividades na instituição com representação, participação e deliberação por mecanismos abertos e interativos. Apontando como um dos aspectos mais bem avaliados a existência de órgãos colegiados, com clareza quanto sua composição, finalidade e funcionamento que permitem uma participação democrática dos diversos segmentos da instituição sendo esta aprovada pela maioria.

Referente à infra-estrutura física foram apontados como aspectos mais positivos: construção sólida com espaço físico bem distribuído e de fácil acesso; *campus* universitário amplo e com possibilidades de ampliação, manutenção e conservação de sua estrutura com equipamentos adequados para proporcionar o bom andamento das atividades da IFES, passarelas entre os prédios, estacionamento, algumas rampas e salas arejadas, claras e amplas; instalações físicas e estruturas adequadas às atividades das unidades e boa arborização, ventilação e iluminação.

Na organização curricular dos cursos foram considerados como aspectos positivos que os currículos respondem ao perfil do egresso, a existência de critérios orientadores do processo de atualização dos currículos, as práticas pedagógicas usam processos participativos de construção de conhecimento, as propostas curriculares dos cursos de graduação estão de acordo com os fins e objetivos do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Instituição, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as inovações da área, ainda quanto aos currículos, são desenvolvidos encontros para debate e discussão e que as práticas institucionais estimulam a formação do docente.

A UFAC tem desempenhado seu papel na formação de profissionais por meio dos cursos que oferece, na medida em que todas as empresas entrevistadas têm em seus quadros, profissionais formados por esta, apresentando desempenho satisfatório no domínio das questões técnicas, políticas, éticas e de gestão, nos indicando que em relação ao ensino, a UFAC apresenta bom desempenho.

Focando nas relações e práticas que se estabelecem no interior da sala de aula, é grande o percentual de aprovação. No geral, os professores têm um bom desempenho nas opções e desenvolvimento das metodologias, nas relações com os alunos, na elaboração dos planos, na avaliação da aprendizagem e na utilização dos recursos pedagógicos e no domínio de conhecimentos. Que as práticas pedagógicas usam processos participativos na construção do conhecimento são os aspectos mais bem avaliados neste item. No entanto, em todos os aspectos, no âmbito da organização e práticas pedagógicas, há o que se melhorar bastante, tanto por parte dos docentes quanto das ações institucionais. A instituição como um todo, e as instâncias de acompanhamento e assessoramento aos cursos, devem estar envidando esforços para buscar mais qualidade nos processos de aprendizagem. Sendo urgente a capacitação dos professores no uso das novas tecnológicas da comunicação e informação como potencializadores de recursos didáticos.

Na pesquisa, os melhores desempenhos apontam que ha, na instituição, grupos formados e consolidados realizando pesquisas que geram produções e publicações científicas, de teses e dissertações; acontecem eventos científicos que buscam articular os programas e projetos de pesquisas, sendo citados o PIBIQ e as *Semanas e Encontros Temáticos* por áreas de conhecimento; os projetos de pesquisas mantêm intercâmbio e cooperação nacionais e internacionais. Também é avaliada como aspecto positivo a existência de veículo de divulgação das pesquisas, o que precisa ser melhorado e que estes veículos possam estabelecer sistemática de divulgação como a Editora da UFAC.

As atividades de extensão são muito bem avaliadas, considerando a existência de um órgão institucional responsável pela política e por tais atividades. É também o item mais bem avaliado de uma forma uniforme entre todas as categorias pesquisadas. Quanto à participação dos estudantes nas atividades de extensão e a relação e o impactos destas em sua formação profissional são itens com desempenhos extremamente satisfatórios, demonstrando que os alunos não só participam como agregam elementos à sua formação. E que as atividades de extensão atendem à comunidade em termos sociais, culturais e de saúde, causando impactos e inserção positiva. Como estratégias de atendimento aos estudantes temos a definição de uma políticas voltada para comunidade acadêmica, maior número de atividades remuneradas para auxiliar os estudantes, a

participação em bolsas de extensão, monitoria, iniciação científica e estágio e o acesso ao R.U e ao atendimento médico como aspectos mais positivos.

A pós-graduação obteve uma avaliação bastante significativa em quase todos os itens pesquisados, sendo considerado como elemento mais positivo a existência de um órgão responsável pela política e programas de pós-graduação. Há vários cursos de pós-graduação em andamento, tanto de *lato* quanto de *Stricto Sensu*, como se pode verificar no perfil atual da instituição relatado na parte inicial deste relatório. A pós-graduação tem crescido significativamente, principalmente nos cursos de mestrados e doutorados, que tem se constituído como programas bem sucedidos para qualificação dos professores, quanto com os mestrados da própria instituição implantados recentemente. Os cursos de pós-graduação oferecidos mantêm, na avaliação dos entrevistados uma relação direta com as demais atividades acadêmicas, como elemento articulador e fomentador das pesquisas, no entanto, não é clara sua interface com a graduação, precisando buscar formas de fortalecimento dos cursos de graduação com os programas de pós-graduação.

Sendo bastante satisfatória a participação dos estudantes nos programas de estágios, monitorias, iniciação científica, atividades de extensão, intercâmbio estudantil, atividades culturais; de assistência à saúde e no atendimento de bolsas de incentivo ao ensino, à pesquisa e à extensão com grande percentual de respostas positivas. Tais respostas podem ser devido ao fato do PIBIC/PIVIC e do PIBEX terem bastante visibilidade. Talvez fosse interessante verificar o conhecimento de cada um dos tipos de bolsa separadamente. Igualmente bem avaliados é a definição dos direitos e deveres dos alunos nos documentos oficiais bem como são respeitados no cotidiano.

Na *Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação e a Extensão*, pode-se concluir que, no geral, a UFAC desempenha satisfatoriamente sua finalidade enquanto instituição pública de ensino na medida em que oferece um considerável conjunto de cursos de graduação formando neste profissional bem qualificado que correspondem às demandas profissionais; tem uma produção científica através de grupos de pesquisas; mantém atividades de extensão, que tanto envolvem os acadêmicos, potencializando sua formação, quanto atende à comunidade através de projetos diversos; possui uma política de pós-graduação tanto para qualificação de seus profissionais quanto para a comunidade em geral. Em todas estas atividades foram apontados pontos positivos e também

negativos que devem ser balizadores para melhorar as políticas institucionais, cumprindo, assim, a própria natureza do processo de avaliação.

Sendo que os melhores desempenhos da instituição apresentam-se na carreira e qualificação profissional com a existência de planos de carreiras com critérios de admissão e progressão claramente definidos.

Nos aspectos apontados como sendo as maiores fragilidades da instituição, necessitando ser repensados de forma urgente, bem como implantadas ações que encaminhem soluções, temos:

A instituição apresenta como ponto mais frágil a existência de sérios problemas nos processos de comunicação interna e externa, na sistematização e divulgação das informações institucionais de forma a permitirem clareza e prontidão de informações necessárias sobre a vida da instituição. Quanto ao item comunicação é possível verificar que há uma queixa geral em relação à comunicação da Universidade com a sociedade e com os demais órgãos e instituições, seja através da página da UFAC na internet como no acesso aos meios de comunicação (rádio, TV, jornais, etc.). Dentre os pontos negativos se destaca o fato da UFAC ser considerada uma instituição burocrática, voltada para si mesma, com poucos eventos científicos e esses, pouco divulgados na mídia.

Na avaliação geral da infra-estrutura física da UFAC constatou-se, em todas as perguntas, um maior percentual de respostas *negativas* sobre os seguintes aspectos: sobre os procedimentos claros de aquisição, manutenção, revisão e atualização de instalações, quanto a existência de locais de convívio para a comunidade acadêmica, falta de condições para docentes e discentes estudarem e pesquisarem principalmente a infra-estrutura para informática, a aparência é desagradável, havendo necessidade de rever formas e atitudes para o cuidado com o espaço; não há discussão sobre necessidade de infra-estrutura e as salas não têm instalações mais evoluídas tecnicamente.

Dentre os elementos que receberam avaliação negativa no perfil dos estudantes estão, principalmente, a inexistência ou o desconhecimento de mecanismos sistemáticos que identifiquem e analisem o perfil dos estudantes e a pouca participação destes nas atividades de avaliação da vida acadêmica, seja ela pedagógica ou institucional.

A instituição pode melhorar, dentre outros itens, na política de acesso, seleção e permanência dos estudantes e acompanhamento dos egressos. Na política de acesso e seleção, processo seletivo ainda se constitui única e exclusivamente no vestibular unificado, não há nenhuma discussão ou iniciativa sobre outras formas de acesso, política de cotas para as diversas minorias ou reservas para alunos advindos de escolas públicas, o que já é uma realidade em outras instituições públicas federais.

Quanto à permanência dos estudantes, na avaliação destes, a instituição deve, urgentemente, melhorar o atendimento e assistência à saúde, na promoção de intercâmbio estudantil, na definição e análise do perfil dos estudantes como mecanismos de conhecê-los melhor. Não existem espaços para estudo, lazer e acesso à informática de forma a atender todos os estudantes, principalmente os que mais precisam. Apontam para a necessidade urgente de moradia estudantil para aqueles que residem distante do *campus* e que não tem como custear estadia. E que as unidades acadêmicas, responsáveis pelo acompanhamento pedagógico devem verificar as dificuldades dos alunos de seus cursos, mas não incentivar o não comprometimento e a restrição a atividades inerentes aos estudantes na pesquisa de campo, extensão e ensino-aprendizagem, como aspectos negativos.

É também considerado como aspecto negativo a falta de ações que acompanhem os egressos tanto no desempenho de seus profissionais quanto no retorno destes à instituição para educação continuada. E registrado um absoluto desconhecimento se há políticas e programas de formação continuada e acompanhamento dos egressos. Parece bastante coerente, que se a instituição não tem formas sistemáticas de conhecimento de seus alunos, tenha menos ainda, de seus egressos, devendo atentar e buscar mecanismos que permitam, a partir, de um conhecimento mais sistemático de seus alunos e egressos, melhorar suas políticas e programas de ensino pesquisa e extensão, tanto na formação inicial quanto na continuada.

É necessária uma política de conhecimento das atividades profissionais dos egressos, de interação da instituição com as empresas. Também de mecanismos de avaliação e formas de participação destes na instituição com possibilidade de retorno aos estudos e absorção do próprio quadro da instituição.

Nos aspectos sobre a organização e gestão acadêmica dos cursos são apontados como preocupantes o não acompanhamento, avaliação e assistência nas atividades desenvolvidas, a revisão e atualização dos currículos, o desempenho docente, o uso das novas tecnologias no ensino, a interdisciplinaridade, o apoio aos estudantes e as inovações didático-pedagógicas. O viés negativo registrado, no processo de avaliação, a respeito dos projetos curriculares torna-se mais preocupante, neste momento, justamente porque estamos vivenciando mudanças na ordenação curricular no cenário nacional, tanto nas orientações teóricas quanto no ordenamento legal. Na UFAC foi empreendido reformulação curricular no âmbito de todos os cursos de licenciaturas e está em andamento nos cursos de bacharelados. Todos os cursos de licenciaturas estavam convivendo com a existência de duas estruturas curriculares, quando do processo de avaliação e com as conseqüências destas advindas tais como: equivalência, aproveitamento de estudos e outros. É estranho, em meio a tais processos, que os alunos revelem desconhecer todos estes elementos. A instituição precisa refletir e encaminhar ações que possam não só tornar tais questões mais transparentes possíveis como envolver os discentes.

Na extensão, aparecem como avaliação negativa em dois aspectos. De uma forma geral, revelam desconhecer como a política de extensão está posta no PDI, na sua concepção e formas de intervenção, igualmente dizem desconhecer se há uma sistemática de avaliação para as atividades de extensão. As respostas permitem uma leitura que indicam que as atividades de extensão existem, funcionam e atendem, principalmente, aos discentes faltando apenas uma organicidade na sistemática de seu funcionamento, tanto nos documentos oficiais da instituição, quanto na divulgação deste na academia.

A avaliação do desempenho da universidade apresenta-se, na avaliação da comunidade externa, como preocupante em três dos itens da validade social e profissional dos cursos oferecidos, sendo: na contribuição para o equacionamento dos problemas da comunidade, se os profissionais estão aptos a corresponderem às demandas apresentadas na empresa e como o pior desempenho, o descompasso entre formação e o atendimento às demandas postas no mercado de trabalho.

Este relatório não poderia deixar de considerar as informações colhidas por outros meios e processos que permitiram uma constatação de que a organização e oferta do ensino de graduação apresentam muitos problemas gerados de evasão, retenção e baixa taxa de terminalidade. Bem como apontar como urgente que seja empreendida uma reorganização da oferta dos cursos, como preocupação voltada para o reordenamento da oferta de componentes curriculares, a revisão de pré-requisitos, de ementas, da duração das estruturas curriculares, das normas sobre monografias e estágios, do tamanho das turmas e horários de funcionamento, sob pena de se estar desperdiçando investimentos e esforços, trazendo assim, prejuízos à qualidade e a democratização do ensino superior.

O processo de avaliação forneceu uma visão ampla e ao mesmo tempo detalhada do desempenho da UFAC no cumprimento de suas funções enquanto instituição pública e gratuita na oferta da educação superior. Nesse sentido, o presente relatório constitui um elemento, não só de comunicação destes resultados, como instrumentos para se potencializar mais ainda suas fortalezas e repensar e reencaminhar suas fragilidades.

Os dados podem fornecer novas leituras ainda mais particularizadas, podendo-se olhar o desempenho por curso, horário de funcionamento, área de domínio de conhecimento.

É altamente recomendável, que este processo tenha continuidade, divulgando e discutindo com a comunidade universitária os resultados apresentados neste relatório, fazendo novas leituras dos dados e realizando atividades constantes de avaliação com foco mais voltado para os aspectos apresentados como negativos, com vista a estar buscando a qualidade e a democracia em suas ações.

Neste repensar e replanejar, deve-se partir de uma avaliação dos próprios processos e instrumentos de avaliação usados. Embora estes tenham passados, como reportado na metodologia, por validação de seus instrumentos, demonstrou-se em vários momentos que podem ser melhorados e aprimorados.

7. Bibliografia

ALMEIDA, Fernando José de. **Avaliação Educacional em Debate: experiências no Brasil e na França.** São Paulo: Cortez Editora: EDUC, 2005.

AMORIM, Antonio. **A Avaliação Institucional da Universidade.** São Paulo: Cortez, 1992.

DIAS, Sobrinho, José. **Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior.** São Paulo: Cortez, 2003.

ESTEBAN, Maria Teresa (org). **Avaliação: uma busca de novos sentidos.** 4. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GENTILI, Pablo (Org.). **Universidades na Penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária.** São Paulo: Cortez, 2001.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada.** Tradução por Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: ARTMED, 2001.136 p.

IMBERNÓN, F. (org.). **Educação no Século XXI: Os Desafios do Futuro Imediato.** Traduzido por Ernani Rosa. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.205p.

MANCIBO, Deise, FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (orgs.). **Universidade: Políticas e Trabalho Docente.** São Paulo: Cortez, 2004.

MELLO, Guiomar Namó de. **Cidadania e Competitividade: desafios para o terceiro milênio.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1997. 204p.

OLIVEIRA, Adriana de Oliveira. **Avaliação Escolar: julgamento ou construção?** – 6ª ed. – Petrópolis, RJ: 1994.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas.** Patrícia Chittoni Ramos (trad.). Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

POPKEWITZ, Thomas S. **Reforma Educacional: uma política sociológica - poder e conhecimento em educação.** Traduzido por Betriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 294p.

ROMÃO, José Eustaquio. **Avaliação Dialógica: desafios e perspectivas.** São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

SACRISTAN, J. Gimeno e GOMEZ, ^aI. Peres. **Comprender e transformar o ensino.** Ernani F. da Fonseca Rosa (trad.). 4ª ed. Art. Med, 1998.

SANTOS, Clovis Roberto (Org.). **Avaliação Educacional: um olhar reflexivo sobre sua prática.** São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

SCRIPTORY, Carmem Campoy (org). **Universidade e conhecimento: desafios e perspectivas no âmbito da docência, pesquisa e gestão.** Campinas SP: Mercado das Letras, 2004.

SILVA, Janssen Felipe da. **Avaliação na Perspectiva Formativa-Reguladora: Pressupostos Teóricos e Práticos.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

SIQUEIRA, Ângela C. de, NEVES, Lucia Maria W. (orgs). **Educação Superior: uma Reforma em Processo.** São Paulo: Xamã, 2006.

TOMMASI, Livia, WARDE, Mirian Jorge, HADDAD, Sérgio (orgs.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais.** São Paulo: Cortez, 1996. 279p.

SGUISSARDI, Valdemar, SILVA, João dos Reis Jr.(Org.). **Educação Superior: análise e perspectiva da pesquisa.** São Paulo: Xamã, 2001.

SGUISSARDI, Valdemar, SILVA, (Org.). **Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior.** Campinas SP: Autores Associados, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. E GENTILLI, Pablo (orgs.). **Escola S A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.** Brasília: CNTE, 1996. 188p.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior.** São Paulo: Cortez, 2004, 198p.

VASCONCELLOS. Celso dos Santos. **Avaliação:** concepções dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. 16. ed. São Paulo: Libertad, 2006. (Cadernos Pedagógicos do Libertad: v. 3).

VIANA, Heraldo Marelím. **Avaliação Educacional e o Avaliador.** São Paulo: IBRASA, 2000. 192p.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas(Org.). **Avaliação e Práticas.** (Coleção Magistério). Campinas/Sp: Papirus, 2003.

VILLAS BOAS, B. M. F. (Org.). **Avaliação: políticas e práticas.** 1ª. ed. Campinas: Papirus, 2002.